

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A interpretação (revelar e esconder sentidos): articulações entre análise do discurso e
psicanálise lacaniana

Marcella Marjory Massolini Laureano

Orientadora: Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das
exigências para a obtenção do título de Doutor em
Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2008

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional e eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Laureano, Marcella Marjory Massolini

A interpretação (revelar e esconder sentidos):
articulações entre análise do discurso e psicanálise
lacaniana. Ribeirão Preto, 2008.

216p.: il.; 30 cm

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. de Psicologia e
Educação.

Orientador: Tfouni, Leda Verdiani

1. Psicanálise Lacaniana. 2. Análise do discurso. 3.
Interpretação.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcella Marjory Massolini Laureano

A interpretação (revelar e esconder sentidos): articulações entre análise do discurso e psicanálise lacaniana.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Maria e Sergio, pelo incentivo, apoio e dedicação eternos. Obrigada por sempre acreditarem em mim!

Às minhas irmãs, Michelli e Monyka, pelo companheirismo, amizade, risadas e brincadeiras que sempre tornaram a tarefa de ser a irmã mais velha mais suave e divertida.

À Bianca (“Farri”), minha sobrinha, por ver as coisas com o olhar que só uma criança pode ter, deixando o mundo adulto mais colorido e feliz.

Ao Vi, meu namorado, meu lugar em qualquer lugar do mundo porque *“o amor é quando a gente mora um no outro”* (Mário Quintana).

AGRADECIMENTO ESPECIAL

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.
(Fernando Pessoa)

Agradeço à Profa. Leda Verdiani Tfouni por me acompanhar nessa aventura singular que é um trabalho de doutoramento. Sem sua orientação serena e de extrema competência, essa caminhada não seria possível e nem teria o brilho que teve. Obrigada por fazer de mim uma pesquisadora responsável e crítica. Obrigada também pela amizade e pelo apoio nos momentos difíceis que perpassaram esse trabalho. Obrigada pelos conselhos e pela escuta que me ajudaram a ver que as coisas não são tão difíceis como, às vezes, parecem ser.

AGRADECIMENTOS

Memórias

17:43... ela entrava em casa, lá fora pingos de chuva e flocos de neve minúsculos pintavam de branco a cidade cinza... Ahhhhh... ela adorava dias assim, eram dias bons para se admirar a vida, ver detalhes que o colorido da primavera às vezes escondia.

Como de costume, o casaco ficava na mesma cadeira, a bolsa ao seu lado, o celular da mão ia direto para a mesa. Dias bons, pensava ela.

O chá já estava pronto, era hora de sentar no sofá e costurar as memórias. Todo dia ela costurava um pouquinho. Costurar as memórias? Sim, costurar as memórias...

As memórias eram a forma carinhosa com a qual ela apelidou uma colcha, uma colcha de retalhos, retalhos de memória. Cada quadradinho fazia parte de um momento: o primeiro cobertor, o vestido da boneca que não existia mais, a fantasia daquele carnaval, o lençol, as roupas da infância, o paninho cor-de-rosa que sempre a acompanhava. Eram quadradinhos mal cortados, por vezes mal costurados, mas pouco importava, afinal, em cada um deles estava um momento, triste ou alegre de toda uma vida.

As memórias, antes de virarem quadradinhos tortos, ficavam numa caixa imensa dentro do armário, cheiravam a guardado, a poeira. Cheiravam a tempos passados, tempos que só voltavam quando eram costurados, um a um, formando histórias desconexas, juntando pessoas que nunca tinham se visto olhos nos olhos, juntando amigos, juntando inimigos, natal e carnaval lado a lado, sol e chuva, verão e inverno.

E ela costurava, costurava, costurava, o tempo de ontem que refletia quem ela era hoje...

Costurar memórias, coisas que nunca se esqueceu, coisas que já estavam esquecidas, coisas boas, muito boas... afinal, são delas que é feita a vida....

E a melhor parte, esperar as memórias que ainda chegariam... e iam colorir uma noite cinza pintada de branco.

(Marcella M. M. Laureano)

Obrigada aos professores e amigos que, cada um a seu modo, são os quadradinhos que fazem parte da minha colcha de retalhos, minha vida...

Em especial, gostaria de agradecer:

Aos Professores Doutores Alessandra Fernandes Carreira e Paulo Argemiro da Silveira Filho pelas colaborações dadas durante o exame de qualificação.

À Jacqueline Authier-Revuz, Professeur Émérite à l'Université Paris 3 (Sorbonne-Nouvelle), pour son amitié et pour me recevoir dans ce groupe de recherche pendant mon stage à Paris. Merci pour les cafés « théoriques » et pour les orientations de lecture qui ont été très importantes pour ce doctorat.

À Michel Arrivé, Professeur Émérite à l'Université Paris 10 (Nanterre), pour sa cordialité et pour me donner l'opportunité d'approfondir mes connaissances sur Saussure, l'inconscient et Lacan pendant ses cours dans l'école doctorale en Sciences du Langage à Nanterre.

Ao Prof.Dr. Philippe Willemart pelas discussões teóricas nos cafés parisienses após o encontro semanal nas palestras de Jacques Alain-Miller. Merci aussi pour les Séminaires électroniques de Lacan.

Aos Professores Doutores José Francisco Miguel Henriques Bairrão e Marina Massimi pela amizade e pelas discussões teóricas em outros domínios, discussões essas que enriqueceram demais meu percurso na pós-graduação.

Ao Prof. Dr. Elia Tfouni, pela amizade e pelo aprendizado em “gerenciamento” na Comissão de Pesquisa da FFCLRP-USP.

Aos colegas do grupo de pesquisa em AD, pelo sempre rico intercâmbio de idéias.

Aos amigos Milena, Paulinha, Dionéia, Fernando, Anderson, Lê Maestrelli, Watarai, Rafael e Fábio Tfouni, por me mostrarem que eu ainda tinha amigos de verdade em Ribeirão Preto. Obrigada pelos cafés na cantina, pelos jogos de quarta-feira e pela convivência divertida na “masmorra” e na “caverna”.

Aos amigos Márcia e Ricardo Caffé, por me ajudarem muito, antes mesmo de me conhecer, e por me mostrarem Paris de um jeito tão bonito e apaixonado que me fez adotar essa cidade como meu segundo lar para sempre. *Merci!*

Aos amigos Lana (“Bichinho”) e Fábio (“Bagé”) por abrirem as portas de sua casa em Paris e abrirem também espaço em suas vidas para uma nova amizade. *Merci* pelos passeios e piqueniques na *Place des Vosges* e na *Pont des Arts*, momentos inesquecíveis durante meu *séjour*.

Aos amigos reais e virtuais (e malucos! Na melhor acepção da palavra) da Panela Depressão. Obrigada a todos vocês Paneleiros, por dividirem comigo receitas, alegrias e tristezas. Obrigada por temperarem minha vida! É um privilégio ser amiga de todos vocês!

Agradeço em especial aos Paneleiros que me seguiram mais de perto nessa caminhada:

- ao Luiz Paulo (“LP”), por me dar a honra de sua amizade. Obrigada pelos conselhos, pelos filmes *en français*, pelas conversas sem fim e pelo exemplo de vida.
- à Kris, pela força de atitude e pela doçura da voz nos momentos difíceis em que precisei de você!
- à Lilian (“Lili”) pelas conversas quase diárias no skipe, pelos conselhos serenos e pela força que me ajudaram demais em horas complicadas!
- à Nirda, Paty e Ada (“Olhos”), as meninas do Rio, que, mesmo sem me conhecer pessoalmente, me deram apoio, escuta e ombro amigo em e-mails carinhosos.
- à Kemitchan, pela amizade zen e pelo bom humor singular!
- à Carol Elfa, uma mulher cheia de histórias que dariam um livro! Obrigada por me deixar fazer parte de uma de suas várias aventuras!
- ao Ito, por agüentar a faladeira de todas essas mulheres e ainda conseguir falar no meio delas!
- à Celinha, gente fina em todos os sentidos!
- à Claudinha, a risada mais gostosa que existe para se ouvir!
- à Cozete, a única pessoa mais desastrada que eu! Uma artista ímpar!
- à Ione, a dona de uma das vozes mais lindas que eu já ouvi.

- à Nalivis, pelas conversas engraçadas via e-mail e msn e pela cultura grega que inseriu em nosso grupo.
- à Lê Barbieri, pela presença sempre bem-humorada!
- à Claudinha e Ito por terem revisado com brilhantismo meu resumo em inglês.

Obrigada a todos pela torcida!

Ao amigo André, pelas conversas, apoio e risadas desde os tempos de UNESP em Assis.

À Janine, por me oferecer sua amizade sincera, pelas horas de risada no salão da Lígia e pelas aventuras e segredos que juntas compartilhamos.

À Nice, pela amizade e por ser o cupido!

Às funcionárias da SPG da FFCLRP-USP, Inês e Denise, pelo trabalho competente e por sempre facilitarem a vida de todo pós-graduando. Obrigada também pela amizade! Agradeço também ao César da SPG pela presteza e rapidez na resposta a todas as minhas dúvidas.

À Capes por conceder as bolsas de doutorado e de doutorado-sanduíche (PDEE – Programa de Doutorado com Estágio no Exterior, Processo: BEX1900/05-6).

Há várias outras pessoas que acompanharam esse percurso junto comigo, às que aqui foram esquecidas, deixo também meus agradecimentos.

« Ici j'écris un rêve qui dérangeait par trop ma pensée et réclamait une existence. »

André Gide, « Le retour de l'enfant prodigue ».

Prólogo

Trajetos... desse sonho que reclamava uma existência...

A tarefa de escrever não é com certeza uma das mais fáceis a ser realizada, a sensação que se tem é que a cada dia pouco se avança e que as letras dormem no pensamento, tudo parece demorado, se lê, se escreve, se reescreve, se relê, se apaga, se tenta dar conta de um imaginário sempre prestes a entrar em deriva, pois se cai sempre na armadilha de tentar dar conta de dizer tudo, mesmo sabendo que tudo não se diz. Sempre me vejo como alguém sintética demais, escrevo pouco, talvez pense muito, e isso se reflete nas poucas palavras que uso para dar conta desse trabalho. Cada capítulo foi se desdobrando de forma dura, de poucas e parcas linhas a algumas páginas que pretendem refletir as idéias que tenho, porém nem todas, acerca daquilo que me propus pesquisar.

A idéia de se pesquisar a interpretação partiu da profa. Leda, e me fisgou em pontos que sempre me incomodavam na prática clínica: como era possível dar conta de explicar o sintoma de um sujeito servindo-se apenas de testes e daquilo que estava escrito em seus manuais? Como ver esse sujeito dotado de um inconsciente que fala à sua revelia? O discurso desse sujeito era fruto apenas de seu inconsciente? Como analisar esse discurso? Era possível ver na psicanálise uma abordagem teórica (para analisar qualquer tipo de dados) e não apenas clínica?

Muitas dessas questões encontraram pontos de conforto nas leituras que fiz (e ainda faço) em análise do discurso, sobretudo no que diz respeito às questões da exterioridade discursiva e do sujeito interpelado ideologicamente.

Essa tese surgiu de um trabalho inicialmente programado para ser uma dissertação

de mestrado. De início já pressentíamos, porém, que a tarefa não era para ser cumprida nos prazos acadêmicos esperados para uma dissertação de mestrado. No meio do ano de 2004, decidimos, então, pleitear a passagem para o doutorado direto, assegurando assim mais tempo de continuidade para esse trabalho, na época ainda imaturo e com idéias em início de reflexão.

Inserimos no trabalho original uma análise de dados que nos serve de apoio na demonstração de nosso objetivo, como o leitor poderá constatar. Começamos assim nosso caminho até o exame de qualificação, que foi realizado em setembro de 2005. Nesta época já estávamos em contato com a Profa. Jacqueline Authier-Revuz da Université Paris 3 - Sorbonne-Nouvelle em Paris e aguardávamos a aprovação de uma bolsa de doutorado-sanduíche que foi concedida no fim desse mesmo mês de setembro.

Com passagem marcada para o mês de novembro, faço minha última reunião com a Profa. Leda V. Tfouni. Nesse momento recebo recomendações e orientações de quais reflexões deveriam ser aprofundadas e a sugestão de alguns conceitos a serem melhor trabalhados para se atingir o objetivo do trabalho tal como se exige uma tese de doutorado.

Chego a Paris no mês de novembro no início do período dos cursos nas *écoles doctorales*, para doze meses de estágio, doze meses que hoje me trazem lembranças de mel e de fel, e que resultaram não apenas numa parte dessa tese, mas também num crescimento pessoal que talvez não tivesse acontecido se minha opção tivesse sido a de ficar no Brasil.

Tenho minha primeira reunião com a Professora Authier-Revuz e saio com a sensação de que não só o idioma mostra dificuldades, a teoria de Authier-Revuz ainda me aparece de forma estranha e difícil, mas o desejo de incorporá-la com mais força à tese se reforça e começo o trabalho intelectual de entendimento das heterogeneidades discursivas. Como veremos, a teoria de Authier-Revuz será um dos pilares de sustentação desse

trabalho e nos serve como nó de articulação e ponto de encontro entre a AD pechêutiana e a psicanálise lacaniana, no que concernem principalmente os conceitos de interdiscurso da primeira disciplina e o de Outro da segunda.

Saio da reunião com a Profa. Authier-Revuz com um papel manuscrito repleto de indicações bibliográficas e nomes de professores com quem posso manter contato e discutir meu trabalho. Porém, à primeira vista, o cenário que se pinta à minha frente é: a AD é uma disciplina de apoio e não uma disciplina de base; tomo conhecimento de que após a morte trágica de Pêcheux, seus companheiros, entre eles Authier-Revuz, não se dedicam mais à AD "pura", cada um irá procurar, sem o mestre, um veio dentro da universidade que não aquele da AD. Authier-Revuz começa a trabalhar com as questões do discurso relatado, teoria autônoma que se apóia na AD, Gadet volta aos estudos sobre gramática e Mazière se dedica agora ao estudo de palavras no dicionário, por exemplo.

Vou então em busca dos contatos e das bibliografias que me foram indicados e encaro de frente a árdua leitura da tese de doutorado de Authier-Revuz, publicada em dois densos volumes pela editora Larousse (versão reduzida da tese que conta, originalmente, com 1500 páginas). Neste momento inicio também o seminário de Authier-Revuz na *école doctorale* da Université Paris 3, no qual estudo a questão do *discours rapporté* e suas relações com a constituição do sujeito. Dentre os contatos que busco encontro na pessoa do Prof. Michel Arrivé, na Université Paris X – Nanterre, um outro campo aberto de diálogo, sobretudo sobre as idéias de Lacan e de Saussure que influenciaram a escrita do capítulo em que trabalhamos a questão da língua. Ao lado dos estudos e leituras em análise do discurso e lingüística, começo a freqüentar o seminário de Jacques Alain-Miller no Centre National d'Arts et Métiers (CNAM), onde a psicanálise lacaniana é vinculada ao departamento de psicanálise da Université Paris 8 – Vincennes. Nesse momento, Miller

dedica-se ao estudo de recém publicado *Seminaire 16* de Lacan, e as reflexões que aí pude ouvir foram de suma importância para esse trabalho, principalmente no que concerne à questão do Outro e seu papel na *psiquê* do sujeito da psicanálise.

Começavam aí, em meio ao rigoroso inverno europeu, a nascer as idéias que antes adormeciam no verão brasileiro. Um mosaico de idéias que propõe ser um modo a mais de se ver duas disciplinas de alto impacto dentro da universidade no campo de domínio das Ciências Humanas. A escolha de conceitos foi uma entre várias outras possíveis, o que conseguimos constatar é que sim, se é possível articular AD e psicanálise lacaniana apesar de ambas apresentarem por vezes idéias distantes.

Esse é um trabalho que foge ao ideal positivo, tem as formas de uma tese tal como se exige a convenção universitária, mas não comporta, pois não há como comportar, uma postura científica positiva, o que propomos aqui é fazer uma ciência que parte de outro paradigma e a escritura da tese também é feita de acordo com esse paradigma que chamamos de indiciário. Acreditamos que a posição do pesquisador não é neutra e eis aí a importância desse prólogo, pois as escolhas do pesquisador e a história dessas escolhas não podem ser ignoradas, afinal não se escolhe, se é escolhido, fígado. Ressalto, porém, que esse será o único momento onde pessoal e teórico se encontrarão de modo escancarado. O texto que segue se fia principalmente em Pêcheux, Lacan e Authier-Revuz, os aspectos pessoais dessas escolhas restam na opacidade daquilo que está presente e não é dito.

RESUMO

Laureano, Marcella Marjory Massolini. **A interpretação (revelar e esconder sentidos): articulações entre análise do discurso e psicanálise lacaniana.** 2008, 216p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP.

Partindo do conceito de interpretação, o objetivo desse estudo é promover possíveis articulações entre duas disciplinas indiciárias, a análise do discurso pechêutiana (AD) e a psicanálise lacaniana. Os trabalhos de Pêcheux em AD e os de Lacan em psicanálise trazem uma posição distinta para conceitos cruciais desta pesquisa. Utilizou-se também os trabalhos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade discursiva, teoria na qual se articulam AD e psicanálise, sobretudo nas questões referentes ao Outro e a produção do discurso. Junto à teoria, adotou-se a análise de narrativas orais de ficção com o intuito de apontar como a interpretação em AD e em psicanálise podem contribuir para o avanço do paradigma indiciário e também para fazer retornar na análise de dados a teoria, numa constante checagem de conceitos. Viu-se, nas análises realizadas, uma junção de conceitos centrais destas duas disciplinas tais como ideologia, desejo, inconsciente e Outro. Há ainda, pontos onde a AD avança e a psicanálise pára. A AD deixa de lado o inconsciente e concentra-se no papel social do sujeito e de seu dizer, porém sabe-se que a questão do inconsciente é apenas deixada de lado, mas sempre está presente nos trabalhos de Pêcheux (como no caso dos dois esquecimentos). Já a psicanálise, por sua vez, deixa de lado o que é externo ao discurso, não contemplando o papel exercido pela ideologia sobre o sujeito, por exemplo. Tais constatações apontam para uma harmonia entre a interpretação em AD e em psicanálise, que têm como produto final o chamado analista psicanalítico-discursivo. Esse novo analista se utiliza de pontos de aproximação entre a AD e a psicanálise posicionando-se diante de um discurso que é marcado pelos deslizos do sujeito do inconsciente e do sujeito da ideologia. Conclui-se assim que não há o nascimento de uma nova teoria. O que há é uma nova postura teórica que visa dar aos dados em ciências humanas e, particularmente àquelas que se ocupam do dizer, um modo mais “completo” de se abordar questões ligadas ao desejo do sujeito e sua posição na sociedade em que vive. Um modo mais “completo” que se vê sem dúvida incompleto, tão incompleto quanto os sujeitos e dizeres que analisamos.

Palavras-chave: interpretação, análise do discurso; psicanálise; narrativas orais.

ABSTRACT

Laureano, Marcella Marjory Massolini. **The interpretation (to reveal and to hide senses): joints between the Pêcheux's discourse analysis and the Lacan-oriented psychoanalysis.** 2008, 216p. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP.

The aim of this work is to promote possible connections between two indicial disciplines, the Pêcheux's discourse analysis (DA) and the Lacan-oriented psychoanalysis, departing from the interpretation concept. The works of Pêcheux in DA and Lacan in psychoanalysis bring a distinct position to crucial concepts of this research. It was also used the Authier-Revuz's works about discursive heterogeneity, in which DA and psychoanalysis articulate, especially in questions referring to the Other and the production of discourse. Along with the theory, we adopted the analysis of oral fiction narratives with the intention to point the contribution of the interpretation in DA and in psychoanalysis for the advance of the indicial paradigm and also to return in the analysis from data to theory, in a constant check-up of concepts. It was seen, in the analysis, a junction of central concepts of these two disciplines such as ideology, unconscious, desire and the Other. There are points where the DA advances and the psychoanalysis stops.

The DA leaves aside the unconscious mind and concentrates in the social part of the subject and what he says, however it is known that the question of the unconscious mind is only left aside, but is always present in the Pêcheux's works (as on the two forgetting incidents). The psychoanalysis on the other hand leaves aside what is external to the discourse, not contemplating the part exerted by the ideology on the subject, for example. Such statements point to a harmony between the interpretation in DA and in psychoanalysis, having as final product the psychoanalytical-discursive analyst. This new analyst uses points of approach between DA and psychoanalysis positioning himself in front of a discourse that is marked by the slips of the subject of the unconscious and of the subject of the ideology. Therefore, there's no birth of a new theory, but a new theoretical position that aims to give to the data in Human Sciences and, particularly to the studies about the discourse, "a more complete" way of approaching the questions linked to the subject's desire and his position in the society where he lives. A "more complete" way that is without a doubt incomplete, as incomplete as the subjects and the discourses we analyze.

Keywords: interpretation; discourse analysis; psychoanalysis; oral narratives.

SUMÁRIO

Introdução.....	19
CAPÍTULO 1.....	27
<i>Dos dados aos fatos: um resgate do sujeito</i>	27
I- A análise de conteúdo e sua filiação ao paradigma positivista.....	27
II – A análise do discurso e a psicanálise – o dado como índice	32
CAPÍTULO 2.....	48
<i>Conceitos de base</i>.....	48
I - A história, a língua e a construção de sentidos.....	49
II – O interdiscurso e o intradiscurso	72
CAPÍTULO 3.....	76
<i>Traçando a “espinha dorsal” do trabalho</i>.....	76
I - Sobre o sujeito na análise do discurso e na psicanálise lacaniana	76
II - O sujeito da AD	79
A) O sujeito para a AD-1 - o sujeito colado ao imaginário	79
B) O sujeito para a AD-2 - O efeito-sujeito do discurso	80
C) O sujeito da AD-3 - o encontro com o sujeito do inconsciente	85
I. II - O sujeito da psicanálise de Lacan.....	89
A) A tese de doutoramento.....	90
B) Os complexos familiares	91
C) O estádio do espelho.....	92
D) Os seminários - estudando alguns conceitos para entender o sujeito lacaniano.....	95
I.III - Como entender o sujeito em AD e psicanálise? Algumas proposições.....	103
II - O Outro - lugar da verdade do sujeito.....	108
III - Dizer...um discurso heterogêneo - quando o sujeito encontra o Outro.....	113
CAPÍTULO 4.....	121
<i>Como trabalham o psicanalista e o analista de discurso? A interpretação em questão...</i>	121
.....	121
A repetição como produtora de sentidos	142
<i>Análise dos dados</i>.....	151
Por que analisar dados?	151
O trabalho analítico com narrativas orais de ficção.....	152
Metodologia	158
A coleta dos dados e a escolha do corpus	158
O corpus escolhido.....	160
Análise	162

Mônica e Cebolinha	163
João e o Pé de Feijão.....	166
A sereia	170
O velho papão	174
A emergência de J. enquanto sujeito do discurso, do inconsciente e do desejo.....	177
Conclusões	185
Referências Bibliográficas	193
ANEXO 1 - Mônica e Cebolinha	210
ANEXO 2 - João e o Pé de Feijão.....	211
ANEXO 3 - A sereia.....	214
ANEXO 4 - Velho Papão.....	216

Introdução

Interpretação (do latim *interpretatio*): em geral, a possibilidade de referir um sinal ao seu designado; ou também a operação com que um sujeito (intérprete) refere um sinal ao seu objeto (designado).

Intérprete (do latim *interpres* - *etis*): intermediário, agente, medianeiro entre duas partes, ajudante auxiliar.

Interpretar (do latim *interpretari*): traduzir, ajuizar da intenção, do sentido, representar como o ator, exprimir o pensamento. (Dicionário de Filosofia)

Interpretação - s.f. (sXIV cf. FichIVPM) 1 ato ou efeito de interpretar 2 INF execução, com auxílio de interpretador, de um programa escrito em linguagem evoluída 3 MÚS m.q. *execução* 3.1 MÚS o aspecto pessoal na execução musical 4 PSICN modo de ação do psicanalista, que consiste em comunicar o conteúdo latente que existe nas palavras e comportamentos do paciente, de modo a deixar claros as defesas e o desejo 5 CINE TEAT TV arte e técnica do ator; arte de representar 5.1 CINE TEAT TV a forma dada por um ator ao desempenho de seu papel ⊕ i. simultânea tradução oral e imediata de um idioma para outro; tradução simultânea ⊙ ETIM lat. *interpretatio*, *ónis* 'explicação, sentido'; ver *interpret-*; f.hist. sXIV *enterpretações*, sXV *emtrepetação* ⊙ SIN/VAR ver sinonímia de *exposição* . (In: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0)

A palavra interpretação circula em diferentes domínios do conhecimento como no teatro, na música, na literatura, na gramática, e claro, nas duas teorias que nos interessam: a análise do discurso e a psicanálise lacaniana.

Interpretar em seu sentido amplo é dar sentido. Afinal, inserido num mundo de

linguagem, ou seja, num mundo simbólico, o homem sempre necessitou interpretar mensagens e fatos numa tentativa de atribuir-lhes sentido.

A palavra interpretação deriva do latim "*interpretatio*" empregada também como tradução da palavra grega "*hermeneia*", porém é preciso destacar que esta última tem significação mais restrita. É possível falar da interpretação através da história dentro dos diversos domínios por onde ela passeia. O percurso que escolhemos tem como ponto de partida a filosofia clássica e como ponto de chegada à psicanálise e a análise do discurso.

Destaco que, por tratar-se de uma introdução, o caminho será curto e por vezes percorrido através de atalhos. O que queremos de fato é destacar a importância deste conceito no que concerne o domínio das chamadas Ciências Humanas.

Iniciamos por Aristóteles, que na época clássica escreveu o tratado "*Da Interpretação*" (esse é um dos tratados que compõe o *Organon*), no qual estudava a relação do pensamento com os objetos. Segundo ele, o significado de um determinado objeto era o mesmo para todas as pessoas que se pusessem a interpretá-lo, as interpretações eram iguais para todos como se fossem sintomas de uma doença. Para Aristóteles a interpretação seria "todo enunciado que significa qualquer coisa por ela mesma" (Grand Dictionnaire Philosophique, 2003). No caminho dos comentadores da obra de Aristóteles destacamos Boécio e Tomás de Aquino.

Estudando o tratado aristotélico, Boécio (senador grego) acrescentou que eram passíveis de interpretação não apenas objetos, mas também nomes, verbos e proposições. Para ele a interpretação era qualquer termo que signifique algo por si mesmo. Porém em ambos, a interpretação sempre foi tida como um evento mental e, portanto diferente daquilo que acontece de forma escrita ou falada.

Santo Tomás de Aquino (exponente da Escolástica, corrente filosófica medieval

influenciada pelo cristianismo), na *Suma Teológica* (1967), dirá que interpretar remete a elucidar significações opacas de um texto. Essa concepção reforça-se, sobretudo com as discussões que ocorreram na Idade Média sobre o sentido das Santas Escrituras, ou seja, a Igreja tinha a intenção de dar a tais textos uma noção de transparência e sentido único a partir de um controle da interpretação.

Será na época do Renascimento que o conceito de interpretação passará da compreensão dos escritos do passado para um outro domínio, o da natureza, ou seja, interpretar seria também uma busca de conhecer esta última. Esse movimento marca o advento de um modelo humanista do conhecimento. A partir desse momento, temos como resultado a concepção de interpretação como aquilo que permite conhecer a verdade (como no caso das Santas Escrituras). Daí emergem novos critérios de conhecimento: o verossímil, o plausível e o provável (ZINI, 2003).

Ao assumir tal estatuto:

L'interprétation finit ainsi pour signifier la compréhension de tout texte dont le sens n'est pas immédiatement évident, à savoir dont nous sommes séparés par une certaine distance (linguistique, historique, psychologique, etc.). Dans ce sens plus large, qui n'est plus lié aux textes sacrés, l'interprétation a toujours un rapport avec le dévoilement d'un sens caché: désormais il n'apparaît plus comme tel parce qu'il est l'expression de la sagesse divine transcendante, mais uniquement pour des raisons linguistiques, historiques, culturelles.¹ (Encyclopédie de la Philosophie, 2002, p. 813).

Apenas com o advento da filosofia contemporânea a interpretação ganhou *status* de algo habitual e comportamental. Essa noção é evidenciada na obra de 1878 de Charles

¹ “A interpretação termina assim por significar a compreensão de todo texto no qual o sentido não é imediatamente evidente, a saber, aquele texto do qual nós temos certa distância (lingüístico, histórico, psicológico, etc.). nesse sentido mais amplo, que não é mais ligado aos textos sagrados, a interpretação tem sempre uma relação com o desvelamento de um sentido escondido: a partir daí, ele não aparece mais como tal porque ele é a expressão da sabedoria divina transcendente, mas unicamente para fins lingüísticos, históricos, culturais”.

Sanders Peirce, fundador da semiótica americana, que entendia a interpretação como uma tríade que relaciona um sinal, seu objeto e seu interpretante, sendo que este último resulta da relação entre o primeiro e o segundo elementos. Para Peirce, a interpretação é o conjunto de efeitos veiculados pelos signos. O autor classifica tais efeitos em três tipos diferentes: 1) emotivos - reações sentimentais a um signo; 2) energéticos - fatos que se realizam de acordo com o signo a que remetem; e 3) lógicos - todo signo precisa de um interpretante.

A interpretação deixa aqui de ser um evento puramente mental para ser também um hábito constante do intérprete, que dá uma resposta a um sinal. Este ponto de vista fortaleceu-se com Charles Morris ([1938] 1976) na semiótica contemporânea, na qual a interpretação tem as seguintes características: 1) interpretar não é apenas um hábito mental, mas um comportamento; 2) não há diferença entre sinais mentais e verbais, pois ambos necessitam de uma interpretação; e 3) a relação entre os sinais e seus objetos é necessária e determinada pelo uso (linguagem comum) ou pelas convenções oportunistas (linguagens especiais).

Como pudemos ver, a interpretação/ato de interpretar sempre foi necessário ao homem. Tal fato fez com que a busca por dados a serem significados percorresse toda a história da humanidade, até o surgimento das ciências que procuraram dar um modelo de interpretação para esses dados. Tais ciências surgiram dentro de um paradigma positivista que vinha para padronizar o homem e seus comportamentos através de estatísticas, questionários e categorias de classificação (HAROCHE, 1988).

Encaixadas nesse paradigma, as ciências humanas e sociais encontram até os dias de hoje dificuldades em relação às fases de metodologia de uma pesquisa, a saber, a coleta de dados e a sua interpretação, pois, de acordo com o positivismo, os dados vêm para

provar algo que já está posto, e nestas ciências eles ainda são imprecisos.

Particularmente nos estudos da linguagem e também nos estudos em psicologia, a metodologia se determina a partir da corrente teórica que guiará a pesquisa. Por este motivo, metodologias experimentais, peculiares às ciências exatas e biológicas, foram e ainda são freqüentemente utilizadas, numa tentativa de dar aos dados características empíricas².

Os dados que são obtidos através do controle de variáveis acabam por determinar sua interpretação, pois o fenômeno estudado é tratado com uma objetividade que o descaracteriza gerando assim "dados endurecidos", capazes de produzir apenas sentidos fixos e adequados a uma série de categorias pré-determinadas, que dão ao pesquisador uma ilusão de objetividade.

Essa metodologia, como afirma Corrêa (1996), proporciona um acesso à realidade do fenômeno, mas por outro lado, segundo Perroni (1996), traz dificuldades ao pesquisador no momento da escolha entre o muito que foi coletado e o que será passível de interpretação. Desse modo, alguns dados serão privilegiados e outros não, sempre de acordo com a escolha do pesquisador.

Numa tentativa de dar aos dados interpretações diferenciadas, inserindo língua e sujeito numa sociedade, o que põe em jogo muitas outras coisas (como a história e a cultura, por exemplo) além de apenas categorias, duas disciplinas proporcionaram um outro conceito de interpretação e de sujeito que interpreta e é interpretado. São elas: a Análise do Discurso de linha francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux em 1969 (PÊCHEUX,[1982] 1997, [1983] 1997, 1997) e a psicanálise, principalmente com os trabalhos de Sigmund Freud de 1900 (FREUD,[1900] 1996) e sua releitura feita pelo

² Falaremos mais sobre esta escolha, feita pelos estudiosos da linguagem, no capítulo seguinte.

psiquiatra francês Jacques Lacan, nas décadas de 1950 e 1960 (LACAN, [1953] 1998, [1957] 1998, [1963-1964] 1998).

Baseados nestas duas disciplinas, no que concerne o conceito de interpretação por elas postulado, nosso objetivo neste trabalho será o de apontar possíveis articulações (ou não) entre ambas.

Vale lembrar que a escolha tanto da psicanálise quanto da análise do discurso de linha francesa não se deve ao acaso. Atualmente, pesquisas vêm sendo desenvolvidas numa direção de tentar articular estas duas disciplinas (TFOUNI, 2001, 2003a, 2003b; TFOUNI e CARREIRA, 1996, 2000; TFOUNI e LAUREANO, 2004, 2005 e 2005a; F. TFOUNI, 2003; e ZIZEK, 1992, 1996). Esta é a herança deixada por Pêcheux aos estudiosos da análise do discurso de linha francesa após sua morte prematura em 1984. O que vemos é que a teoria psicanalítica entra em cena na obra de Pêcheux de modo discreto, e ao mesmo tempo constante e incisivo. Isto é evidenciado se retomarmos o quadro epistemológico geral da AD postulado por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p.163-164):

Ele [referindo-se ao quadro epistemológico] reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

- 1 o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2 a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processo de enunciação ao mesmo tempo;
- 3 a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar, ainda, que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (grifos meus).

Como notamos no trecho grifado da passagem citada, Pêcheux e Fuchs (op.cit.) referem-se a uma teoria do sujeito de base psicanalítica, porém a articulação da AD com a psicanálise não chegou a ser trabalhada em profundidade por Pêcheux (MALDIDIER,

2003) e é nessa zona de interface que nosso grupo de pesquisa vem desenvolvendo seus trabalhos nos últimos anos.

Retomando o quadro epistemológico temos que do materialismo histórico, a AD adota o conceito de ideologia, postulado por Althusser a partir de sua releitura da obra de Marx. Em relação à lingüística, a maior influência para a AD foi a de Ferdinand de Saussure e seu Curso de Lingüística Geral, principalmente no que diz respeito à divisão entre língua e fala. Finalmente, a teoria do discurso e a adoção do conceito de formação discursiva de Foucault dão à AD seu objeto de estudo: o discurso, que passa, nesta disciplina, a ter o acréscimo do estudo de suas condições de produção.

Antes de falarmos diretamente do trabalho de análise destas duas disciplinas e para dar início à nossa trajetória, descreveremos no capítulo seguinte sua opção pelo chamado paradigma indiciário que traz uma concepção acerca dos dados diversa da análise de conteúdo (que se utiliza de uma metodologia experimental, tentando se encaixar no paradigma positivista/galileano), de que também falaremos brevemente.

Num segundo momento, apresentaremos as concepções de língua e história para estas duas disciplinas, seguindo-se daí o terceiro capítulo, que tratará de abordar o sujeito tal como ele é visto pela AD e pela psicanálise. Após uma breve apresentação destes conceitos e já montado todo um cenário teórico, entraremos de fato em nosso objetivo primeiro, qual seja, o de articular a AD e a psicanálise no que concerne ao conceito de interpretação. O que abordaremos nestes capítulos será o fio condutor de nosso trabalho, escolhemos conceitos de ambas as teorias com o intuito de aprofundarmos questões importantes para a consecução de nosso objetivo.

Tal aparato teórico permite assim entender primeiro como se constituem e que dados são estes, que a análise de discurso e a psicanálise interpretam de maneira tão

diversa, e o que tal interpretação traz consigo, para que depois se faça uma tentativa de diálogo entre elas. Para entendermos então como interpretar os dados nestas duas disciplinas apresentaremos na parte final deste trabalho uma análise de um *corpus* previamente escolhido.

Tal análise nos servirá para colocar a interpretação em funcionamento (a partir do paradigma indiciário) tanto de um ponto de vista da AD quanto da psicanálise. Vale ressaltar que ao usarmos a psicanálise na interpretação do *corpus* não pretendemos de forma alguma psicanalisar o sujeito, pois o referencial psicanalítico nos auxiliará a desvendar o desejo do sujeito a partir dos deslizes presentes na materialidade lingüística e também mostrar o trabalho do inconsciente sobre este mesmo sujeito, o que é bem distinto da análise de divã. A postura psicanalítica nesse trabalho será, portanto, teórica e não clínica. O *corpus* escolhido constitui-se de narrativas orais de ficção produzidas por uma criança de rua, que foram coletadas pelo nosso grupo de pesquisa.

É preciso ter em mente que, neste trabalho, pretendemos ressaltar pontos de “*accrochage*” (pontos de “toque”, de aproximação) entre duas teorias que, como sabemos, não podem ser superpostas. Como veremos existem regiões onde a AD não alcança a psicanálise e vice-versa.

CAPÍTULO 1

Dos dados aos fatos: um resgate do sujeito

*“Ninguém aprende o ofício
de conhecedor ou de diagnosticador
limitando-se a pôr em prática regras
preexistentes.”*

(Carlo Ginzburg, “Mitos, emblemas, sinais –
raízes de um paradigma indiciário”)

Neste capítulo, pretendo discutir e explicitar a diferença entre o estatuto do dado para a análise indiciária e para a análise de conteúdo, ambas largamente utilizadas pelas diversas disciplinas que compõem o quadro das ciências humanas.

O paradigma indiciário opõe-se ao paradigma positivista, pois este último valoriza e baseia-se na medição, quantificação, previsão e formulação geral de hipóteses, pressupostos esses rechaçados pelo paradigma do índice. É preciso ressaltar que o paradigma indiciário se constitui também num paradigma científico que a partir da busca de indícios analisará diferentes tipos de *corpora*. Em relação aos dados como indício centrarei minha discussão em duas disciplinas denominadas indiciárias, a psicanálise e a análise do discurso de linha francesa (AD).

I- A análise de conteúdo e sua filiação ao paradigma positivista

A análise de conteúdo é herdeira do Iluminismo e tem como aposta central o rigor técnico na análise de dados. Esta forma de análise tomou destaque sobretudo no início do século XX, quando as ciências procuravam se formalizar. Esse movimento acontecia tanto

nas ciências naturais quanto nas ciências humanas.

Como já foi dito, há no paradigma positivista a preocupação constante com o controle de variáveis, formulação de hipóteses e neutralidade do pesquisador. O paradigma positivista tem como pai o físico Galileu Galilei que propôs uma abordagem empírica a partir de uma descrição matemática da natureza, sobretudo utilizando-se de técnicas de quantificação e mensuração. No paradigma positivista espera-se chegar a uma resposta pré-determinada, por isso existe sempre a possibilidade de se replicar experiências, pois se espera que o resultado atingido seja sempre o mesmo.

Tal postura científica é adotada até hoje em diversos ramos da ciência, inclusive nas ciências ditas humanas. Nos estudos da linguagem, uma de nossas áreas de interesse nessa pesquisa, temos como exemplo de maior destaque a análise de conteúdo, que veremos a seguir.

Baseada em pressupostos empíricos e positivistas a análise de conteúdo adota, segundo Rocha e Deusdará (2005), as seguintes posturas, numa tentativa de se sustentar enquanto ciência positivista:

- tenta atingir uma significação profunda do texto a partir de um método que considera neutro;
- adota um rigor do instrumento de pesquisa, a partir de regras pré-estabelecidas para análise (como a adoção de categorias de análise, por exemplo);
- vai conceber a linguagem como representação/tradução fiel da realidade, ou seja, vê a linguagem como transparente e como instrumento de comunicação;
- não problematiza o que pretende investigar, o que deixa de fora o contexto em que a situação de análise foi produzida;
- as perguntas, ou seja, as hipóteses pretendem atingir a verdade; e por fim,

- o pesquisador é visto como imparcial, o que afasta sua subjetividade e o coloca num lugar de onipotência em relação aos dados.

Para Henry e Moscovici (1968), que assumem uma posição de forte crítica a esse tipo de análise de dados, a análise de conteúdo caracteriza-se como um grupo mal colocado de técnicas utilizadas para tratar de materiais lingüísticos. Tais materiais podem ser obtidos por meio de enquetes e entrevistas (denominados, neste tipo de análise, de materiais “naturais”) que na pesquisa sofrem um reagrupamento tal como se fossem notícias de um jornal. A partir desta organização, postula-se que tudo o que é dito ou escrito é passível de ser submetido a uma análise de conteúdo. Porém, advertem os autores (op.cit.), que esta análise não conduz a um estudo da linguagem e nem de sua manifestação enquanto tal. Eles acrescentam ainda, que toda análise de conteúdo irá visar a determinação mais ou menos parcial das chamadas “condições de produção”³, que serão seu objeto de análise.

Caminhando deste modo para determinar seus dados, a análise de conteúdo deixa de lado o texto (*corpus* original) e privilegia uma dada condição de produção em detrimento de muitas outras possíveis. Esta operação, de acordo com Henry e Moscovici (op.cit.), é realizada baseando-se em dois planos fundamentais na análise de conteúdo. O primeiro plano é o chamado plano vertical, que visa analisar as condições de produção a partir de um aparato conceitual pré-existente. O segundo plano, denominado de plano horizontal, é aquele em que são retidos do texto apenas alguns elementos. O funcionamento desses dois planos não é independente, pois um acaba por determinar o outro, numa relação de reciprocidade: a escolha dos textos dependerá dos objetivos da análise (ou seja, serão escolhidos os textos que poderão determinar as condições de produção que se quer estudar) e, inversamente, será a partir de trechos distintos dos textos

³ Vale notar aqui que o conceito de condição de produção em análise de conteúdo não pode ser considerado como o mesmo conceito para a AD. Isto ficará mais explícito no decorrer do trabalho.

que tais condições de produção serão caracterizadas.

Isto, segundo os autores (op.cit.), vai acarretar um impasse teórico e metodológico para a análise de conteúdo, que ela não vai conseguir explicar. A este respeito dizem Henry e Moscovici (op.cit., p.38):

Nous sommes maintenant en mesure d'enoncer le problème fundamental de l'analyse de contenu. Il est clair que les deux plans de référence que nous venons de definir ne sont pas independants. C'est ce qui simultanément rend analyse possible et fait le problème. (...) En effet, les conditions de production sont caracterisées à partir de elements distingués dans le texte et les possibilités de cette caracterisation dependent de leur definition. En l'absence de definition autonome de la structure de ces deux plans et de leurs rapports, on about à une impasse methodologique et theorique. Tous les problèmes de l'analyse de contenu dérivent de celui-ci. Les pratiques analytiques ne sont que des moyens d'échapper à la circularité de cette problématique sans pour autant la resoudre.⁴

Para explicitar o impasse mencionado acima, os autores (1968) identificam três grandes famílias dentro da análise de conteúdo, que mostram diversas formas de aparecimento desta problemática que não é resolvida e nem reconhecida de maneira efetiva.

A primeira delas é filiada às teorias de Berelson (1952), que privilegiam o plano vertical de análise, no qual os textos são descritos a partir das condições de produção. Esse método é muito utilizado para estudar e categorizar atitudes, crenças e opiniões. A descrição empírica de tais atitudes fornece um quadro analítico que irá classificar apenas certos elementos do texto. Temos, neste tipo de análise, o negligenciamento de nuances de expressão fato este que, segundo Henry e Moscovici (op.cit.), a torna selvagem, intuitiva e

⁴ “Estamos a ponto de enunciar o problema fundamental da análise de conteúdo. É claro que os dois planos de referência que acabamos de definir não são independentes. É isso que torna, simultaneamente, a análise possível e lhe provoca problema. (...) De fato, as condições de produção são caracterizadas a partir de elementos distintos no texto e as possibilidades dessa caracterização dependem de sua definição. Na ausência de uma definição autônoma da estrutura desses dois planos e de suas relações, chega-se a um impasse metodológico e teórico. Todos os problemas da análise de conteúdo derivam dessa questão. As práticas analíticas são meios de escapar à circularidade dessa problemática sem, no entanto, resolvê-la.”

parcial.

A segunda família fundamenta-se na teoria da informação e na lingüística estrutural, onde o plano vertical fornecerá unidades de conteúdo. Por possuir uma estruturação fixa, há a construção de um modelo universal de análise de conteúdo, o que responde a um desejo prático da pesquisa e acarreta interpretações fechadas. Neste tipo de análise, os textos são editados e há a delimitação dos contextos, deste modo, os elementos de interpretação são fixos *a priori*, o que não permite a construção de unidades de conteúdo variáveis.

Nota-se que entre as duas primeiras famílias existem vários pontos em comum: a estruturação do plano vertical é o que vai comandar a análise do texto, há o aprisionamento do analista dentro de um modelo teórico de descrição ou de um modelo teórico que define precisamente suas variáveis e, há uma preparação do texto que vai anteceder a análise propriamente dita. Isso não permite, portanto, ao analista, fazer novas hipóteses ou variáveis que saiam desse eixo teórico fixo. Essas duas famílias produzem, assim, sistemas fechados de interpretação, nos quais os textos são tratados em detrimento de variáveis particulares.

Já a terceira família será aquela que compreende um método de interpretação aberto. Baseado em dois eixos, sintagmático (relações sintáticas) e paradigmático (aquele que exprime relações implícitas de equivalência semântica), esse método não fixa arbitrariamente as unidades de conteúdo, mas deixa em suspenso a divisão dessas unidades, o que não permite exprimir a totalidade das regras retóricas da linguagem natural. Há aqui, uma distância entre o enunciado bruto e sua representação.

A partir dessa breve exposição, podemos notar que a análise de conteúdo trata seus dados a partir da determinação mais ou menos parcial das condições de produção dos

textos que são seu objeto. Ela não conduz a um estudo da linguagem enquanto faculdade individual, e nem a um estudo da língua, enquanto produto sociocultural. Ainda, ao dar tal tratamento a seus dados, a análise de conteúdo oferece possibilidades limitadas de provar hipóteses e de construir hipóteses novas, pois como já dissemos, os fenômenos estudados possuem condições de produção fixas. Como afirmam Henry e Moscovici (op. cit.), a análise de conteúdo é um instrumento analítico sem ambições, que dá ao pesquisador uma ilusão de objetividade dos dados, que são, a partir daí, considerados como empíricos e adequados aos pressupostos das ciências galileanas.

Na contramão ao empirismo teremos o advento do paradigma indiciário como nova proposta para as ciências humanas, no que concerne o modo de tratamento de corpus e análise de dados.

II – A análise do discurso e a psicanálise – o dado como índice

Diferenciando-se do método utilizado pela análise de conteúdo, várias disciplinas, como a AD pechêutiana e a psicanálise, adotaram a análise indiciária, baseada num paradigma diferente do galileano, como instrumento de construção de seus métodos de análise. Como já foi dito anteriormente, as ciências humanas sempre travaram com o paradigma positivista/galileano “batalhas metodológicas”, principalmente em relação aos dados e sua interpretação. Vamos neste momento, aprofundar um pouco mais essa questão.

A orientação quantitativa e antiantropocêntrica que surgiu a partir de Galileu proporcionaram às ciências humanas dois caminhos: *“ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância”* (PAULI, 2002). Abriam-se aí duas possibilidades para as ciências humanas: privilegiar o geral em lugar do individual, como

faz a análise de conteúdo, ou tentar lidar com um conhecimento opaco e heterogêneo sobre os dados, adotando uma postura científica ainda em construção, posição assumida tanto pela AD quanto pela psicanálise. Assim, a esse respeito, diz Ginzburg (1989, p.135):

(...) Então é preciso renunciar à consideração dada ao elemento individual para poder generalizar, ou tentar elaborar um paradigma diferente, um paradigma do índice, que se apóia no entanto, sobre o conhecimento científico (mas de uma cientificidade que resta a definir) do individual.(grifos meus)

Tal paradigma do índice surge “silenciosamente”, segundo Ginzburg (op.cit.), no final do século XIX, principalmente com os trabalhos de Ivan Lermolieff, pseudônimo utilizado pelo médico italiano Morelli, que atribuía a autoria de quadros baseando-se em detalhes menores da pintura, como o lóbulo das orelhas e as formas das unhas das mãos e pés das personagens dessas obras, ou seja, era um método que privilegiava indícios imperceptíveis à maioria dos observadores, mas que assinalavam a individualidade do artista.

Tais dados/indícios, vistos como marginais, negligenciados como menores e tidos como pouco importantes, são o que vão fazer a grande diferença no momento da análise para as ciências indiciárias. Investigando como o homem se constituiu um grande decifrador de pistas, ao longo do tempo, Ginzburg (op. cit., p.151-152) sintetiza:

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira de ciladas (...) Decifrar ou ler pistas dos animais são metáforas.

Ao investigar o que está na margem, o paradigma indiciário afasta-se do paradigma galileano, pois ao destacar a individualidade ele contrapõe-se a esse último, que postula a impossibilidade de se falar do individual.

Por trás desse paradigma indiciário, que foi adotado por várias disciplinas, entre elas como já dissemos, a AD e a psicanálise, a história resgata a figura do caçador agachado na lama à procura de pistas deixadas por sua presa (GINZBURG, op.cit.).

Podemos dizer, então, que a constituição dessas disciplinas a partir do paradigma indiciário resulta do que Pêcheux (1969) denominou de ruptura galileana. A ruptura galileana é entendida como uma ruptura epistemológica dentro de uma determinada disciplina (ciência), que acarreta modificações de posição dessa disciplina e a produção de muitas outras disciplinas. Ginzburg (op. cit.), não se refere diretamente à idéia de ruptura galileana, mas assinala a possibilidade de intercâmbio conceitual entre disciplinas diferentes (GINZBURG, 1989, p.170):

Trata-se, como é claro, de adjetivos não-sinônimos, que no entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de termos-chave.

Apesar de escrever sobre tal ruptura dentro da física e da biologia, Pêcheux (1969) afirma que a utilização adequada de tal conceito para a análise da constituição científica de outras disciplinas exige a cada vez um trabalho epistemológico sobre a história da disciplina tomada em questão. Pêcheux (op. cit.) compara o desenvolvimento histórico dos conhecimentos científicos resultantes da importação da ruptura galileana a um processo quase biológico de adaptação. Para ele, nenhuma ciência pode constituir-se fora da ideologia. Ainda, argumenta o autor, tal ruptura produz modificações no campo experimental de uma determinada ciência.

O próprio Pêcheux em outro trabalho (1997) chama a atenção para uma ruptura operada dentro das ciências sociais pelo advento de sua teoria de análise do discurso. Ao elaborar seu dispositivo de análise, o autor tinha o intuito de tornar as ciências sociais em uma prática verdadeiramente científica, o que ele denominou de ciência da ideologia. Para isso, segundo ele (op. cit.), é necessário que haja uma utilização ideológica dos instrumentos, ou seja, deve haver extensões da utilização dos mesmos e essa utilização deverá visar uma contestação de posições ideológicas. A ideologia dentro da ruptura galileana irá, assim, destacar conceitos e os recombina em um processo original, além de produzir as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais.

Segundo Ginzburg (1989), particularmente em estudos da linguagem, a opção pelo paradigma galileano retira toda a materialidade do texto e o priva de todas as suas referências sensíveis. A escolha pelo paradigma indiciário devolve ao texto suas qualidades individuais, os contextos em que foi produzido e a(s) história(s) de suas condições de produção (TFOUNI, 1992).

Não seria essa a mudança trazida pelo paradigma indiciário para o campo das ciências humanas e sociais? A mudança de tomada de posição diante dos dados, ou seja, a adoção da análise indiciária trouxe para as ciências humanas a possibilidade de resgate de um sujeito único, particular, há muito esquecido e sufocado por métodos de interpretação fechados, como os utilizados pela análise de conteúdo.

Retomando a afirmação de Pêcheux (1969), de que nenhuma ciência pode se constituir fora da ideologia, ou seja, fora de uma determinada formação ideológica que determinará sua tomada de posição, não podemos deixar de dizer também que o paradigma indiciário foi usado como ferramenta de controle social. A análise indiciária foi transportada da análise de obras para uma análise do indivíduo, o que, segundo o autor (op.

cit.) é passível de acontecer de acordo com a ruptura galileana operada na ciência (a qual originou um novo conceito), assim como o próprio trabalho da ideologia dentro dessa ruptura.

Voltando à questão do uso do paradigma indiciário como ferramenta de controle, surgiram disciplinas nas quais a interioridade de um sujeito era decifrada através de indícios no corpo, ou seja, a aparência passa a ser confundida com a identidade do sujeito (HAROCHE, 1988). Partindo desse ponto de vista - onde sinais e marcas no corpo eram testemunhas de uma interioridade invisível - surgiu, por exemplo, a fisionomia (na qual indivíduos considerados potencialmente perigosos eram identificados por suas características imperceptíveis, infinitesimais) e depois dela, a antropometria com seus estudos detalhados do cérebro humano. Como afirma Haroche (1988, p.49):

Na constituição do olhar sobre o corpo – corpo sofredor a ser aliviado, corpo condenado a ser aprisionado, ou simplesmente corpo de outrem a acompanhar – os projetos de uma história natural e de uma história social são indissociáveis. (...) onde cada pessoa vê lhe atribuírem pelos traços de sua fisionomia, um lugar ‘natural’ na ordem social. (grifos meus)

Tal uso, ao invés de resgatar o particular de cada sujeito, o punha dentro de uma grande massa, a massa dos criminosos, daqueles que ameaçavam as formas de governo vigentes na época. Citando novamente Haroche (op. cit., p.55):

(...) o anonimato da multidão, ao mesmo tempo que protege traz igualmente inquietação: ele obriga a decifrar a personalidade. É preciso poder se distinguir e o corpo de outrem torna-se uma coleção de detalhes a assinalar, de índices a interpretar. (...) o tipo popular esconde o criminoso típico (...) os conflitos políticos e sociais se traduzem em uma polêmica das aparências, onde o rosto do outro denuncia, na amplificação grotesca do detalhe visível, a natureza de sua moralidade corrompida.

As classes sociais se enfrentam, assim, a partir de traços raciais que são tidos como

reveladores de traços morais.

Mesmo tendo seu uso muitas vezes atrelado à elaboração de tais formas de controle, o paradigma indiciário pode, segundo Ginzburg (1989), se converter num instrumento capaz de dissolver as névoas da ideologia que obscurecem os poderes de uma estrutura social. É fato que esse paradigma “penetrou” nos mais diversos âmbitos cognoscitivos, moldando as ciências humanas e auxiliando a interpretação de uma realidade que nos é opaca, a partir de sinais/indícios que permitem decifrá-la. Como afirma Pauli (2002, p.19-20):

A partir do final do século XIX, o paradigma indiciário passa a fundamentar disciplinas eminentemente qualitativas – entre as quais encontra-se a AD francesa, que surgiu muitos anos depois [acrescento aqui ainda, a psicanálise] – as quais alicerçam-se sob a observação do pormenor revelador mais do que na dedução, e permitem um resgate rigoroso do sujeito e do sentido a partir da linguagem, sem contudo reduzi-los a objetos mensuráveis.

Em plena sintonia com a AD e com a psicanálise, todas as citações acima fixam a certeza de que o dito guarda pegadas do que é silenciado, há marcas de denegações, sentidos da memória e vacilos que interessam ao analista (ROMÃO, 2002). Não apenas o que está escrito, mas também o “que não está lá” importa ao analista.

Os dados em AD são, portanto, fatos, pois trazem à tona uma reflexão sobre a historicidade e também sobre a memória. Orlandi (1996, p.214) definindo os dados em AD, escreve:

Os dados são os discursos. E os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis.

Os dados em AD são fatos, pois trazem a exterioridade discursiva à cena, ou seja,

revelam a situação em que tais dados foram produzidos. É o que chamamos, em AD, de condições de produção do discurso. Essas condições de produção são divididas do seguinte modo: condições de produção imediatas (quem fala? Para quem fala? Sobre o que fala?) e condições de produção mediatas (que diz respeito à memória do dizer, ou seja, ao interdiscurso).

Como destaca Orlandi (2001), a AD contesta que a partir de uma observação empírica de dados seja possível atingir a interpretação dos sentidos contidos nesses dados. A AD recusa desse modo, o conteudismo e restitui a opacidade aos objetos simbólicos articulando-os com o político. Como resume Orlandi (op.cit., p. 44):

(...) a noção de dado é ela própria um efeito ideológico do qual a análise do discurso procura desconstruir a evidência, explicitando seus modos de produção. (...) Redefinindo a relação do analista com o dado, com a interpretação, com o real, com a realidade, a noção de discurso promove confrontos teóricos que resultam na redefinição do político, do histórico, da ideologia, do social e do lingüístico.

Traçando uma relação antagônica com as ciências positivistas, filhas do paradigma galileano e do empirismo, a AD não herda dessas ciências a noção de dado – tido nestas como algo objetivo e que pode ser observado diretamente. Aí reside a opção da AD de linha francesa pelo paradigma indiciário, que fica explicitada neste comentário de Orlandi e Guimarães (1988, p.54):

As marcas são pistas. Não são encontradas diretamente. Para se atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois tratar as ‘marcas’ ao modo positivista como na Lingüística. (grifos meus).

A materialidade do significante constrói uma realidade, ao passo que o

funcionamento do discurso edifica uma metáfora. O interdiscurso, ou, como já dissemos, a memória, tem um papel central nesse processo como mostra Agustini (2000, p.15):

Estabeleci uma analogia ilustrativa entre o dizer e uma colcha de retalhos. Comparando-os, posso perceber que o dizer resulta de recortes do interdiscurso (memória do dizer) que o sujeito-falante, imbuído histórica e ideologicamente por um lugar de significação, (re)corta e costura. Em alguns pontos da colcha, o acabamento perfeito não permite visualizar os arremates, mas há outros lugares em que os arremates são visíveis (dobras interdiscursivas). Os arremates não são, portanto, acidentes do/no tecido. São processos interdiscursivos próprios do funcionamento do dizer. São tecidos interdiscursivos que se torcem (...) e se dobram no processo de confecção da colcha. A unidade da colcha reside, por conseguinte, no sistema que torna possível e que rege a colcha. Essa analogia dizer-colcha me permite compreender e explicitar que todo dizer se constrói por um retorno constante a outros dizeres presentes no interdiscurso (memória do dizer) (grifos meus).

Sendo a memória discursiva constitutiva do sentido, há sempre várias vozes, historicamente já constituídas, que voltam à tona, ressignificando uma formação discursiva (FD). A amarração do discurso do sujeito com o discurso do outro indica a ideologia interpelando-o; tem-se aí uma dependência / identificação / associação a uma FD já dita. As palavras terão sentido, portanto, de acordo com a FD em que são produzidas.

Como se pode ver, muitos conceitos, como a história, a memória e a ideologia, são postos em jogo quando se interpreta dados/fatos a partir da perspectiva da AD. Pois, como afirma Pêcheux (1997), a linguagem não pode ser reduzida a apenas um instrumento de significação. Reduzir a linguagem deste modo é, segundo ele, uma ideologia que serve para naturalizar o homem e tirar dele aquilo que possui de particular, peculiar. O movimento que coloca os sujeitos em seus lugares sociais é, deste modo, totalmente apagado, e o que se vê é apenas o externo e suas conseqüências. É preciso considerar que a comunicação é apenas a parte emersa do iceberg e será, a partir dos princípios teóricos da AD e da adoção do paradigma indiciário, o que o analista de discurso irá “farejar” pistas

que indiciarão o que está abaixo do topo.

A AD entra assim, em conflito com a noção hermenêutica de interpretação (na qual interpreta-se apenas o sentido estrito das palavras), recusando o conteudismo e restituindo a opacidade aos objetos simbólicos (pois a língua não é transparente) (GADET e HAK, 1997, FERREIRA, 1998 e ORLANDI, 2001). Portanto, para a AD o dado não existe enquanto tal; ele resulta de uma construção, e todo esse processo deverá ser levado em conta no momento de sua interpretação. Isto quer dizer que a interpretação em AD sempre acontecerá em algum lugar da história, tornando-se decisiva na relação do homem com o mundo (ORLANDI, 1987, 1995 e HAROCHE, 1988).

Como veremos no capítulo dedicado totalmente à questão da interpretação, o analista do discurso não interpreta apenas o que está escrito ou o que é dito, interessa-nos também “o que não está lá”. Para tanto o analista se serve de um movimento teórico no momento de fazer seu gesto de interpretação: ele neutraliza os dois esquecimentos constitutivos do sujeito, vendo a atuação da ideologia e fazendo a formação de famílias parafrásticas. A formação das famílias parafrásticas permite procurar no corpus a polissemia, o novo, fazendo com que o analista trabalhe com a regra de outro da AD “dizer x para não dizer y”.

Também filiada ao paradigma do índice em psicanálise, os dados são produzidos a partir da fala (associação livre) do paciente. A análise desses dados partirá do pressuposto de que o que está na margem do dizer é que indiciará o trabalho do inconsciente. A escolha pela análise indiciária se torna óbvia e fica explicitada numa passagem de Freud no ensaio sobre o Moisés de Michelangelo, na qual o autor revela seu contato com os trabalhos de Morelli. Freud ([1914] 1996a, p.226) escreve:

Muito antes de ter tido qualquer oportunidade de ouvir falar em psicanálise, soube que um conhecedor de arte russo, Ivan Lermolieff, provocara uma revolução nas galerias de arte da Europa colocando em dúvida a autoria de muitos quadros, mostrando como distinguir com certeza as cópias dos originais e criando artistas hipotéticos para obras cuja suposição anterior de autoria fora desacreditada. Conseguiu isso insistindo que a atenção deveria ser desviada da impressão geral e das características principais de um quadro, dando-se ênfase aos detalhes de menor importância (...) Parece-me que seu método de investigação tem estreita relação com a técnica da psicanálise que também está acostumada a adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de aspectos menosprezados ou inobservados, do monte de lixo, por assim dizer, de nossa observação. (grifos meus).

O método de Morelli trazia a proposta de uma interpretação centrada em dados marginais, mas que possuem *status* revelador. Tais traços marginais, que revelam a presença do inconsciente, eram para Freud os sintomas, chistes e atos falhos a serem decifrados. A psicanálise devolvia assim, ao sujeito, sua individualidade, sua particularidade esquecida pela psicologia que se constituía dentro de pressupostos experimentais empiricistas. Como afirma Pauli (2002), a subjetividade será abolida dentro do campo da psicologia e no interior do paradigma que a fundamenta.

Relendo Freud, o psiquiatra francês Jacques Lacan ([1957] 1998; [1964] 1998), postula um inconsciente estruturado como uma linguagem e promove a inserção da psicanálise dentro da lingüística. Os dados a serem interpretados pelo analista lacaniano serão os significantes que escapam da cadeia inconsciente e que poderão assumir múltiplos sentidos. Mais uma vez a psicanálise resgata o sujeito da massificação psicométrica e nos permite pensar numa relação entre a teoria lacaniana e a AD de linha francesa.

Podemos dizer que tanto a AD quanto a psicanálise trabalham no entremeio do que Gadet (1978) denominou de dupla falha da sintaxe (ponto de partida de ambas, ou seja, parte-se da superfície da cadeia significante) que confronta o sujeito com seu discurso mostrando que ele é, antes de tudo, sujeito desejante. Para Gadet (op.cit.) essa dupla falha

da sintaxe reside na falha do inconsciente e também na falha da história. Segundo a autora merecem destaque as teorias de Foucault, Pêcheux e Henry que fornecem a definição de efeitos discursivos. Tais efeitos são produzidos a partir da língua e inserem o sujeito em um processo histórico. Ainda, segundo Gadet (op.cit.), um meio possível de se trabalhar no entremeio dessa dupla falha seria partindo-se do estudo da enunciação, pois esta vai traçar um caminho que vai da sintaxe ao discurso (fala). Ir da sintaxe ao discurso é o trabalho que realizam a AD e a psicanálise. Como afirma Lacan ([1954-1955] 1987, p.325), em seu seminário sobre o eu na teoria freudiana:

O homem vive num mundo de linguagem, no qual ocorre esse fenômeno que se chama fala. Consideramos que a análise se dá neste meio aí.

Vale ressaltar aqui que, ao tentar traçar um diálogo entre Pêcheux e Lacan não me remeto diretamente ao estruturalismo, pois como contemporâneos ambos tiveram influências marcantes em suas teorias dessa corrente de pensamento. Henry (1997) nos adverte para essa “tentação”. Segundo ele, não se pode dizer que Pêcheux era estruturalista, o mesmo acontecendo com relação a Lacan. O autor (op.cit.) segue dizendo que Lacan não reduziu a psicanálise a uma espécie de análise lingüística; ao contrário, o psiquiatra francês reelabora conceitos ao reler Freud a partir de temas lingüísticos, como o inconsciente estruturado como linguagem, a condensação como metáfora e o deslocamento como metonímia.

Contrariamente a esses dois teóricos, os estruturalistas apenas transferiram conceitos para outros campos e não fugiram da tentativa de naturalizar o homem, hábito herdado da teologia cristã e da filosofia clássica. O estruturalismo abria as portas para quaisquer formas de reducionismo, uma posição questionada por diversos autores, entre

eles Lacan, Althusser, Derrida, Foucault e Pêcheux.

Nosso caminho neste trabalho será outro, buscaremos pontos de toque (*d'accrochage*) entre a AD pechêutiana e a psicanálise lacaniana pelas vias do conceito de interpretação, que em ambas ocupa papel central e que vai além da busca por categorias e da tentativa de naturalizar o homem, a fim de compreendê-lo enquanto sujeito, que significa e se significa de modo único, através da ideologia e do inconsciente.

É a implicação dentro das ciências humanas do que é particular, a busca pela história e pela memória do dizer e o resgate do sujeito enquanto único (que essas duas disciplinas indiciárias fazem tão bem) nosso ponto de partida para uma possível articulação.

Não podemos, porém, antes de seguir em frente, deixar de abordar aqui duas outras noções caras a esta nossa pesquisa: os conceitos de recorte e de condições de produção. Como dissemos anteriormente tanto em AD como em psicanálise os dados a serem analisados estão no discurso. O que permite a interpretação será a eleição por parte do analista de recortes desta materialidade lingüística, recortes estes que produzirão sentidos.

Apesar de serem conceitos adotados apenas pela AD, cremos que tanto as noções de recorte quanto as condições de produção não podem, neste trabalho, servir exclusivamente a esta disciplina, pois tais noções têm muito a dizer à psicanálise lacaniana, afinal também o psicanalista pontua fragmentos (recortes) do discurso do analisando.

Segundo Courtine (1982), as condições de produção regem a relação entre a materialidade lingüística e as condições históricas que determinam esta materialidade. Este trabalho, de orquestrar a relação entre língua e história, será o que fundamenta a produção do *corpus* discursivo, ou seja, fonte dos recortes a serem analisados.

Vale lembrar, ainda, que as condições de produção tornam possíveis a formulação e

compreensão dos discursos, constituindo assim a instância verbal de produção destes, o que inclui o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente. É preciso pensar o discurso (e o sentido) dentro de suas condições de produção.

Esta relação direta entre as condições de produção e o recorte vai ser o que distancia este último da simples eleição de “palavras-chave” tal como faz a análise de conteúdo, que abordamos anteriormente. O recorte em AD será, portanto *“uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação. (...) A idéia de recorte remete à noção de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia”*. (Orlandi, 1987, p. 139-140).

A eleição do recorte da superfície lingüística é o primeiro passo para a análise. É preciso destacar que a eleição do recorte segue um estranhamento por parte do analista daquilo que ele “lê” de seu *corpus*, ou seja, ele estranha a mensagem ali veiculada, desnaturalizando assim seu sentido óbvio e restituindo ao dizer sua opacidade constitutiva.

Segundo Cazarin (2005, p.47):

Nos recortes não há passagem automática entre as unidades e o todo que elas constituem, mas por elas chega-se à representação das relações textuais referidas às condições de produção em que foram produzidas. É nesse sentido que se apresenta o recorte como unidade discursiva.

Como se pode ver, a AD (e também a psicanálise) difere sensivelmente da análise de conteúdo no que concerne a abordagem de seus dados. Em resumo, podemos notar entre essas duas disciplinas algumas diferenças marcantes que resumimos na seguinte tabela (adaptada de Rocha e Deusdará, 2005):

Tabela – Principais diferenças entre a análise de conteúdo e a análise do discurso

	Análise de conteúdo	Análise do discurso
Objetivos de pesquisa	Captar um saber que está na superfície textual	Analisar em que perspectivas a relação de poder no plano discursivo se constrói restituindo assim a opacidade ao texto e aos dizeres.
Pesquisador	Visto como leitor privilegiado por dispor de técnicas “seguras” de trabalho. É visto assim como onipotente em relação aos dados.	Não é neutro; articula linguagem e sociedade participa ativamente de ambas. Realiza gestos de interpretação entre muitos outros possíveis, preservando o pressuposto de que o sentido sempre pode vir a ser outro.
Concepção de texto	Lócus do significado do sentido	É a materialidade do discurso; não é um dado e sim um fato, que comporta a historicidade.
Concepção de linguagem	Aquilo que reproduz uma realidade que existe a priori; é vista como transparente e como veículo de comunicação.	É algo que atua no mundo; é vista como não-UM (incompleta), opaca e sujeita à falhas.
Concepção de ciência	Instrumento neutro de verificação de uma determinada realidade.	Espaço de construção de diferentes olhares, ou seja, lugar que pode comportar diferentes gestos

		interpretativos sobre uma mesma questão.
Concepção de corpus	É o ponto de partida para a análise.	Não é inaugural e sim resulta de uma construção, constituindo-se enquanto fato. Está diretamente relacionado com a teoria, pois análise e teoria são indissociáveis.
Análise	Replica a teoria sem questioná-la.	Faz interagir teoria e análise num constante questionamento dos conceitos.

Tais concepções permitem-nos a compreensão de que em ambas as disciplinas os dados passam a ser fatos, pois a linguagem não pode ser reduzida à origem do sujeito, mas deve ser entendida como algo que define a posição de todo falante, o que implica trazer para a nossa discussão a língua, a história e com elas o equívoco num grande caldeirão produtor de sentidos. Como diz Orlandi (2001, p.58):

(...) os ‘dados’ não têm memória, são os ‘fatos’ que nos conduzem à memória lingüística, nos fatos temos a historicidade. (...) olharmos o texto [e eu diria, o discurso] como fato e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona.

Algo vai muito além da simples análise de conteúdo dos enunciados produzidos pelo sujeito, que descrevemos brevemente no início deste capítulo. Iniciaremos nosso

diálogo neste ponto. Para isso, no capítulo seguinte, descreveremos os papéis da história e da língua na construção dos sentidos, na parte consagrada à eleição de conceitos chaves dentro da AD e da psicanálise lacaniana.

CAPÍTULO 2

Conceitos de base

A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido.

(Ferdinand de Saussure, “Curso de Linguística Geral”, p. 200).

Muitos vocábulos que hoje pereceram, renascerão, e muitos perecerão, que estão hoje em função, quando o uso quiser, junto a quem residem o poder de decisão, a lei e a regra.

(Horácio, “Arte poética”, in: Milner, J-C. “O amor da língua”, p.23).

Neste capítulo entro inicialmente em conceitos que denominei conceitos de base. Tal designação deve-se ao fato de que, para nossa pesquisa, é essencial aprofundarmos a discussão e apontarmos os papéis da língua, história, interdiscurso e intradiscurso para ambas as disciplinas que proponho estudar. A escolha desses conceitos é o que vai traçar o fio condutor das reflexões aqui apresentadas.

Neste ponto, pergunto: como entender os papéis da língua e da história para o trabalho da analista de discurso e do psicanalista lacaniano? Esse é um ponto de partida possível para articular a AD e a psicanálise. Inicialmente, exporei as definições de língua e história, passarei então para os conceitos de interdiscurso e intradiscurso. Entremeando as definições de cada conceito, tentarei mostrar pontos *d'accrochage* possíveis entre a AD e a psicanálise lacaniana, nos quais o diálogo entre essas duas disciplinas se torna possível e interessante.

I - A história, a língua e a construção de sentidos

A qual conceito de língua a AD e a psicanálise lacaniana se remetem?

Nestas duas disciplinas temos que a concepção de língua deriva principalmente dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, lingüista suíço que inaugurou no cenário científico um movimento denominado Estruturalismo. A obra deste autor (não publicada por ele, mas por alunos que assistiam a suas aulas na Universidade de Genebra), considerada o marco inaugural do Estruturalismo, foi o Curso de Lingüística Geral (1969), que traz uma síntese de toda a teoria saussuriana sobre as questões da língua, principalmente, as relações entre pensamento e linguagem, linguagem e realidade e a questão do sentido.

O Curso de Lingüística Geral (daqui em diante usaremos a notação CLG) foi construído a partir dos três cursos de lingüística geral ministrados por Saussure na Universidade de Genebra entre os anos de 1906 e 1911. Os responsáveis pela execução e edição do CLG, Bally e Sechehaye, não freqüentaram os cursos de Saussure e após a morte de Saussure (em 1913), os editores basearam-se em anotações feitas por alunos que freqüentaram o curso, sobretudo as anotações de Riedlinger. As anotações do próprio Saussure eram raras, visto que ele as destruía, em sua maior parte, após cada aula que ministrava. Apesar de ter sido editado de modo tão peculiar em 1916, o CLG representou um ponto de impacto no interior das idéias lingüísticas que vigoravam até aquele momento.

Como afirma Gadet (1990, p.07) acerca do impacto das idéias de Saussure:

(...) la théorie saussurienne a produit un effet de déconstruction du sujet psychologique libre et conscient qui régnait dans la réflexion de la philosophie et des sciences humaines naissantes, à la fin du XIXe siècle. On voit pourquoi Saussure a pu être rapproché de Freud, Marx, Darwin

ou Copernic.⁵

Sem dúvida, a teoria saussuriana teve grande importância para os estudos da linguagem e ainda tem; sabe-se que até hoje são inúmeras as obras que se consagram ao estudo das idéias saussurianas. Temos publicações contínuas sobre o tema na Europa e América Latina, e, atualmente, há também um impacto marcante da obra de Saussure nos países asiáticos, sobretudo no Japão (ARRIVÉ, 2006, anotações de aula).

Como diz Gadet (op.cit.), um dos grandes méritos da teoria saussuriana foi o de explicar um grande número de fatos lingüísticos através da compreensão do funcionamento da linguagem na criação de novos enunciados. Um dos pontos ressaltados pela autora (op.cit.) é que ao definir o signo como fator excludente da realidade, Saussure concebe a língua como um sistema que não conhece senão sua ordem própria.

Saussure ([1916] 2005) define a língua da seguinte maneira:

Mais qu'est-ce que la langue ? Pour nous elle ne se confonde pas avec le langage ; elle n'en est qu'une partie déterminée, essentielle, il est vrais. C'est à la fois un produit social de la faculté du langage et un ensemble de conventions nécessaires, adoptées par le corps social pour permettre l'exercice de cette faculté chez les individus. (p. 25).⁶

Mais adiante o autor (op.cit.) acrescenta:

La langue est un système de signes exprimant des idées, et par là, comparable à l'écriture, à l'alphabet des sourds-muets, aux rites symboliques, aux formes de politesse, aux signaux militaires, etc, etc.

⁵ “(...) a teoria saussuriana produziu um efeito de desconstrução do sujeito psicológico livre e consciente que reinava na reflexão da filosofia e das ciências humanas nascentes no final do século XIX. Vemos a razão pela qual Saussure pôde ser reaproximado de Freud, Marx, Darwin ou Copérnico.”

⁶ “Mas, o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem; ela é uma parte determinada, essencial na verdade. A língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pela sociedade para permitir o exercício dessa faculdade (a da linguagem) pelos indivíduos.”

Elle est seulement le plus important de ces systèmes. (p.33).⁷

Dando à língua tal conceituação, este autor define a especificidade do trabalho do lingüista pelas diferentes disciplinas que têm relação com a linguagem, entre elas a AD e a psicanálise lacaniana.

Partindo dessa concepção de língua, o objeto de estudo para tais disciplinas será, então, a linguagem, e neste caso, uma linguagem marcada pela dualidade: há a língua, enquanto fato social, e a fala, enquanto ato individual. Será através da fala que se terá acesso à língua, tendo em vista que é através do trabalho da primeira que se darão mudanças na segunda.

Como destaca Gadet (1990) é a partir da pressuposição do trabalho do sujeito falante (pois a fala fica a critério exclusivo deste sujeito) sobre a língua que a teoria saussuriana nos mostra os primeiros indícios da relação entre língua e inconsciente e aponta para a singularidade, pois como afirma o próprio Saussure, quando o sujeito escolhe um signo, ele deixa muitos outros de lado e ainda, acrescenta ele, não se pode dizer que dois sujeitos farão a mesma escolha. Complementando, Gadet (op. cit.) destaca que não há nada que garanta que dois sujeitos atribuam o mesmo sentido a um mesmo enunciado, pois a fala é um ato individual que remete também para o sujeito singular.

Além da dicotomia língua (fato social) e fala (fato individual), um outro ponto muito importante da teoria de Saussure para a AD e para a psicanálise são os pressupostos de que o signo não é transparente e de que o sujeito não é mestre da língua, pois tudo o que concerne à língua não pode ser explicado através dela, senão como já dissemos pelo trabalho operado nela pela fala.

⁷ “A língua é um conjunto de signos que exprimem as idéias, e por conta disso, pode ser comparada à escritura, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de tratamento, aos sinais militares, etc, etc. Ela é somente o mais importante destes sistemas.

Gadet (op.cit.) enumera as seguintes contribuições da teoria saussuriana para os estudos da linguagem e que perduram até os dias de hoje: a) explicar um grande número de fatos da língua; b) compreender o quê, pelo funcionamento da linguagem, faz com que possamos criar novos enunciados (isto remete ao conceito de fala ordinária, ou seja, usos particulares da língua em conformidade com seu sistema constitutivo); c) definir a especificidade do trabalho do lingüista pelas diferentes disciplinas que tem relação com a linguagem.

Nos aspectos mais gerais apontados acima, fica claro que a lingüística saussuriana teve impacto para as disciplinas indiciárias (tal como as caracterizamos no capítulo anterior), em particular as duas que nos interessam neste trabalho. Mas precisamos neste momento evidenciar um pouco mais os “reais” impactos de Saussure em cada uma delas.

Em psicanálise, como veremos adiante, há influências recíprocas entre Freud e Saussure, mas, apesar de contemporâneos, estes dois teóricos nunca entraram definitivamente em contato. O que sabemos somente como dado curioso, é que Freud foi analista do filho de Saussure e que também escreveu o prefácio da tese de doutorado de Raymond de Saussure que tratava do método psicanalítico.

Porém, como diz Arrivé (1998), esse desconhecimento suposto que ambos tinham de suas respectivas teorias não pode ser esclarecido com o que dispomos na biografia destes dois célebres pensadores do século XIX. Em outro trabalho, Arrivé (2006) tenta justificar esse desconhecimento recíproco a partir do que se sabe hoje sobre as condições da vida intelectual dessa época, segundo o autor seria quase impossível, realmente, um lingüista de Genebra ter conhecimento do trabalho teórico de um médico vienense, tendo em vista a distinção de língua, países, culturas e por fim de disciplinas onde cada um se destacava. Mas, como bem destaca Arrivé (op.cit.), Freud, apesar de nunca citar Saussure,

em artigo datado de 1913, ao discorrer sobre as disciplinas que influenciam o método psicanalítico cita a lingüística em lugar de destaque. Neste trabalho Freud irá considerar que a linguagem e o inconsciente têm uma origem comum.

De acordo com Arrivé (1998), quem vem, mesmo que tardiamente, para colocar Saussure e Freud em diálogo é Lacan.

Segundo Arrivé (op.cit.), Lacan filia-se definitivamente à obra de Saussure em 1953, quando começa a relacionar os conceitos de significante e significado com a teoria freudiana (neste momento o encontro das teorias freudiana e saussuriana na obra de Lacan entra aqui em compasso de espera). Lacan não somente estudou o Curso de Lingüística Geral, mas também teve contato com os escritos saussurianos sobre os anagramas (Lacan conheceu o chamado Saussure Noturno)⁸.

Segundo Juranville (2003), Lacan deu, de certo modo, prosseguimento ao trabalho de Saussure. Para ele (op.cit.), Lacan se dedica ao estudo do signo e ao caráter de contemporaneidade entre o significante e o significado, e determina, deste modo, um plano da linguagem onde irá aparecer apenas o significante. Como veremos mais adiante, trata-se da teoria lacaniana da primazia do significante sobre o significado, o que culmina com a inversão do célebre algoritmo saussuriano.

⁸ De acordo com Gadet (1990), há uma outra dimensão de Ferdinand de Saussure que não aquela do Curso de Lingüística Geral. Tal dimensão remete ao chamado Saussure Noturno em contraponto ao Saussure Diurno, ou seja, o autor do Curso de Lingüística Geral. O Saussure chamado de Noturno será aquele que estudou os anagramas. A metáfora do dia (lugar da voz oficial do Curso de Lingüística Geral) e da noite (o lado obscuro de uma pesquisa antagônica à razão científica) nos ajuda, complementa Gadet, a entender as diferenças e as relações entre “os dois Saussure”.

Segundo Gadet (op. cit.), entre os anos de 1906 e 1909, Saussure ao estudar a poesia latina saturnina crê estar diante de uma atividade secreta contida nos poemas que ele denomina de anagramas. Os anagramas seriam textos que estariam presentes de maneira velada nos poemas escritos. A relação entre estes dois textos era explicada da seguinte maneira: havia um tema implícito no poema (geralmente um nome próprio) e o modo pelo qual o poema era escrito e a partir de uma redução de fragmentos fônico obtinha-se o nome então implícito. Gadet (op. cit.) nos mostra o seguinte exemplo: *Taurasia CIsauna SamnIO cePlt – SCIPIO* (p. 12). Com tais constatações, Saussure, segundo a autora, interroga a um estudioso de poesia latina: tais anagramas aconteceriam por acaso ou intencionalmente? Saussure nunca obteve uma resposta para esta questão e acaba por abandonar este estudo que contava com cerca de 140 cadernos de anotações que nunca foram publicados.

A filiação à teoria saussuriana para elaboração do algoritmo S/s fica clara no texto “*A instância da letra no inconsciente*”, de 1957. À medida que as reflexões de Lacan aconteciam, o papel de Saussure foi se tornando mais discreto, mas em 1970 no texto “*Radiophonie*”, Lacan deixa claro que considera Freud um precursor de Saussure. Para ele era inegável a influência do primeiro na obra do segundo, o que em última instância anteciparia, não apenas Saussure, mas também toda a lingüística. Nas palavras de Lacan ([1972] 2001, p.406):

(...) Freud antecipe la linguistique, je dis moins que ce qui s’impose, et qui est la formule que je libere maintenant: l’inconscient est la condition de la linguistique.⁹

Retomando a questão do algoritmo é preciso compreender, agora, o seu funcionamento para que possamos trabalhar as conseqüências de sua inversão, feita por Lacan. O algoritmo inicialmente postulado por Saussure em seu Curso de Lingüística Geral, possuía a seguinte notação:



Figura 1. Inscrição saussuriana do signo. (Dor, 1992)

O algoritmo de Saussure apóia-se na noção de signo lingüístico que une um conceito a uma imagem acústica, ou seja, o algoritmo seria a notação mesma do signo, sua definição e composição. Mais tarde, Saussure substitui conceito por significado e imagem

⁹ “(...) Freud antecipa a lingüística, eu digo que disso impõe, e que é a fórmula que libero nesse momento: o inconsciente é a condição da lingüística.”

acústica por significante (como podemos notar na figura acima). Segundo Dor (1992), Saussure postula que a estrutura do signo procedia a um “corte” no fluxo dos sons e pensamentos. Seria neste corte que residiria a origem do significante, não existindo deste modo um fluxo de significantes, pois o mesmo corte que o produziu, o faz surgir como um conceito.

Podemos dizer, seguindo Juranville (2003), que a inversão do algoritmo operada por Lacan reside no fato de que o conceito de significante será visto por Lacan de modo totalmente diferente do visto por Saussure. Para Saussure, o significante será uma representação – o autor coloca o significante como imagem acústica do signo (o que Freud denominaria de representação da palavra em oposição à representação da coisa) – para Lacan, como veremos a seguir, o significante não pode reduzir-se apenas ao “representar”.

Segundo Lacan, e ao contrário de Saussure, o significante está ao lado da representação da coisa e não da representação da palavra. Isso quer dizer que o significante será aquilo que caracteriza o conteúdo do inconsciente e o que ele vai significar remeterá sempre a quem para que ele signifique, ou seja, o significado do inconsciente sempre nos levará ao sujeito.

Lacan afirma que o significado último do significante é o desejo como castrado. A partir dessa consideração, o autor postula três momentos do significante:

- 1- o significante na ordem do inconsciente;
- 2- o efeito de significado – ou seja, o significado como efeito; e
- 3- o que resulta desta posição do significado e que Lacan denominará de letra (é a letra que está ao lado da representação da palavra).

Como resume Juranville (2003):

(...) le signifiant chez Lacan n'est plus comme chez Saussure une "representation" et donc une "position" de quelque chose (en l'occurrence, un "mot") ; le passage du signifiant au signifié est bien maintenant un acte de position où le signifiant est ce qui se pose, le signifié ce qui est posé (non qu'on pose le signifié, mais ce qui est posé, c'est qui est signifié). (...) Le signifiant lacanien, on a vu que c'est l'inconscient en tant qu'il ressortit à un autre ordre que le monde – le symptôme, par exemple. Il ne peut donc plus être qualifié de « representation », si l'on veut parler en toute rigueur. (p.51-52).¹⁰

Lacan, complementa Dor (op. cit.), vai apontar deste modo que a relação entre significado e significante não é fixa, o que acarreta a supremacia deste último em relação ao primeiro. Lacan diz ainda que os fluxos de som e pensamentos são interpelados como fluxo de significantes. Não há mais um corte que uniria o significante e o significado, ao mesmo tempo em que este mesmo corte determina ambos. O que há, por outro lado, é o que Lacan chamou de ponto-de-estofa (a significação é vista como produto final segundo uma pontuação – ponto-de-estofa – ou seja, há a passagem do significante ao significado), que aponta para esta delimitação, ao mesmo tempo em que mostra que a relação entre significante e significado é “*sempre fluída, sempre prestes a se desfazer.*” (DOR, op. cit., p. 39).

Arrivé (1998) irá destacar três modificações lacanianas operadas no algoritmo saussuriano.

São elas:

- A célula que encerra o signo desaparece junto com as flechas de sentido oposto.
- Há a inversão dos dois elementos que compõem o signo: agora, o significante é posto em primazia em relação ao significado.

¹⁰“ (...) o significante para Lacan não é mais o que era para Saussure, ou seja, não é mais uma representação e portanto, uma ‘posição’ de qualquer coisa (nesse caso, uma ‘palavra’): a passagem do significante ao significado é nesse momento uma ato de posição onde o significante é o que se coloca e o significado é o que é colocado (não quer dizer que se coloca o significado, mas que ele é posto, ou seja, o que é significado). (...) O significante lacaniano, como visto, é o inconsciente enquanto algo que pertence a outra ordem, diferente da do mundo – por exemplo, o sintoma. O significante não pode mais, portanto, ser qualificado como ‘representação’, se quisermos falar de tal definição com todo rigor.”

- A barra opera uma função de corte e é tida por Lacan literalmente como uma barreira, porém nem sempre intransponível.

Tais modificações, como vimos, foram decisivas para a teoria lacaniana do significante e da produção de sentidos, relegadas a um sujeito do inconsciente. Será o significante e aquilo que ele representa para outro significante que constituirá o próprio sujeito (falaremos mais sobre a concepção de sujeito no capítulo seguinte).

Milner (1987, p.42) resume o papel da lingüística nas teorias freudiana e lacaniana da seguinte maneira:

(...) o fato que haja língua tem a ver com o fato que haja inconsciente, de onde se segue que os mecanismos de uma repetem aqueles do segundo (é a tese dos sentidos opostos nas palavras primitivas) e reciprocamente. Donde se segue mais precisamente que um ponto pode ser definido onde a língua – ao mesmo tempo o fato de que exista, e o fato que ela tenha tal forma – e o desejo inconsciente se articulam. Este ponto, ao contrário de Freud, Lacan o nomeou: é lalangue – ou, o que é o mesmo conceito: o ser falante, o fala-ser. (grifos meus).

Nos deparamos, aqui, com outro conceito muito importante para esta nossa “empreitada”: o conceito de lalíngua (em francês, *lalangue*). Para explicar a gênese na obra lacaniana de tal conceito, temos que retomá-lo em seu idioma de origem. Como afirma Arrivé (op. cit.), Lacan opera “*uma solda ortográfica entre o artigo e o nome*” fazendo com que, conseqüentemente, “*la langue*” (a língua) se torne uma única palavra: “*lalangue*” (lalangue). Tal fato, explica Lacan, marca a não pertinência dos cortes da análise lingüística. Em “Conferência de Genebra sobre o sintoma” ([1975] 2001, p.125), ele acrescenta:

(...) el lenguaje, esse lenguaje que no tiene absolutamente ninguna existência teórica, interviene siempre bajo la forma de una palabra que

quise fuese lo más cercana posible a la palabra francesa ‘lallation’¹¹ –
laleo en castellano -, lalengua.¹²

Como se vê, o conceito de lalíngua surge na obra de Lacan um pouco tardiamente. Em 1972, ele ressalta que o elaborou para marcar seu afastamento do estruturalismo, e acrescenta a sua mais conhecida proposição: o inconsciente é estruturado como uma linguagem, *na lalangue que ele habita, assujeitado ao equívoco no qual cada um se distingue* (LACAN [1972-1973] 1996, p. 17). Lacan prossegue dizendo que o inconsciente é uma linguagem hipotética da lalíngua que o sustenta, ou seja, não se pode dizer tudo e tudo o que se diz passa obrigatoriamente pelos “filtros” do inconsciente. É porque existe inconsciente e lalangue, que um ser se constitui enquanto falante e que um significante pode fazer signo, fazer sentido. A lalíngua vem assim para marcar o que faz falta, o que constitui a falta e por fim, o que constitui o furo do real.

Como sintetizam Pêcheux e Gadet ([1981] 2004, p.55):

(...) o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe lalangue, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na alíngua não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta, e com ele, o equívoco que afeta este espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos, do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos.

Falar da língua e ver a lalíngua como algo que faz excesso, nos leva a não

¹¹ Lallation – em português lalação – reprodução que a criança faz de sons e ruídos que ouve, sem dar a eles valores significativos.

¹² “(...) a linguagem, essa linguagem que não tem absolutamente nenhuma existência teórica, intervém sempre sob a forma de uma palavra que quis que fosse mais próxima da palavra francesa ‘lallation’ – laleo em castelhano -, lalíngua.”

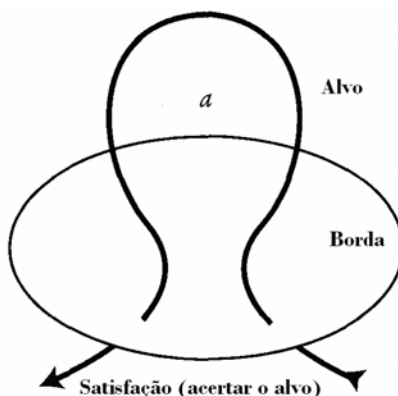
deixarmos de lado o papel do conceito psicanalítico de pulsão nas questões ligadas à língua e ao que dela escapa.

Não tomaremos aqui um longo caminho para explicitar tal relação, mas é preciso apontar qual o papel da pulsão no que diz respeito principalmente aos chamados atos falhos da língua, tais como os chistes e equívocos. Lembramos que estes atos falhos atestam a presença da lalíngua. Tomaremos em nossa discussão o fato lingüístico do equívoco. Abordaremos inicialmente a pulsão e depois veremos o que de pulsional implica o equívoco, como marca de uma língua que não pode dar conta de dizer tudo.

O conceito de pulsão, criado por Freud ([1915] 1996), deriva da palavra alemã *Trieb*; para esse autor a pulsão é um conceito fundamental da teoria psicanalítica. Segundo Freud (op.cit.), a pulsão é o conceito limite para descrever a fronteira entre o psíquico e o somático. A teoria freudiana das pulsões parte do conceito de narcisismo e apresenta-se dividida em dois momentos bem marcados, inicialmente Freud postula a questão das pulsões parciais (onde se incluem as pulsões sexuais e de autoconservação) e num segundo momento o autor traz à cena as pulsões de morte e de vida (Tânatos e Eros, respectivamente), cuja função é manter o “bem-estar” psíquico do sujeito.

Em Lacan, o conceito de pulsão é abundantemente abordado, sobretudo no seminário 11, onde o autor coloca a pulsão como um dos conceitos fundamentais da psicanálise e, portanto, essencial à experiência analítica. O primeiro ponto destacado por Lacan ([1963-1964] 1998) é que não se deve jamais confundir a pulsão com impulso, pois, segundo o autor, esses dois conceitos são totalmente distintos. Lacan nos diz que o impulso faz parte da pulsão, e que essa última comporta ainda outros três elementos: a fonte, o objeto e o alvo.

Lacan mostra que a pulsão tem ainda uma força constante e que vai ser o pulsional que dará contorno ao objeto (a), contorno entendido aqui no sentido duplo do termo, qual seja, no sentido de envolver o objeto e de lhe dar contorno, forma. A ligação entre a pulsão e o desejo nos é revelada, assim, a partir da sinalização de Lacan, que nos mostra como o circuito pulsional circunda o objeto do desejo, o famoso objeto (a). Isso fica bem demonstrado no esquema proposto por Lacan no seminário 11 (p. 169):



Onde, Lacan (op.cit.) explica: que o alvo da pulsão é o retorno no circuito, por isso sua circularidade; aim é o trajeto, ou seja, o caminho pelo qual a pulsão deve caminhar; goal não é o alvo, mas sim a satisfação, é o acertar o alvo e; (a) é o objeto, não importando qual objeto seja, pois este comporta um vazio que nunca poderá ser preenchido.

Como bem destaca Juranville (2003), o objeto (a) é o objeto próprio da pulsão, mas também é o objeto da fantasia, tendo em vista isso, o autor vai dizer que o objeto (a), enquanto objeto que falta não é objeto do desejo (pois sabemos que tal objeto não existe, é um engodo do sujeito), mas que o objeto (a) é um objeto para o desejo, na medida em que está ligado a ele, constituindo-se assim como objeto da pulsão. O que temos é uma articulação inevitável entre desejo e pulsão, afinal será a partir da pulsão que o sujeito terá pela primeira vez uma relação efetiva com o objeto que se tornará, mais tarde, objeto causa do desejo.

Lacan (op.cit.) vai definir, então, a pulsão da seguinte maneira:

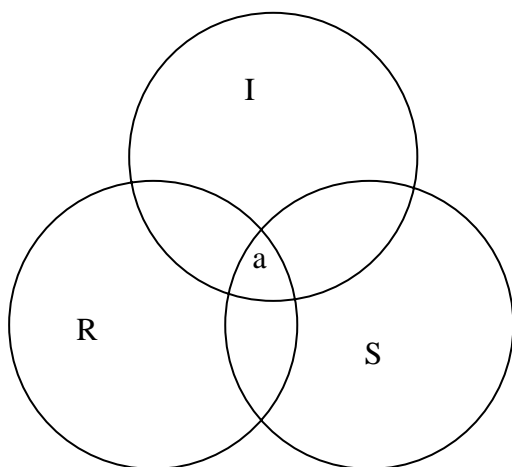
Direi que, se há algo com que se parece a pulsão, é com uma montagem. Não é uma montagem concebida numa perspectiva referida à finalidade. (...) A montagem da pulsão é uma montagem que, de saída, se apresenta como não tendo nem pé nem cabeça – no sentido em que se fala de montagem numa colagem surrealista. (pp. 160-161)

Mas qual seria a relação entre a pulsão e a linguagem?

En passant, visto que não é nosso objetivo abordar essa questão senão através de uma rápida passagem, dizemos que é a pulsão que irá dar sustentação ao dizer do sujeito, ou seja, é ela que, em última instância sustenta a linguagem e toda a cadeia significante.

Podemos dizer, ainda, que a pulsão teria papel modulador, pois, ao sustentar o equívoco, ela vai marcar aquilo que faz furo na língua: toca-se aqui na localização da pulsão e sua relação com os três registros. Ao circular o objeto (a) a pulsão articula-se no plano dos três registros, mas de que modo? Creio que o equívoco (e podemos dizer, por consequência, toda a cadeia significante) localiza-se no centro do nó borromeano, ou seja, onde se articulam os registros simbólico, real e imaginário e onde Lacan coloca o objeto (a).

A teoria lacaniana do RSI sustenta-se na notação do nó borromeano, um nó feito de três círculos onde os três registros entrelaçam-se e coexistem, em relação de dependência direta entre si, ou seja, um não pode existir sem o outro, como se nota no esquema abaixo (baseado no esquema apresentado por Lacan no seminário 22 (1974-1975), p. 19):



Segundo Juranville (2003), a idéia lacaniana do nó borromeano baseia-se na Coisa freudiana, que é o objeto que marca a falta, falta esta inscrita no real. Ou seja, inscrita no plano do real, tal falta não é simbolizável, equivalendo assim ao nada, ao que não pode ser dito, donde Lacan enuncia: “o real é o impossível”.¹³

É interessante notar que o objeto (a), enquanto elemento “unificador” dos três registros desempenhará distintos papéis de acordo com o registro que toca. Ao tocar o real, o objeto (a) marca a falta; inscrito nos registros imaginário e simbólico, ele tem função de tamponar essa mesma falta.

O equívoco, como testemunha da lalangue, está situado num ponto de encontro entre o real na língua e o real na história, como destacam Pêcheux e Gadet ([1981] 2004, p.64):

¹³ Em trabalho recente (TFOUNI e LAUREANO, 2007) defendemos o ponto de vista de que há O real, não acreditamos que existam distintos reais (real da língua, real do sujeito, real da história). O que existe, de fato, são diferentes modos do real se manifestar/transitar na língua, no sujeito e na história. Baseamos nosso pressuposto na definição de Lacan para o real: « Le Réel, faut concevoir que c'est l'expulsé du sens. C'est l'impossible comme tel. C'est l'aversion du sens, (1-apostrophe). C'est aussi, si vous voulez, l'aversion du sens dans l'anti-sens et l'ante-sens. C'est le choc en retour du Verbe, en tant que le Verbe n'est pas là que pour ça » (LACAN, 1974-1975, p. 106). Onde Lacan faz notar que o real é a aversão (l'aversion) ao sentido e ao mesmo tempo a versão (la version) do sentido) que se manifesta na língua.

(...) o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. O equívoco afeta o real da história (...).

Nesse ponto pergunto: Como a pulsão sustenta o equívoco? Creio que ao contornar o objeto (a) e dar o “input” ao desejo, ou seja, ao colocá-lo na cadeia significante e fazê-lo falar. Mas o fato lingüístico do equívoco revela ao sujeito que a língua é um sistema de diferenças, sendo assim também um sistema marcado pela incompletude. Ou seja, ver o real “aparecer” no equívoco revela ao sujeito sua incompletude constitutiva e interdita a esse sujeito o fazer-UM com a língua.

Incompleto e sem fazer-UM, o sujeito continua a desejar um objeto ilusoriamente perdido e que é trazido a todo o momento no discurso. Lacan ([1972] 2001, p. 409) “acerta o alvo” quando diz que “(...) *l’inconscient, d’être ‘structuré comme um langage’, c’est-à-dire lalangue qu’il habite, est assujeti à l’équivoque dont chacune se distingue*”.¹⁴

Busca-se o sentido naquilo que escapa, no que está fora da língua. É na lalíngua que o sujeito vai enlaçar seu desejo, ou seja, no excesso que escapa à língua, na fratura que lalíngua indicia. Como afirmam Pêcheux e Gadet ([1981] 2004), o real da língua está atravessado por fissuras, e, segundo os autores, Saussure não resolve a contradição que une língua e lalíngua; ele apenas a torna visível, pois traz à tona o real e o impossível da língua. Tais fissuras da lalíngua trazem aos fatos lingüísticos o equívoco; afinal sempre, diz-se alguma coisa através da palavra que falta.

A lalíngua (materializada no equívoco) se define, então, pelo próprio conjunto de equívocos a que ela se presta. Arrivé (1998) afirma que a lalíngua é a integral dos equívocos e, sendo assim, o único modo de se produzir um discurso do inconsciente será “*dobrar-se a todas as homofonias da lalangue*”. O sujeito tenta fazer-UM com a língua,

¹⁴ “(...) o inconsciente, por ser estruturado como uma linguagem, quer dizer, lalíngua que ele habita, é assujeitado ao equívoco no qual cada um se distingue.”

porém ao deparar-se com a língua fica-lhe atestada a presença do real, do impossível de ser de outro modo e de que tudo não se pode dizer (o sujeito está mais uma vez diante da incompletude que lhe é estrutural). O que a língua comporta é o excesso, o real da língua e ainda, a tentativa do sujeito, como já dito anteriormente, de fazer-UM com a língua. O fazer-UM com a língua é a busca do sujeito pela completude, sua busca por preencher uma falta que lhe é estrutural e que o constitui como desejante, o que veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

Deixemos a psicanálise por um instante e retomemos a AD (...)

Pêcheux ([1983] 1997, p.50-51), ao conceber sua teoria de análise do discurso e criticando a lingüística eminentemente positivista, destaca que:

A pesquisa lingüística começaria assim a se descolar da obsessão da ambigüidade (entendida como lógica do 'ou (...) ou' para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta). (...) Isto obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico.

Tal postura (que, podemos afirmar, reconhece o real da língua) vai dividir, segundo o autor, o objeto de estudo da lingüística entre dois espaços: os logicamente estabilizados e os não logicamente estabilizados, ou seja, ocorrerá a divisão entre as respostas unívocas e as múltiplas possibilidades de interpretação. Como afirma Ferreira (2000), a AD adota uma postura oposta ao estruturalismo e à gramática gerativista, pois mantém uma relação crítica com a lingüística. Isto se deve principalmente ao fato de que a AD é um dispositivo que coloca em relação à língua e a história. O discursivo será para Pêcheux a instância de

produção de sentidos.

Pêcheux ([1983] 1997) reconhece a importância de Saussure para a ruptura com a lingüística positivista, colocando este autor lado a lado com Marx e Freud. Segundo o autor, antes de cair nas redes do positivismo, o movimento estruturalista abriu uma falha no seio das ciências positivas ao reconhecer o fato estrutural do ser humano: a castração simbólica. A partir de tal postura, o estruturalismo (dessa época inicial), ao lado da AD e também a psicanálise, enquanto disciplinas de interpretação, foge do desejo último do positivismo de mapear o real, seja ele da língua ou da história, que, como se sabe, não pode ser dito ou atingido.

O que é então este real da língua, abordado tanto pela AD, pelas vias do equívoco, quanto por Lacan a partir do conceito de *lalangue*? Será que se atinge o real da língua?

A tentativa de responder tais questões nos mostra um ponto de toque entre a AD e a psicanálise, pois ambas sempre destacaram os papéis do real da língua na construção de sentidos. Como pudemos ver anteriormente, Lacan postula o conceito de *lalangue* e Pêcheux nos chama a atenção para o fato lingüístico do equívoco/deriva. A seguir, tentaremos tornar mais explícita a relação entre estes dois conceitos, lembrando sempre que estes estão atrelados à noção de que a língua comporta um real que lhe escapa. A língua, em ambas, será vista como um sistema que é corpo de equívoco e ao mesmo tempo, sistema de diferenças.

Pêcheux (op.cit.), ao analisar o enunciado “*On a gagné*” (grito esportivo que foi trazido ao cenário político francês em 1981, quando François Mitterrand ganhou as eleições presidenciais), nos mostra que a língua não é transparente. Vejamos como isso acontece: ao mesmo tempo em que o enunciado revela algo claro (Mitterrand ganhou as eleições), o uso do pronome indefinido *On* e a falta de complemento após o verbo tornam o enunciado

em questão opaco (ganhamos o quê, como e por quê?).

Nesta análise, Pêcheux (op. cit.) faz notar que há respostas que não podem ser dadas, há algo que escapa à língua, pois há o cruzamento de respostas unívocas com formulações inevitavelmente equívocas.

Há, portanto, um impossível à língua que será seu real. Nas palavras de Pêcheux ([1983] 1997, p. 29), o real “*é o impossível (...) que seja de outro modo.*” Segundo o autor, nós não descobrimos o real, nos deparamos com ele. O autor coloca ainda que há um real próprio às disciplinas de interpretação (como a AD e a psicanálise lacaniana) e que esse real é estranho à univocidade lógica, é um saber que não se sabe, não se aprende e não se ensina, mas que existe produzindo efeitos.

Podemos dizer então que há na língua um real; mas, que real é esse?

Segundo Milner (1987), a língua é tocada pelo real, pois não se pode atribuí-la totalmente ao imaginário. Para ele, a lingüística aborda um real, ao contrário da hermenêutica, que se interessa pelas condições de observação. A lingüística interessa-se pelas propriedades do real da língua e tal reconhecimento dá ao sujeito falante um estatuto, na língua e em toda locução, de não dominante, ou seja, ele não é mestre nem responsável por aquilo que diz. De acordo com Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) o real da língua reside entre a noção de uma ordem própria da língua e de uma ordem exterior. Dentro de tal ordem, o real da língua está no fato de que ela é Um (relação com o nada, apreensão do impossível), já em relação a seu exterior, este real reside no proibido. A isso, Lacan ([1972-1973] 1996) pode acrescentar o fato de que o Um, encarnado na língua não é outra coisa senão o significante-mestre (S1)¹⁵, que fica suspenso entre a palavra, o fonema

¹⁵ Segundo Lacan ([1969-1970] 1992), o significante-mestre é a marca da entrada do sujeito no simbólico e consequentemente opera na constituição deste sujeito enquanto faltante/desejante. Como explica o autor (op.cit., p.38):

e o pensamento. Um real que não pode ser dito, nem mesmo atingido, portador de um saber que não se sabe.

Para Lacan, a língua suporta o real da lalíngua, e esta última, como já dissemos é entendida como não-toda e marcada pela falta. É esse não-todo da língua que sustenta a lalangue e que concerne esta à verdade e ao real. Como afirma Milner (1987), a lalangue é aquilo que torna possível um ser dito falante, pois segundo ele amor e língua se enraízam na lalíngua enquanto lugar do impossível, daquilo que excede à língua e marca sua presença no desejo do ser falante. A esse respeito, o autor sintetiza (op.cit., p.64):

(...) lá onde o amor é tecido de desejo, e nega a necessidade da lalangue, é o desejo que a língua faz como se não existisse, e é da lalangue que ela constrói seu material. (...). Que a lalangue existia de fato equivale a dizer, como vimos, que o amor é possível, que o signo de um sujeito pode causar um desejo, que um sujeito de desejo pode fazer o signo numa cadeia; é por aí que a lalangue excede a língua e imprime nela a marca pela qual se faz conhecer.

Há algo então que excede à língua e é neste ponto que Lacan ([1972-1973]1996, p.61) nos chama a atenção para o lugar do trabalho do analista e a construção de sentidos que se dá no discurso analítico:

Seguir o fio do discurso analítico não tende para nada menos do que refraturar, encurvar, marcar com uma curvatura própria, e por uma curvatura que não poderia nem mesmo ser mantida como sendo uma das linhas de força, aquilo que produz como tal a falha, a descontinuidade.

“O que afirmo, o que vou hoje anunciar de novo, é que o significante-mestre, ao ser emitido nas direções do meio do gozo que são aquilo que se chama saber, não só induz, mas determina a castração. Voltarei ao que se deve entender por significante-mestre, partindo do que afirmamos a este respeito. De início, seguramente, ele não está. Todos os significantes se equivalem de algum modo, pois jogam apenas com a diferença de cada um com todos os outros, não sendo, cada um os outros significantes. Mas é por isso que cada um é capaz de vir em posição de significante-mestre, precisamente por sua função eventual ser a de representar um sujeito para outro significante. É assim que o defini desde sempre. Só que o sujeito que ele representa não é unívoco. Está representado, é claro, mas também não está representado. Nesse nível, alguma coisa fica oculta em relação a esse mesmo significante.”

Nosso recurso é, na lalangue, o que a fratura. (grifos meus)

Busca-se o sentido naquilo que escapa, que está fora da língua. É na lalangue que o sujeito vai enlaçar seu desejo, ou seja, no excesso que escapa à língua, na fratura que a lalingua proporciona. Como afirmam Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) o real da língua está atravessado por fissuras, e, segundo os autores, Saussure não resolve a contradição que une língua e lalingua; ele apenas a torna visível, pois traz à tona o real e o impossível da língua. Tais fissuras da lalangue trazem aos fatos lingüísticos o equívoco; afinal sempre, diz-se alguma coisa através da palavra que falta.

Pêcheux ([1983] 1997, p.53) afirma que todo enunciado está exposto ao equívoco da língua. A partir daí ele torna explícito o trabalho do analista do discurso:

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. (...) Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que se pretende trabalhar a análise de discurso.

Como afirma Ferreira (2000), o equívoco afeta toda a língua e materializa-se através da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do *nonsense*. São essas manifestações que indiciam o caráter oscilante da língua. Podemos dizer que o equívoco, entendido como manifestação da lalingua, irá revelar aquilo que do real escapa à língua, fazendo-lhe excesso. Ou seja, tais falhas, equívocos da língua (manifestações da lalangue), são estruturantes da língua e não podem ser concebidas como problemas de interpretação, pois todo equívoco que incide na língua será para o sujeito a evidência de que a lalingua sabe.

Neste ponto, ressalta Ferreira (op.cit.), aparece o equívoco (e, acrescentaria, a

lalíngua) como o lugar no qual língua e história se tocam. É o equívoco, tecido de lalíngua, que vai afetar o real que transita na história, produzindo sentidos (como já adiantado algumas páginas atrás).

Entrando pela história (...)

Se dissemos anteriormente que existe o real na língua, chegamos num ponto onde podemos também postular que existe um real na história, hipótese essa negada por Milner, que crê haver apenas um real, o da língua, neste trabalho acredito que ao falarmos de real seja ele, da língua, da história ou do sujeito, estamos nos referindo sempre ao mesmo real, um só, e não diversos como se pode dar a impressão, nesse caso incorreta. É preciso destacar, ainda, que a AD não entende a história apenas como seqüência cronológica de fatos, a história como veremos adiante é contradição e marca a presença de acontecimentos discursivos que clamam por interpretação.

Segundo Pêcheux (1981), a AD está presa entre o real da língua e o real da história, pois nesta disciplina, a materialidade histórica é entendida enquanto contradição. De acordo com Pêcheux e Gadet ([1981] 2004), o real da história só pode ser encontrado a partir de uma contradição, e não como advindo de uma simples oposição¹⁶. Os autores (op.cit.) trazem a questão do real da história e tecem irônicas e duras críticas a Milner (1987), pois este último considera que exista apenas o real da língua, a partir da postulação de que a história não passa de puro efeito imaginário. Pêcheux e Gadet (op.cit.) acrescentam ainda que tal concepção retira o caráter político da história, constituindo-se em um erro, pois o movimento histórico vai além de simples contradição.

¹⁶ Lembramos que há O real, portanto, quando se lê real da, real do entenda-se real na, real no.

Ao contrário, o movimento histórico não acontece apenas em função de uma contradição simplista baseada em dominantes e dominados. Segundo os autores (op.cit.) tal contradição é um todo complexo que vem para moldar posturas dominantes a partir de um papel também ativo por parte dos dominados, este fato revelará a luta de classes. Este será o real da história: o da luta de classes, que ao lado do real da língua (*lalangue*) ocupa o lugar do impossível e produz sentido.

Existem, assim, a materialidade do discurso (que é a própria língua) e a materialidade da história (que é da ordem social). Não interessa ao analista de discurso apenas o que está dentro do quadro discursivo, mas também o que está fora, pois a materialidade discursiva é ao mesmo tempo lingüística e histórica. Pêcheux ([1983] 1997) afirma que todo discurso é ao mesmo tempo estrutura e acontecimento, pois não pode ser independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais irrompe, marcando uma constante estruturação-desestruturação dessas redes e trajetos.

Como afirma Ferreira (2000, p.28):

Os espaços discursivos por ela (a AD) percorridos são aqueles não estabilizados logicamente, nos quais se podem perceber pontos de deriva possíveis nos enunciados. Tais pontos constituem modos de resistência da própria língua e vão ter a historicidade de seus sentidos apreendida através de gestos de interpretação. (...) Vai ser por aí (através do equívoco) que a língua (ou melhor, a lalangue e o impossível contido nela) encontrará a história (a contradição). E assim confirma-se o dito de que a AD está presa entre o real da língua e o real da história. (grifos meus)

Lacan ([1953] 1998, p.259), discorrendo sobre o método da psicanálise afirma:

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real. (grifos meus)

Lacan ([1953] 1998) prossegue dizendo que o inconsciente é uma parte da história do sujeito que está em branco ou marcada por uma mentira, e que tal verdade pode ser resgatada, ou na maioria das vezes, já está escrita em outro lugar: nos monumentos, nos documentos de arquivo, na evolução semântica, nas tradições, nas lendas, nos vestígios. Uma história que é esquecida pelo sujeito, mas que retorna em seus atos falhos, em seus equívocos. Pois, segundo o autor, é nos atos falhos e nos equívocos que um bom entendedor irá encontrar sua meia palavra.

Em resumo, ao reconhecer tais equívocos, aquilo que da língua faz furo no real é que se reconhecerá a própria mola de funcionamento do inconsciente, e, em última instância, a dinâmica de produção dos sentidos. Ter em mente que há uma língua afetada por um real que lhe escapa, que lhe faz excesso, nos permite a partir do que foi exposto conjecturar uma relação próxima entre a língua da psicanálise e o equívoco da AD.

Se é na *lalangue* que está o real na língua, será nas suas manifestações, entre elas como destacamos, o equívoco, que estará uma sombra do real. A partir dessas “aparições rápidas” do inconsciente, muitas vezes imperceptíveis ao sujeito falante (mergulhado nas águas opacas da ideologia e do imaginário), é que se dará o trabalho do analista de discurso e do psicanalista lacaniano.

Àquilo que escapa à fala, revelando o real da língua, possibilitará a construção de sentidos dentro de um real na história (afetado, segundo Pêcheux e Gadet ([1981] 2004), pelo equívoco) que também nos é opaco. Esse sujeito assujeitado e revelado a sua revelia dará, a partir do equívoco (via de acesso para a *lalangue* – real na língua), um caminho para “decifrar” o imaginário/ideologia que recobre o inconsciente.

Deparamos-nos aqui com a questão da memória, que tanto a AD e a psicanálise

trabalham, porém na AD temos uma concepção de memória que será cara à nossa pesquisa, me refiro ao conceito de interdiscurso e sua ligação direta com outro conceito, o de intradiscurso. Ambos serão abordados na seção que se segue, afinal, é a partir do interdiscurso que resgataremos a exterioridade do que compõe a fala do sujeito, nossos dados e índices a serem analisados.

II – O interdiscurso e o intradiscurso

Não se pode falar de história, como dito anteriormente, sem se remeter à questão da memória. Em AD há o que denominamos de memória discursiva, essa memória do discurso é dividida em interdiscurso e intradiscurso. O primeiro compreende a memória que antecede o dizer do sujeito, o pré-construído que atravessa todo discurso. O segundo é a forma pela qual esse pré-construído faz parte do discurso do sujeito. O interdiscurso está, portanto, do lado do enunciado; enquanto que o intradiscurso está do lado da enunciação (COURTINE, 1982). Tanto o interdiscurso quanto o intradiscurso são condições necessárias para a constituição de toda materialidade discursiva.

Como define Maltidier (2003, p.51):

(...) o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição. Ele esclarece o que a experiência sugere: na luta política, por exemplo, não escolhemos nosso terreno, temas, nem mesmo nossas palavras.

Mais adiante a autora definirá o intradiscurso do seguinte modo, *“como o lugar em que a forma-sujeito tende a absorver, esquecer o interdiscurso no intradiscurso”*

(MALDIDIER, op.cit., p. 54). O intradiscurso testemunha assim o discurso funcionando nele mesmo, em relação a ele mesmo, é que o assegura como mostra Mالدیدیر (op.cit.), o “fio do discurso”. É por este motivo que nos estudos em AD jamais se pode desagregar o interdiscurso do intradiscurso, ambos são indissociáveis.

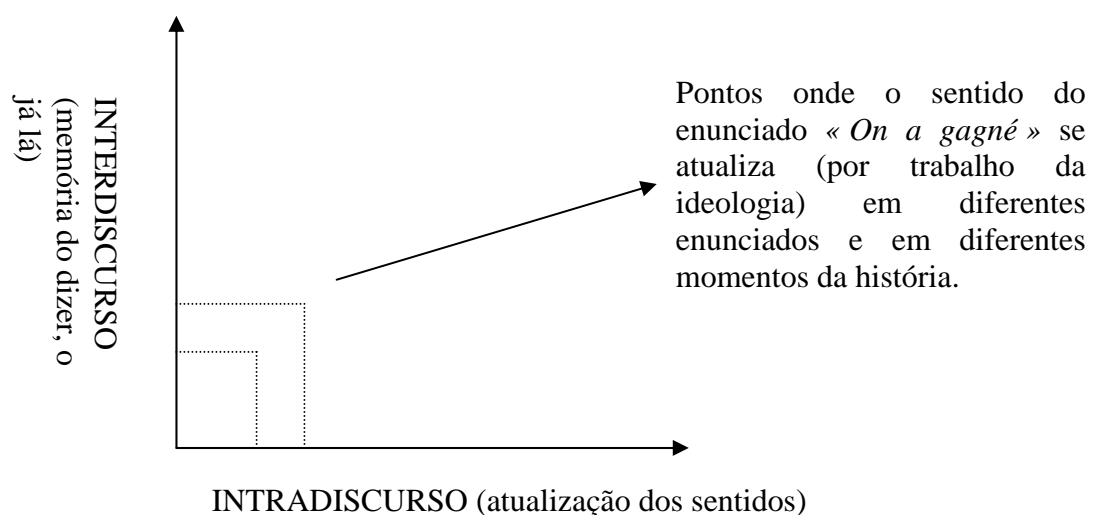
Os trabalhos em AD privilegiam, sobretudo, o interdiscurso - o que vem de fora e que atravessa o dizer do sujeito, revelando à quais formações discursivas ele se filia – em detrimento do intradiscurso – faceta ainda desconhecida, mas constitutiva do discurso e que questiono, poderia ser relacionada à questão do desejo do sujeito? Como esclarece Authier-Revuz (conversa pessoal), o interdiscurso compreende uma discursividade organizada ideologicamente que interpela o sujeito no momento em que ele fala algo. Esse ponto é muito interessante para nossa reflexão, pois como veremos em nossa análise de dados, haverá a retomada de temas universais no ato de contar histórias, ao mesmo tempo em que essa universalidade será atravessada pela marca singular do sujeito que narra.

Isso nos mostra também que interdiscurso e intradiscurso, não podem ser jamais considerados como opostos, mas como interpenetrados, numa relação constante de influência de um sobre o outro.

Apenas para exemplificarmos e mostrarmos o interdiscurso e o intradiscurso em funcionamento, gostaria de relembrar brevemente os eventos ocorridos em Paris e em toda a França no primeiro semestre de 2006. Estudantes foram às ruas de Paris e de todas as grandes cidades universitárias francesas para protestar contra a nova legislação francesa para o primeiro emprego (CPE – Contrat Première Embauché). O grito de ordem de todas as passeatas era o seguinte: “*Allez, allez, tous ensemble on va gagner!*”. Gostaria de chamar a atenção para o último período: “*on va gagner*”, no qual temos a retomada da memória discursiva do famoso “*on a gagné*” usado por François Mitterrand anos antes

quando de sua vitória nas eleições presidenciais, enunciado este analisado por Pêcheux como mostramos na primeira parte deste capítulo. O interdiscurso atualizou-se em 2006 com o verbo no futuro, como grito de esperança dos estudantes num ano em que a França saudou muito Mitterrand e tudo o que ele fez pelo país. O interdiscurso não cessa de se escrever, reaparece transformado, ou não, assumindo novos sentidos, retomando antigos sentidos que não foram e não devem ser apagados.

Para melhor ilustrar a questão do inter e do intradiscursos na atualização de discursos, recorreremos ao esquema de dois eixos criado por Courtine (1982):



Como nosso trabalho se propõe a articular duas disciplinas, é preciso apoiar-se na escolha de alguns conceitos como vias para tornar possível a articulação – um desses conceitos será o de interdiscurso, que relacionaremos com a teoria de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz no capítulo que se segue.

Depois de traçados nossos conceitos de base, chegamos ao ponto onde empreenderemos a busca pela espinha dorsal de nosso trabalho, que será a definição de sujeito para as duas disciplinas que nos propomos a estudar ao lado da teoria de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (relacionada a meu ver diretamente a uma diferente concepção de sujeito, tal como o fazem a AD e a psicanálise), como nos referimos no parágrafo anterior. Resta-nos, portanto, neste ponto de diálogo entender qual a concepção desse sujeito assujeitado, sujeito falante, sujeito do inconsciente e do desejo, sujeito da enunciação, enfim, postulado por estas duas disciplinas, pano de fundo deste trabalho de articulação. Por isso, iniciaremos no capítulo seguinte um breve estudo da concepção de sujeito para a AD e para a psicanálise lacaniana.

CAPÍTULO 3

Traçando a “espinha dorsal” do trabalho

*« Vainement ton image arrive à ma rencontre
Et ne m'entre où je suis qui seulement la montre
Toi te tournant vers moi tu ne saurais trouver
Au mur de mon regard que ton ombre rêvée*

*Je suis ce malheureux comparable aux miroirs
Qui peuvent réfléchir mais ne peuvent pas voir
Comme eux mon oeil est vide et comme eux habité
De l'absence de toi qui fait sa cécité »*

(Aragon, Fou d'Elsa, « Contre-chant », p. 70)

*“Uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito
podemos conceber-lhe?”*

(Jacques Lacan, “Subversão do sujeito e dialética do desejo”, p.814.)

I - Sobre o sujeito na análise do discurso e na psicanálise lacaniana

Investigar como a AD e a psicanálise lacaniana entendem o sujeito será nosso objetivo neste capítulo. Como dito anteriormente, é preciso conhecer de quem se fala, quem é este que nos fala, quem é este que interpreta, e que é interpretado, para que possamos prosseguir com o diálogo.

Antes de entrarmos de fato nas duas disciplinas que nos interessam, lembramos que o advento destas nas Ciências Humanas e Sociais foi de grande impacto e importância,

também no que diz respeito à questão do sujeito.

Para Flahault (1978) um problema fundamental das Ciências Humanas é tentar compreender qual é a constituição do sujeito falante, pois este tem uma existência subjetiva que remete ao inconsciente. Como nos diz Flahault (op.cit.) é no momento em que fala que o sujeito se inscreve no espaço onde se constitui como tal.

Um autor que marca esta tendência de ver o sujeito como sujeito falante e usuário da língua e não apenas como utilizador de um instrumento de comunicação é Émile Benveniste, lingüista francês que se destacou por seus estudos em gramática comparada de línguas indo-européias e em lingüística geral. Em trabalho de 1966, Benveniste já destacava: *“C’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme sujet ; parce que le langage seul fonde en réalité, dans sa réalité qui est celle de l’être, le concept d’ « ego »¹⁷”*. (BENVENISTE, 1966, p. 259). Para o autor, a linguagem é condição da subjetividade e não há como o sujeito constituir-se fora dela, pois é na linguagem que cada um irá constituir-se de forma singular. Porém, é preciso destacar que os estudos de Benveniste ficam apenas no nível da enunciação e que, por sua vez, os estudos em AD vão além. Como dissemos anteriormente, ao postular os conceitos de interdiscurso e de intradiscurso, a AD vai analisar seus corpora partindo da análise sintática, ou seja, do plano do enunciado. Partindo do enunciado o analista de discurso atinge o discurso, lugar da enunciação.

Retomando o que dissemos no capítulo anterior, a AD e a psicanálise têm uma concepção de língua diversa até da própria lingüística (clássica), pois não adotam o pressuposto de uma língua universal e transparente.

Com isto, a partir de uma visão opaca sobre a língua, estas disciplinas trouxeram à

¹⁷ “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque a linguagem funda em realidade, em sua realidade que é a do ser, o conceito de ego.”

cena outros conceitos, pondo ao lado desta as noções de inconsciente e história. Estas duas instâncias refletem pontualmente no advento de um novo sujeito que não aquele do paradigma positivista, pois, se considerarmos que o inconsciente e a história agem na língua, estes agem também no sujeito que faz uso desta língua a partir da fala (tal como concebida por Saussure e entendida como um ato individual do sujeito sobre a linguagem) e que se dá na e pela linguagem, como postulado por Benveniste.

O que veremos a seguir é que o sujeito da AD é uma posição, um efeito que se constitui a partir da interpelação ideológica. Por sua vez, o sujeito da psicanálise é o sujeito do inconsciente que surge em oposição ao eu e que é marcado por uma verdade que nunca poderá ser atingida.

Tentaremos traçar um caminho da construção do conceito de sujeito em ambas as disciplinas a partir da postulação de períodos bem distintos dentro das obras de Pêcheux e de Lacan. Como poderemos constatar, tanto as reflexões de Lacan quanto as de Pêcheux conduzem a um amadurecimento do conceito de sujeito em suas respectivas teorias. A noção de sujeito será tratada, pelos autores, em cada fase, de forma mais complexa. Por ser um conceito amplamente discutido dentro de inúmeros trabalhos dessas duas áreas procuraremos utilizar majoritariamente textos de Pêcheux e Lacan e ainda, faremos uma exposição relativamente breve tendo em vista a complexidade que o conceito demanda. Entendemos que se fôssemos nos aprofundar muito nesse conceito teríamos um outro trabalho. Destaco ainda que o conceito de sujeito é um conceito de apoio para a consecução de nosso objetivo, bem como todos os outros que escolhemos e aos quais fizemos referência no prólogo desse trabalho.

I.I - O sujeito da AD

Início minha reflexão pela AD. Como veremos, para esta disciplina, o sujeito não é um ser empírico, pois não pode ser descrito a partir de categorias (sociológicas, psicológicas, etc.). Ainda, ele não é dono, nem fonte do sentido de seu dizer. Vale ressaltar que o conceito deriva da noção de sujeito do discurso tal como estabelecida por Foucault (1996), que entende o sujeito como uma posição que pode ou não ser ocupada por diferentes indivíduos (HENRY, 1992). Além de ser uma posição, veremos também que Pêcheux não vai ignorar a questão do inconsciente, e esta é outra questão que nos conduz aos pontos de toque entre a AD e a psicanálise.

Vamos dividir a AD em três épocas tal como proposto por Pêcheux (MALDIDIER, 1990): AD-1, AD-2 e AD-3 - será na última época da AD que baseamos nosso entendimento do sujeito para essa disciplina. Antes de encontrarmos o sujeito da AD-3 é relevante, porém, entendermos rapidamente qual era o sujeito das duas ADs precedentes, afim de que possamos traçar um caminho mais didático, ao qual nos referimos anteriormente, dentro da obra de Pêcheux.

A) O sujeito para a AD-1 - o sujeito colado ao imaginário

Como sabemos, a AD nasce no final dos anos 60 em meio ao movimento estruturalista. Influenciada pelas idéias de tal movimento, a AD vai conceber o discurso, nesses primeiros momentos, como uma máquina auto-determinada e fechada sobre si mesma e, ainda, reduzida ao imaginário. Tal concepção suporá também um sujeito que existe fechado sobre si mesmo e reduzido ao imaginário.

O sujeito vai ser quem controla o sentido e é origem dele (AUTHIER-REVUZ, 1995). A noção de Pêcheux nos dará assim um sujeito falante que fala com total

transparência e controle e que não sofre por conta disso das fissuras da língua, tal como vimos no capítulo anterior.

A posição metodológica da AD dessa época partirá, desse modo, da análise de um corpus pré-determinado, seguindo um modo rígido de interpretação. Pêcheux, porém, vai dizer mais tarde que o sujeito do qual a AD se ocupa não pode ser reduzido ao imaginário, reside aí o surgimento do conceito de efeito-sujeito do discurso.

B) O sujeito para a AD-2 - O efeito-sujeito do discurso

Ao praticamente abandonar a idéia da máquina discursiva, a AD abandona também a concepção de sujeito supremo em relação à linguagem. Esse abandono fica claro no trabalho *"Verités de la Palice"* ([1975] 1998 – traduzido em português como “Semântica e discurso”) onde Pêcheux proporrá uma nova abordagem para a AD enquanto disciplina, o que vai acarretar obviamente um novo olhar sobre o sujeito.

Apoiando-se, sobretudo, nas concepções de Foucault que entende o sujeito como uma posição, Pêcheux postula que o sujeito é um lugar social constituído historicamente e interpelado pela ideologia, instância que irá determinar as escolhas desse sujeito, ou seja, o que pode e deve ser dito de uma maneira e não de outra. Este acesso às posições de sujeito depende diretamente da formação social e das formações discursivas que disponibilizam ao sujeito um sentido e não outro. Segundo Pêcheux ([1975] 1988, p.161):

(...) os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Foucault não levou em consideração esta faceta, ou seja, não levou em conta as condições de produção deste assujeitamento ideológico e suas consequências dentro de

uma determinada formação discursiva.

Já Pêcheux ([1975] 1988) adotando o pressuposto de Althusser (1983) de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, postula uma forma-sujeito do discurso que é assujeitado por esta ideologia e efeito do real sobre si mesmo, pois é a partir da forma-sujeito que o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui. Althusser (1973 apud PÊCHEUX, [1975] 1988, p.183) define, então, a forma-sujeito da seguinte maneira:

Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma-sujeito. A “forma-sujeito”, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.

Pêcheux ([1975] 1988) acrescenta a esta definição althusseriana a questão da posição sujeito, que é a forma pela qual o sujeito irá se identificar ou não com uma dada formação discursiva. É esta tomada de posição que irá permitir que a forma-sujeito funcione dentro dos chamados dois esquecimentos, que veremos.

O que temos, portanto é um sujeito que é sobredeterminado por pré-construídos ideológicos e que é produtor e causa de si mesmo dentro da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito (este é o chamado efeito *Münchhausen*) (Pêcheux, op.cit.). Tal fato impõe uma determinada realidade ao sujeito, que ao mesmo tempo é reconhecida e desconhecida por ele, “*de modo que todos os indivíduos recebam como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem*” (Pêcheux, [1975] 1988, p.157). A esse respeito Mariani (1998, p.89), afirma:

Apaga-se para o sujeito o fato de ser resultado de um processo (de representação) resultante de sua entrada no simbólico. Ao mesmo tempo, o que se mostra como evidência para o sujeito, isto é evidência de uma “identidade”, encobre sua interpelação pelos processos sócio-históricos.

Visto de modo tão peculiar, qual é o *status* do sujeito para a AD-2?

O sujeito, nessa época da AD, passa a ser visto como uma posição. Quando falamos de posição, vale lembrar que o sujeito, ao acontecer na cadeia significativa, sempre ocupará posições em detrimento de outras em uma dada formação discursiva. Essa tomada de posição vai acontecer de acordo com determinações ideológicas e inconscientes. Como define Pêcheux ([1975] 1988, p.172):

(...) a tomada de posição resulta de um retorno do 'Sujeito' no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele 'toma consciência' e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o como sujeito se identifica consigo mesmo, com seus 'semelhantes' e com o 'Sujeito'.

Como afirma Pêcheux, o sujeito da AD-2, do mesmo modo que o sujeito da AD-1, vai continuar como efeito de seu assujeitamento à máquina discursiva, ou seja, ele sempre vai se assujeitar às formações discursivas com as quais se identifica.

Para Pêcheux ([1975] 1988), como já dissemos anteriormente, o sujeito se revela em seu discurso, constituindo-se assim como um efeito, um acontecimento. Ele se inscreve em posições que são ideologicamente determinadas, pois para a AD o que existe são posições de sujeito que irão apontar para o lugar que o indivíduo ocupa nas formações discursivas¹⁸ (FDs) dominantes ou dominadas. Como afirma Ferreira (2000), o sujeito "(...) *estabelece uma relação ativa no interior de uma dada FD; assim como é determinado ele também a afeta e a determina em sua prática discursiva.*" (p.23).

Falar em ideologia é falar também em história e assim sendo, vale retomar aqui o papel do materialismo histórico, que traz consigo a questão da luta de classes, e seu efeito

¹⁸ Manifestação no discurso de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica. É a matriz de sentidos que regula o que pode e deve ser dito pelo sujeito. (Ferreira, 2001)

para a concepção de sujeito na AD.

O materialismo histórico, segundo Henry (1992), rompe com o conceito de um sujeito permanente (no sentido de imutável e fixo) e que pode ser dito a partir de categorias e critérios pré-estabelecidos que ladeavam o sujeito da AD-1. Há, a partir da adoção do materialismo histórico, o que Henry (1992) chama de um “desdobramento do sujeito” que é causa da interpelação ideológica a que nos referimos acima.

Pêcheux ([1975] 1988) diz ainda que o sujeito está preso na rede de significantes, a qual antecede o próprio sujeito. Para se constituir falante (desejante), o sujeito ingressa na cadeia signifiante (que existe antes dele) por meio da sujeição ao Outro. Temos aqui a presença da psicanálise lacaniana e do assujeitamento ao campo do Outro. Este é um ponto muito importante para nossa reflexão e que retomaremos um pouco mais adiante. A esse respeito Pêcheux (op. cit., p.171) conjectura:

Diremos que a marca do inconsciente como "discurso do Outro" designa no sujeito a presença eficaz do "Sujeito", que faz com que todo sujeito "funcione", isto é, tome posição, "em total consciência e em total liberdade", tome iniciativas pelas quais se torna "responsável" como autor de seus atos, etc., e as noções de asserção e de enunciação estão aí para designar, no domínio da "linguagem", os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante.

Pelo caminho até aqui percorrido vemos que o sujeito da AD-2 afasta-se definitivamente daquele do empirismo, pois ele não pode ser dito *a posteriori* e nem ser classificado a partir de categorias pré-estabelecidas. Ele tem uma outra definição bem peculiar. Sobre a concepção de sujeito para a AD, Indursky (1998, p.116) acrescenta que essa teoria traz um modelo de sujeito múltiplo, pois ele é ao mesmo tempo lingüístico, ideológico e desejante.

Isto é possível, pois, para Pêcheux (op. cit.) o sujeito constitui-se na ideologia e no

inconsciente, sendo, portanto impossível não traçar um paralelo entre estas duas instâncias. O sujeito, assim ideologicamente e inconscientemente assujeitado irá constituir-se dentro de duas ilusões também chamadas por Pêcheux de dois esquecimentos. Pêcheux ([1975] 1988, p.173), apoiado na primeira tópica freudiana, define os dois esquecimentos a que nos referimos acima da seguinte maneira:

Concordamos em chamar de esquecimento nº.2 ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Por outro lado, apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o esquecimento nº.1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº. 1 remete, por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (grifos do autor)

Em resumo, o esquecimento nº. 1, é aquele no qual o sujeito acredita ser a fonte do sentido, o sujeito tem a ilusão de que seu dizer se origina nele mesmo, ou seja, nessa ilusão constitutiva a existência de um discurso preexistente não vêm à tona, ela resta desconhecida por parte do sujeito. Pêcheux ([1975] 1988) vai nos dizer que é neste esquecimento que temos o indício de que o sujeito do discurso é dotado de inconsciente e também, que este é um esquecimento ideológico, afinal o sujeito não é “dono daquilo que diz”. O esquecimento nº. 2, por sua vez, é aquele no qual o sujeito supõe que o que diz é totalmente igual àquilo que pensa. Apesar de ter a ilusão de que seu pensamento é transparente, o sujeito se depara constantemente com os mal entendidos da língua. Tais mal entendidos atestam que o esquecimento nº. 2 é pré-consciente. Por fim, Pêcheux (op.cit.) acrescenta que o esquecimento nº. 2 é um esquecimento lingüístico (PÊCHEUX, [1975] 1988.).

Como afirma Indursky (1998), fica claro que a definição de sujeito para a AD encontra seus fundamentos em Marx, Althusser e também em Freud. Acrescento aqui também Foucault (1996), que destacamos no início desse item, pois para este autor o sujeito é visto como assujeitado e determinado por algo exterior a ele, que é a ordem do discurso.

C) O sujeito da AD-3 - o encontro com o sujeito do inconsciente

Como sintetizam Guilhamou e Maldidier (1994) será no prefácio da tese de Jean-Jacques Courtine, em junho de 1981, que Pêcheux dará um novo lugar para o sujeito da AD. Como dizem os autores (op.cit., pp.188-189):

(...) il fait surgir dans l'événement discursif un nouveau sujet, hors des réseaux dominants de légitimité. Le sujet énonciatif, défini par une légitimité externe finissait par se diluer dans les mécanismes institutionnels, il devenait impossible d'en situer les rationalités historiques et linguistiques (...) Ce sujet énonciateur n'est plus au centre des processus de légitimité, il est ailleurs, là où seules des descriptions locales peuvent le repérer et le catégoriser.¹⁹

O sujeito ganha lugar no arquivo²⁰ (conceito importante para a AD) e se constrói no fio do discurso dentro de uma dispersão de enunciados na qual ele joga como unificador (GUILHAMOU e MALDIDIER, op. cit.). Seria esse sujeito que acontece no fio do discurso o sujeito de que fala Lacan, o sujeito que busca sempre fazer UM com a língua? A questão, por momento antecipada, será abordada em detalhes na parte seguinte desse

¹⁹ "(...) ele faz surgir, dentro do acontecimento discursivo um novo sujeito, fora das redes dominantes de legitimidade. O sujeito enunciativo, definido por uma legitimidade externa termina por se diluir nos mecanismos institucionais, torna-se impossível de situar aí as racionalidades históricas e lingüísticas (...) Esse sujeito enunciador não está mais no centro dos processos de legitimidade, ele está em outro lugar, onde apenas descrições locais podem situá-lo e caracterizá-lo."

²⁰ Segundo Pêcheux, o arquivo são as coisas a saber sobre determinado assunto.

capítulo.

Porém, Pêcheux ([1983] 1997) deixa as seguintes questões para a AD-3 no que concerne o sujeito, conceito ainda em construção pelo autor na época:

- Como separar, no interior do sujeito da enunciação, as seguintes instâncias: o registro funcional *moi-je* – considerada como uma estratégia de assujeitamento – e a emergência de uma posição de sujeito?

- Qual a relação paradoxal entre a emergência desse sujeito (assujeitado à ideologia e ao inconsciente) com a irrupção imprevista de um discurso outro, a falha na matéria?

- O sujeito seria aquele que surge por instantes, ali onde o *moi-je*²¹ vacila?

É preciso lembrar que essas questões não foram respondidas e que, como bem assinala Flahault (1975), há uma certa distância entre o conceito de sujeito em Lacan e em Pêcheux, distância essa que será abordada na parte final desse capítulo.

Em resumo, o que temos na AD é uma evolução do conceito de sujeito desde a chamada AD-1 até a AD-3 (AUTHIER-REVUZ, 1995). Será apenas na AD-3, quando do abandono do conceito de formação discursiva, que Pêcheux vai encontrar em Lacan um local privilegiado (MALDIDIER, 1990).

Para Authier-Revuz (op.cit.) a AD-3 é filiada à concepção lacaniana de sujeito do inconsciente e de um inconsciente como linguagem, que traz também à cena os três registros – real, simbólico e imaginário – e a dupla *langue/lalangue*. Estes conceitos vindos da teoria lacaniana provocaram profundas mudanças no campo da AD. Authier-Revuz (op.cit.) aponta duas transformações ocorridas na AD nessa terceira época. A primeira diz respeito ao fato de que a AD ao promover “a seqüência em sua singularidade” (discurso) como um objeto da AD, preenche a materialidade do fio discursivo (manifestação concreta

²¹ Oriundo da psicanálise lacaniana, onde “je” é o sujeito do inconsciente e o “moi” é o sujeito comum, aquele que produz enunciados.

da enunciação) com um peso teórico que antes não lhe era dado, visto que o discurso passa a ser visto como seqüência singular que acontece no espaço ilusório da fala, fato que a AD não reconhecia anteriormente. A segunda transformação reside no fato de haver a ruptura com a concepção homogênea de discurso (conseqüência, de acordo com a autora, do abandono do conceito de formação discursiva) dando lugar a um discurso heterogêneo.

É importante destacar que ao contrário de Authier-Revuz, muitos autores defendem a manutenção do conceito de formação discursiva e não seu abandono. O tema vem sendo amplamente discutido entre os teóricos da AD e é fonte de inúmeros trabalhos científicos.

Nesse sentido, concordamos com as reflexões de Indursky (2005) e de Baronas (2005). Para esses autores (op.cit.) não é preciso abandonar o conceito de formação discursiva e sim remodelá-lo. O passo teórico a ser dado é não mais considerar a formação discursiva como um compartimento fechado em si mesmo, os autores propõem, assim, a adoção de um conceito de formação discursiva porosa, esburacada e permeável, o que a coloca em relação constante com outras formações discursivas.

Segundo Indursky (op.cit.) considerar que a formação discursiva contém “paredes porosas” a outras formações discursivas faz com que ela comporte também uma faceta heterogênea. Consideramos que tal postura teórica complementa as reflexões de Authier-Revuz negando por outro lado a necessidade de condenar a existência ou não da formação discursiva, o que implica dizer que ao romper com uma concepção homogênea do discurso, na verdade Pêcheux não rompeu com o conceito de formação discursiva e sim colocou-o em xeque. Ao questionar a formação discursiva, também se questiona a definição de sujeito para a AD, de acordo com Indursky (op.cit., p.8) *“está que não se trata mais de uma forma-sujeito dotada de unicidade, pois estamos diante de um conjunto de diferentes posições de sujeito e é esse elenco que vai dar conta da forma-sujeito. Por*

outro lado, uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, daí decorrendo uma formação discursiva heterogênea, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva.”

Complementando as considerações de Indursky (2005), como dito, teremos a teoria sobre a heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (1982). É no campo da segunda mudança sofrida pela AD (da ruptura com a concepção homogênea de discurso) que Authier-Revuz vai situar sua teoria de heterogeneidade do discurso e a relação deste com a alteridade. Segundo Pêcheux ([1975] 1988), ao constituir-se no interior de seu discurso, o sujeito se inscreve nele de dois modos distintos denominados por Authier-Revuz (1982) de heterogeneidade mostrada, que atesta a presença, no discurso do sujeito, de um discurso outro, e heterogeneidade constitutiva, que revela a dominância do interdiscurso no discurso, ou seja, mostra o que é externo ao discurso. Segundo a autora (op.cit.), as formas de heterogeneidade mostrada no discurso são reflexos fiéis e uma manifestação direta da heterogeneidade constitutiva do discurso, porém, há que se ressaltar que a heterogeneidade mostrada não é um espelho fiel da heterogeneidade constitutiva, na verdade, ela corresponde a uma maneira de negociação do sujeito falante com esta heterogeneidade constitutiva (marca movimentos de denegação por parte do sujeito de que algo fala à sua revelia).

Ainda, como diz Authier-Revuz (1982), o sujeito vive numa ilusão que lhe é necessária, qual seja a de que ele tem autonomia e consciência de seu discurso, o que em psicanálise chamamos de sujeição ao Outro. Tal referência à psicanálise e sua associação ao conceito de ideologia “funda o primado do interdiscurso em relação a cada formação discursiva” (MAINGUENEAU, 2004). Veremos mais detalhadamente as concepções teóricas de Authier-Revuz no final desse capítulo.

Há sem dúvida influência da teoria psicanalítica lacaniana na concepção de sujeito para a AD. Pêcheux reconhece o Outro na relação do sujeito com a linguagem, e a presença do inconsciente como um dos fatores determinantes da constituição deste sujeito.

I. II - O sujeito da psicanálise de Lacan

Assim como fizemos para a AD, também abordaremos o conceito de sujeito em Lacan em divisões didáticas que julgamos serem marcantes dentro da obra do autor, e que revelam de modo quase cronológico a evolução do conceito de sujeito. Como afirmam Olgivie (1987) e Assoun (2003) a obra de Lacan, bem como a criação de seus conceitos, tem aporte em referências cronológicas bem marcadas. Para abordar a questão do sujeito em Lacan, seguindo o traço de reformulação desse conceito, propomos dividir a obra do autor da seguinte forma:

- 1- a tese de doutorado do autor;
- 2- o trabalho sobre os complexos familiares;
- 3- a elaboração do conceito de estágio do espelho e;
- 4- o período dos Seminários (atravessados pelos trabalhos contidos nos Escritos).

É preciso destacar que os períodos 3 e 4 estão intimamente ligados, a separação entre um e outro é de ordem didática e não de ordem cronológica. Seguindo também a mesma linha do item anterior nos ateremos em cada fase em seus principais aspectos, aprofundaremos um pouco mais a discussão nas fases finais, pois será onde ancoraremos nosso entendimento do que é o sujeito para Lacan e subtrairemos daí mais alguns conceitos de apoio para contribuir ao objetivo deste trabalho.

A) A tese de doutoramento

Lacan defende sua tese de doutoramento "*De la psychose paranoïque dans ses rapports avec la personnalité*" em 1932 no domínio da psiquiatria e baseia suas reflexões a partir de um estudo de caso, o famoso caso Aimée, diagnosticada como paranóica.

A partir de relatos quase literários sobre Aimée, Lacan começa a propor uma outra concepção para a gênese do sujeito e de sua personalidade. A tese inicia-se por uma abordagem fenomenológica da personalidade, porém tal abordagem é abandonada no decorrer do trabalho dando lugar a uma comparação entre o comportamento humano e o comportamento animal. O que Lacan tenta fazer ao utilizar tal estratégia é atribuir ao humano aquilo que é de instintivo e que se acreditava ver apenas em comportamentos de animais. O autor chega até mesmo a tecer uma definição do desejo ligando-o a um determinado ciclo de comportamentos (LACAN, [1932] 1975, p.311). Abordando os comportamentos, começa a surgir em cena o papel também do social exterior ao sujeito; essa faceta toma então lugar de destaque na constituição da personalidade do sujeito (LACAN, op.cit., p.313):

Le point de vue du social, dans le phénomène de la personnalité, nous offre au contraire (NR: nesse momento Lacan se opõe à fenomenologia) une double prise scientifique: dans les structures mentales de compréhension qu'il engendre en fait, il offre une armature conceptuelle communicable; dans les interactions phénoménales qu'il présente, il offre des faits qui ont toutes les propriétés du quantifiable, puisqu'ils sont mouvants, mesurables, extensifs. Ce sont là deux conditions essentielles à toute science de la personnalité.²²

Para Lacan, a paranóia, objeto central do estudo de sua tese, deverá ser vista,

²² "O ponto de vista social, no fenômeno da personalidade, nos oferece, ao contrário, uma dupla premissa científica: nas estruturas mentais de compreensão que esse ponto de vista efetivamente engendra, ele oferece um armadura conceitual comunicável; nas interações fenomenológicas que tal ponto apresenta, ele oferece fatos que têm todas as propriedades do quantificável, pois são móveis, mensuráveis, extensivos. Estão aqui duas condições essenciais à toda ciência da personalidade."

portanto, em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos internos e externos. Segundo Olgivie (1987), Lacan traça em sua tese um percurso que vai da consciência e da intencionalidade fenomenológicas, ao encontro do inconsciente freudiano. A idéia da presença de um inconsciente que constituiria o sujeito permanece para Lacan, nesse momento, ainda latente e em suspenso e seis anos mais tarde ele irá desenvolver mais suas reflexões acerca do papel do meio social na concepção do sujeito.

B) Os complexos familiares

Em 1938, Lacan retoma suas reflexões sobre a estrutura social do indivíduo e publica na *"Encyclopedie Française"* o trabalho *"Les complexes familiaux dans la formation de l'individu - essai d'analyse d'une fonction en psychologie"*.

Segundo Olgivie (1987), Lacan irá introduzir uma nova idéia nesse trabalho, a saber, a idéia de que o ser humano não é apenas um ser social, mas que ele o é na medida em que não pode ser outra coisa. Lacan inicia aqui suas reflexões sobre a questão de que para constituir-se o sujeito perde, necessariamente, algo, ficando e constituindo-se assim como faltoso.

O autor é certamente influenciado não só pela biologia, mas também pela filosofia e sem dúvida alguma pela psicanálise freudiana. É preciso lembrar, como destaca Olgivie (op.cit.), que a idéia de uma falta no processo de constituição do sujeito é algo já presente nos escritos de Lévi-Strauss.

Lacan estuda os complexos presentes nas relações familiares e a influência destes na formação do sujeito. Apenas a título de curiosidade, esses complexos aos quais Lacan faz referência são os seguintes: complexo de desmame, complexo de intrusão (relações fraternas) e o complexo de Édipo. Como sintetiza o autor (1938 [2001], p. 82):

Le sujet sera condamné à répéter indéfiniment l'effort du détachement de la mère - (...) ou bien, le sujet reste prisonnier des images du complexe et soumis tant à leur instance letale qu'à leur forme narcissique.²³

O que Lacan traz à cena são, sobretudo, a questão das imagens (paterna e materna) e o papel do meio exterior na constituição do sujeito e de suas patologias (principalmente no que concerne a emergência e introdução do sintoma na constituição da personalidade). As idéias tomam tempo de latência uma vez mais até o momento de publicação do artigo sobre o estágio do espelho.

C) O estágio do espelho

Publicado em 1949, esse trabalho marca a passagem de Lacan da sociedade e da família para o "espelho". Como assinala Olgivie (1987, p.99):

Avec le "stade du miroir" Lacan invente un concept qui condense et cristallise l'ensemble des déplacements jusque-là effectués et les unifie dans une théorie du sujet qu'il ne cessera plus d'approfondir.²⁴

O que esse novo conceito vai trazer é a questão da alteridade que vai estar no sujeito e não fora dele, ou seja, imaginariamente o sujeito que se vê refletido no espelho acredita ver um outro e não a si próprio. Porém, não é esse outro imaginário que é importante, ao ver sua imagem no espelho a criança empreende uma busca de si, que parte da separação entre corpo e imagem.

O estágio do espelho será uma configuração indispensável ao sujeito e não uma

²³ “O sujeito será condenado a repetir indefinidamente o esforço do desapego da mãe – (...) ou melhor, o sujeito se mantém prisioneiro das imagens do complexo e submetido tanto à instância letal quanto à forma narcísica dessas imagens.”

²⁴ “Com o ‘estádio do espelho’ Lacan inventa um conceito que condensa e cristaliza o conjunto de substituições até esse momento efetuadas e as unifica em uma teoria do sujeito que ele não cessará mais de aprofundar.”

fase que deve ou não ser atravessada. O estágio do espelho tem papel constituinte para o sujeito e é essencial para sua formação enquanto tal. Como esclarece Lacan ([1949] 1998, p. 97):

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem - cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*.

Essa identificação à qual se refere Lacan é a matriz simbólica do Je ([eu] - o sujeito do inconsciente) antes do acesso do sujeito à linguagem, ou seja, é a identificação com um [eu] ideal. O estágio do espelho tem deste modo, a função de estabelecer a relação do organismo (antes despedaçado) com a sua realidade (uma totalidade ortopédica alienante). O estágio é, assim, o primeiro passo do sujeito - como corpo inerte- ao sujeito - da linguagem e do inconsciente.

Em resumo, a tese de doutoramento registra o “abandono” que Lacan fez da idéia de intencionalismo fenomenológico para explicar os distúrbios mentais, em detrimento da presença de um inconsciente. O abandono dessa postura teórica começa a conduzir Lacan pelos caminhos freudianos da mente.

Apesar de não abordar diretamente a psicanálise em sua tese, Olgivie (op.cit.) destaca que Lacan enviou a Freud uma cópia de sua tese e obteve deste último uma apreciação positiva acerca de suas idéias. O sujeito lacaniano nesse período inicial migra,

desse modo, da fenomenologia para um outro lugar: o inconsciente.

Antes de iniciar suas reflexões no campo da psicanálise, Lacan se dedica ao estudo do social, a partir do trabalho sobre os complexos familiares, nesse momento o autor aborda pela primeira vez a questão da perda na constituição do sujeito e a relaciona com as imagos familiares. O sujeito para Lacan tem também como causa constitucional a sua relação com o meio social (a família), além do inconsciente (tema não abordado nesse segundo momento). O que deve ser destacado é o fato de que nesse trabalho Lacan inicia suas considerações sobre as imagos parentais, essas imagos comportam uma alteridade constitutiva do sujeito, porém não há, nesse momento a relação direta das imagos com a questão do inconsciente.

Saindo do meio social amplo, Lacan, no terceiro momento, centra suas reflexões sobre as relações do sujeito com um outro do ponto de vista psíquico. A partir de tal abordagem, o autor mostra que, para constituir-se, o sujeito passa pelo reconhecimento da alteridade, que garante ao sujeito o reconhecimento de seu corpo enquanto uno e separado dos outros corpos que compõe o meio onde vive. A imago nesse momento não está mais fora do sujeito, como na segunda época que relatamos acima. A imago está no próprio sujeito, que vê seu reflexo no espelho como algo fora de seu próprio corpo, tal concepção marca as primeiras reflexões lacanianas em torno da tópica do imaginário. Como destaca Chatelard (2005, p. 111-112):

(...) o termo imago está ligado ao estágio do espelho, na medida em que Lacan concebe a formação da imagem do corpo como o fato de assumir a imagem do corpo do outro, antes mesmo de a maturação do sistema nervoso permitir ao sujeito o domínio de seu esquema corporal. Em outras palavras, a imagem do corpo do outro permite uma antecipação imaginária da unidade do corpo humano. (...) Em suma, antecipando a realidade fisiológica, a imagem tem função totalizante e unificadora.

A partir do trabalho sobre o estágio do espelho, Lacan iniciará seu retorno a Freud (OLGIVIE, 1987) dando ao conceito de sujeito noções cada vez mais aprofundadas, sobretudo, no que diz respeito às questões do desejo e do assujeitamento ao Outro (CHATELARD, 2005). Como bem resume Olgivie (op.cit., p.107), o estágio do espelho é:

(...) lieu de naissance et structure définitive, il représente la caractéristique propre de l'être humain : la séparation, que Lacan analysera plus tard sous le termes d' « alienation » et de « refente », en mettant en rapport cette constitution et cette séparation.²⁵

Após três etapas, relativamente bem marcadas, resta-nos agora um rápido e amplo apanhado entre alguns seminários de Lacan. Escolhemos nos ater às questões que dizem respeito, sobretudo, ao desejo, à falta e a relação do sujeito ao Outro. A necessidade de "afunilar" conceitos não deixa, porém, de esboçar o aprofundamento do conceito de sujeito na obra e pensamento lacanianos.

D) Os seminários - estudando alguns conceitos para entender o sujeito lacaniano

Como dissemos anteriormente, segundo Lacan o estágio do espelho é o início do caminho que leva o sujeito a encontrar a linguagem. A marca da entrada definitiva do sujeito no mundo da linguagem é o momento em que esse se depara com uma falta que lhe é constitutiva e que o torna desejante. Será no uso da linguagem, como veremos, que o sujeito desejante vai tentar preencher essa falta.

Desde que Freud, ao analisar as histéricas, transformou a psicanálise em uma experiência do discurso (ou seja, uma experiência de linguagem), é do desejo inconsciente que se fala ao fazer-se associação livre (HENRY, 1992). Ser desejante é ser marcado pela

²⁵ “(...) lugar de nascimento e estrutura definitiva, ele representa a característica própria do ser humano : a separação, que Lacan analisará mais tarde sob os termos de “alienação” e de “refenda”, colocando em relação essa constituição e essa separação.”

falta e pela dualidade, pois é o sujeito do inconsciente (je) que sabe desta falta, restando ao eu (moi) a busca eterna por uma completude ilusoriamente perdida. Estamos nos referindo aqui ao objeto *a* que o sujeito elege para nomear seu desejo. É interessante aqui definirmos brevemente o que seja desejo para Lacan.

Segundo o autor, o desejo não representa apenas, para o sujeito a perda, mas faz também com que ele se identifique com ela. O sujeito constitui-se desejante a partir de sua inserção no mundo simbólico. Isto se dá no chamado Terceiro Tempo do Édipo (Lacan [1957-1958] 1998), através da interdição posta pelo Nome-do-Pai, lei que personifica a metáfora paterna e que interdita o desejo da mãe em relação à criança, a partir da introdução de um terceiro elemento na díade; este movimento representa a castração. Nas palavras de Lacan (op.cit., p. 200):

O terceiro tempo é este: o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui. (...) o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita neste terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo.

A instauração desta falta insere o sujeito na linguagem para que ele possa, a partir daí, buscar a completude perdida. Vale lembrar aqui que é neste momento, da castração simbólica que se define a estruturação psíquica do sujeito: neurose, psicose e perversão, ou seja, as vias pelas quais ele vai buscar dar conta dessa falta estruturante, encarnada no objeto (*a*) (objeto causa do desejo). Porém, no seminário sobre o ato analítico (1967-1968, ainda não publicado no Brasil), Lacan conclui que na verdade o objeto *a* nunca existiu a não ser por fantasia do sujeito, que o constitui no momento da castração simbólica.

É na constituição deste objeto ilusoriamente perdido que o sujeito irá revelar-se. Porém, este sujeito, amparado em um não saber (referente a algo que lhe falta) tem uma

parte de si e para si eternamente oculta e inatingível.

A partir deste breve preâmbulo, temos o sujeito do inconsciente como parte oculta e detentora da verdade em oposição ao eu, que imprime a incessante busca pela completude (que move o desejo), este é um ponto de extrema relevância para a concepção psicanalítica lacaniana acerca do sujeito.

Como diz Henry (1992) sempre há uma parte do sujeito desconhecida dele, pois ao modo do trabalho do sonho, o sujeito que produz seu discurso é ao mesmo tempo autor e testemunha daquilo que relata. Na posição de testemunha do que diz, o sujeito vislumbra apenas uma parte de seu dizer e apaga uma outra (parte inconsciente). Esta parte invisível ao sujeito é o sujeito do inconsciente, que se faz presente no discurso a partir de atos falhos, lapsos, chistes, etc., onde de fato o sujeito é sujeito. Entramos agora de fato na definição do sujeito lacaniano, que é o sujeito do inconsciente, a seguir vamos tentar esmiuçar esta noção.

Segundo Cotet (1999), Lacan propôs uma nova teoria do sujeito a partir do pressuposto de um sujeito do inconsciente, dividido por seu próprio discurso, onde o eu não é senhor em sua própria casa. O autor (op. cit., p.12), afirma:

Se o sujeito freudiano se caracteriza por uma fratura devida ao inconsciente, sucede também que o inconsciente perturba a ilusão de uma transparência do pensamento a ele mesmo: o sujeito não sabe os pensamentos que o determinam (...). Ao definir o inconsciente por pensamentos e não por forças obscuras ou representações imperceptíveis, Lacan recoloca no terreno da filosofia clássica a questão do sujeito desses pensamentos. Mas, ao fazê-lo, e para evitar o círculo vicioso da dupla consciência, tem o cuidado de construir uma modalidade do sujeito fundada não sobre o subjetivo, mas sobre a certeza.

Lacan ([1963-1964] 1998) retoma então o cogito cartesiano, mas às avessas para ilustrar o funcionamento do inconsciente como mola mestra da constituição do sujeito, pois

o Isso (*Es* – o inconsciente) pensa antes do sujeito (“penso onde não sou e sou onde não penso”). Lacan (op.cit.) toma o sujeito cartesiano em sua faceta mais instável, pois crê que tal determinação cartesiana é no mínimo utópica, ou seja, ao usar o “eu penso” o sujeito crê que é aí que ele se constitui, quando, na verdade, se não se auto-afirmasse pensante ele não existiria – ser e pensar reduzem-se aqui à mesma coisa (FINK, 1998). Lacan (op.cit.) vai mostrar que na verdade o que temos é uma racionalização para um não pensar e que acaba por constituir um falso ser, pois para o autor, o pensamento é da ordem do inconsciente e constitui um sujeito dividido (eu-inconsciente). O que temos aqui é que, ao utilizar o cogito de modo tão peculiar, estreitam-se os laços com a definição de significante, pois o sujeito (por meio do inconsciente) será aquele que emerge entre os significantes, ignorando o que o constitui enquanto tal.

Segundo Porge (1998), a introdução do termo sujeito, operada na psicanálise por Lacan, teve com função reafirmar sua teoria do inconsciente como um não sabido, na qual o sujeito *"não é nada de substancial, ele é momento de eclipse que se manifesta num equívoco."* (PORGE, op.cit., p.502). O sujeito é instituído, deste modo, a partir de uma falta de saber, razão pela qual em análise dizemos que o analista fica no lugar de um sujeito suposto saber, que encarna a fala do inconsciente – colocado como grande Outro e como aquele que “sabe” a verdade do sujeito.

Lacan (1964/1965), citado em Porge (1998, p. 508), afirma:

(...) o saber do inconsciente é inconsciente na medida em que, do lado do sujeito, ele se situa como indeterminação do sujeito; não sabemos em que ponto do significante se instala esse sujeito presumido saber.²⁶

O que temos então é que o sujeito lacaniano é, ao mesmo tempo, efeito de

²⁶ Seminaire – Livre 12 – Problèmes cruciaux pour la psychanalyse. Ainda inédito no Brasil.

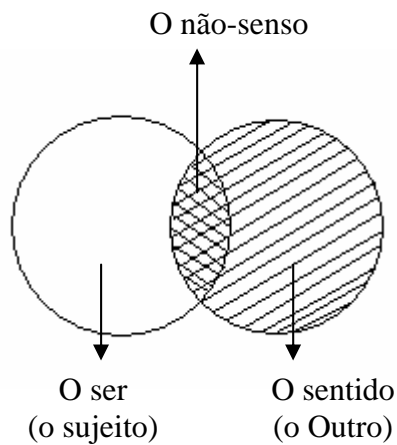
linguagem e produção significante, e que tais efeitos marcam uma divisão na origem deste sujeito, que segundo Porge (op.cit.), pode ser inicialmente pelo fato da linguagem (devido à incidência do significante no desejo) e também pelo fato da pulsão sexual/castração (que é uma contribuição propriamente freudiana).

Esta divisão do sujeito, a que nos referimos anteriormente foi denominada por Lacan ([1960] 1998a) de *fading/afânise* ou *eclipse/desvanecimento* do sujeito, pois, o sujeito é aquele que emerge e desaparece na cadeia significante enquanto efeito de um saber do qual este mesmo sujeito nada sabe. Este saber é dirigido a uma outra instância, o chamado grande Outro, com o qual o sujeito traça uma estreita relação, pois será o Outro (abordaremos com mais cuidado o conceito de Outro numa seção à parte no final dessa seção, pois esse será outro conceito de apoio que pinçamos da teoria lacaniana) que articulará o eu e o Isso, donde evidencia-se o pressuposto de que “o eu não é senhor em sua própria casa” e aponta para um assujeitamento deste sujeito.

Sobre o Outro, diz Lacan ([1963-1964] 1998, p.193):

O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer.

Lacan destaca que o sujeito traça uma relação imaginária com o Outro, relação esta de sujeição e que acontece segundo duas operações essenciais nas quais se funda o sujeito, chamadas por Lacan (op.cit.) de *alienação* e *separação*. É importante entender cada uma delas para localizarmos aí o sujeito do inconsciente. O autor ([1963-1964] 1998) utiliza-se do seguinte esquema (baseado na teoria dos conjuntos) para explicitar os conceitos de alienação e separação:



A alienação (LACAN, ([1963-1964] 1998, p.200)

Utilizando-se do esquema acima Lacan ([1963-1964] 1998) explica que a parte que lhe interessa é aquela na qual o sujeito está sob o sentido (zona de intersecção entre o ser e o sentido). Olhando para essa parte do esquema, diz o autor que, se se escolhe o ser, o sujeito desaparece no não-senso; o mesmo acontece se a escolha é pelo sentido, o que fica no campo no não-senso é considerado como parte que é decepada do sentido (como mostra Lacan) e que constitui o inconsciente.

A alienação define as formas pelas quais o sujeito converge ou diverge do Outro, nela, o sujeito aparece como sentido produzido pelo significante e ao mesmo tempo como afânise (pois ao constituir-se no campo do Outro ele desaparece – fading do sujeito). Nas palavras de Lacan (op.cit., p.199):

A alienação consiste no vel que – (...) – condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer

que se ele aparece de um lado como sentido, do outro, ele aparece como afânise.

Segundo Lacan (op.cit.), o sujeito escolhe assim entre o ser (sujeito) ou o sentido (o Outro), sabendo-se que ao escolher o ser, o sujeito constitui-se enquanto faltante. Porém, convém destacar que este ou alienante não leva a uma escolha ou outra (só há um escolha viável), para explicar tal pressuposto, Lacan dá o exemplo do dito: “A bolsa ou a vida”- se se opta pela vida, fica-se sem a bolsa, porém, se se opta pela bolsa, fica-se sem nenhuma das duas. Ou seja, o que temos é que o sujeito está condenado a ter uma vida amputada (faltante), pois a única saída do vel da alienação se dá pela via do desejo.

É no recobrimento desta falta, que na verdade se desdobra em duas (a do sujeito no Outro e a do Outro, refletido no desejo do próprio sujeito), que surge a segunda operação, a separação, pois o sujeito aparece no campo do Outro e ao mesmo tempo desaparece neste campo. Como define Lacan ([1963-1964] 1998, p.207):

Aquilo pelo quê o sujeito encontra a via de retorno do vel da alienação é essa operação que chamei, outro dia, separação. Pela separação o sujeito acha, se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação significante, no que ela é de essência alienante.

Lacan remete-se aqui ao Outro primordial – a mãe – e à constituição do sujeito enquanto faltante dentro de sua afânise. O autor destaca, ainda, que não há sujeito sem afânise, pois é neste lugar, onde o sujeito desaparece e nada sabe deste Outro, que ele se faz desejante. O que estamos dizendo é que o sujeito é constitutivamente dividido e que esse é o único modo possível para sua existência. Como nos diz Lacan ([1967] 2005, pp.69-70):

Je dis que le sujet, tout en étant le sujet, ne fonctionne que comme divisé.

(...) Dans cette division, il y a un élément causal qui est ce qui j'appelle l'objet petit a. (...) Notre sujet tel qu'il est, le sujet qui parle, si vous voulez, peut bien revendiquer la primauté, mais il ne sera jamais possible de le tenir pour purement et simplement initiateur libre de sons discours, pour autant que, étant divisé, il est lié à cet autre sujet qui est celui de l'inconscient et qui se trouve être dépendant d'une structure langagière. La découverte de l'inconscient, c'est cela.²⁷

Fink (1998, p.75) resume as duas operações que apresentamos acima da seguinte maneira:

Se, então, a alienação consiste na causação do sujeito pelo desejo do Outro que precedeu seu nascimento, por algum desejo que não partiu do sujeito, a separação consiste na tentativa por parte do sujeito alienado de lidar com esse desejo do Outro na maneira como ele se manifesta no mundo do sujeito.

O que temos assim é que, o sujeito, ocupando este lugar de “não penso” na sua relação com o Outro, assujeita-se ao saber que vem deste num movimento que irá permitir a relação do sujeito com o inconsciente. Destacando-se aí, o fato de que o inconsciente aparecerá como um saber que não é exclusivo do sujeito, mas que por outro lado trabalha para seu apagamento. Assim, Bairrão (2003b, p.163) afirma:

O sujeito que verdadeiramente diz, não podendo senão depor a verdade do desejo – ou seja, testemunhar a falta de objeto – apresenta-se em falta. Mas o sujeito que não se sabe, exatamente por ser verdade que nada se conhece, sequer ele próprio a si mesmo, é verdadeiramente o sujeito.

Bairrão (2003a, anotações de aula) acrescenta, ainda, que o sujeito é ao mesmo tempo "matriz" da enunciação e submetido a ela. É por este motivo que Lacan afirma que o

²⁷ “Eu digo que o sujeito enquanto tal, funciona apenas dividido. (...) Nessa divisão há um elemento causal que é o que denominei de objeto (a). (...) Nosso sujeito, o sujeito que fala, se vocês preferem, pode muito bem reivindicar o primado/primazia, mas não é possível considerá-lo como pura e simples matriz do seu discurso, pois sendo dividido, ele é ligado a esse outro sujeito que é o sujeito do inconsciente e que se acha dependente de uma estrutura de linguagem. A descoberta do inconsciente é isso.”

sujeito vai ser aquilo que representa um significante para outro significante, constituído enquanto um efeito possível através dos cortes do discurso - há aqui uma relação com o sujeito suposto saber (tal como é instaurado na análise).

Como se pode ver, o sujeito lacaniano, tal como na AD, também não é aquele empírico, mas como podemos pensar em relacioná-lo com a AD?

I.III - Como entender o sujeito em AD e psicanálise? Algumas proposições...

Ao afirmar que o sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante, Lacan, de acordo com Pêcheux ([1975] 1988), revela o carácter dinâmico desse sujeito enquanto constituído como efeito, como acontecimento.

Podemos pensar que em ambos os casos o sujeito é um efeito que acontece na cadeia significante, no discurso, de modo próprio e particular, sempre tendo em vista que este particular é afetado por algo maior que o próprio sujeito, da ordem da ideologia e do inconsciente. Como diz Lacan ([1967] 2005, p. 50):

Le sujet qui nous intéresse, sujet non pas en tant qu'il fait le discours, mais qu'il est fait par le discours, et même fait comme un rat [expressão francesa que significa "tal como um rato preso na ratoeira"], c'est le sujet de l'énonciation. Cela me permet d'avancer une formule que je vous donne comme l'une de plus primordiales. (...) J'énonce que ce qui le distingue [referindo-se ao significante], c'est que le signifiant est ce qui représente le sujet pour un autre signifiant, pas pour un autre sujet.²⁸

²⁸ “O sujeito que nos interessa é aquele que é feito pelo discurso, não aquele que faz o discurso, é aquele que é ‘fait comme un rat’ (aquele que é feito pelo discurso tal qual um rato é preso numa ratoeira), é o sujeito da enunciação. Isso me permite de complementar um fórmula que lhes digo como sendo uma fórmula primordial. (...) Eu digo que o que distingue o significante, é que o significante é o que representa o sujeito para um outro significante, e não o que ele representa para um outro sujeito.”

Ainda, ao falar, este sujeito ocupa na cadeia significante posições que lhe são permitidas em detrimento de outras que lhe são proibidas (pela ideologia e porque não pelo inconsciente?), a este respeito notamos na seguinte citação de Lacan ([1964] 1998, p.198) as possibilidades de posições de sujeito:

(...) o sujeito pode com efeito ocupar diversos lugares, conforme se ponha sob um ou outro desses significantes. [acrescento aqui, significantes que estão disponíveis na cadeia para cada sujeito. Este acaba por assujeitar-se a eles para assim constituir-se enquanto tal].

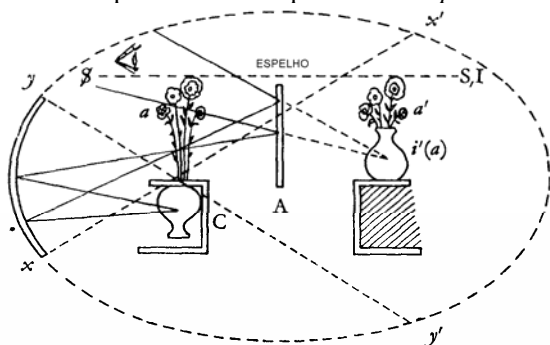
O sujeito assim assujeitado e constituído é, nestas duas disciplinas, um efeito, um acontecimento; o que se vê são apenas nuances deste sujeito que aparece através da fala, dentro da cadeia significante determinada e interditada pelo inconsciente e pela ideologia. Como afirma Bairrão (2003b) o sujeito acontece numa ação do inconsciente, onde o próprio inconsciente é um acontecer sujeito pela ação de dizer.

Ressaltamos também, que em ambas as disciplinas, o que temos é uma concepção de sujeito dividido da e na linguagem (o sujeito é causa e efeito da linguagem). Esta divisão marca um sujeito cujo discurso habita a heterogeneidade e que aparece, na análise (sem se dar conta) a partir do discurso do Outro que é concretizado por sua fala (fala de seu desejo) (AUTHIER-REVUZ, 1982). Authier-Revuz (op.cit.) complementa ainda que, ao acontecer na linguagem, o sujeito não pode ser tido como homogêneo, como exterior à linguagem, pois ao falar, o sujeito não se utiliza das palavras para traduzir sentidos de modo consciente.

Da Silveira F°. (2005) articulando reflexões sobre a teoria da ideologia de Althusser propõe relacionar a interpelação ideológica ao conceito de eu ideal²⁹ da psicanálise, sobretudo no que diz respeito às idéias lacanianas sobre a subjetividade. O autor (op.cit.) inverte o pressuposto althusseriano dizendo que “a ideologia interpela os sujeitos em indivíduos” fundamentando-se na distinção lacaniana entre “moi” e “je”. O eu ideal é considerado como fator de entrada no sujeito no social, ou seja, na ideologia, o que segundo da Silveira F°. (op.cit.), acarreta mudanças na teoria da ideologia. A interpelação é vista como a operação de alienação do sujeito em relação à ideologia, o que vai caracterizar a incompletude desse mesmo sujeito dando-lhe o estatuto de sujeito desejante.

Mas ao mesmo tempo em que se faz presente, a própria interpelação ideológica

²⁹ O ‘eu ideal’ é da ordem do imaginário, por sua vez, o ‘ideal do eu’ diz respeito à ordem simbólica. A distinção entre essas duas instâncias é o que funda a distinção entre o moi e o sujeito. Tais conceitos foram trabalhados por Lacan no esquema do *bouquet* invertido:



(LACAN, [1960] 1998b, p.681)

Onde: A (espelho) é o Outro; $i'(a)$ é a subordinação imaginária (alienação intrínseca ao sujeito) onde se produzem o eu ideal e o ideal de eu; campo $x'y'$ é o espaço que delimita a possibilidade de ilusão.

Segundo Lacan (op.cit.) tal esquema mostra a função de desconhecimento que está contida no estádio do espelho. Como resume Chatelard (2005, p.114-115):

Com a introdução do espelho plano, são criados o espaço virtual, a imagem virtual. Com esse novo espaço, Lacan situa o ponto I (...). É a partir do ponto I que o olho do sujeito vai colocar-se na posição que lhe permitirá ver o $i(a)$, o Eu Ideal, isto é, o Ideal do Eu (moi) que determina seu Eu Ideal: é o ângulo no qual o eu (moi) é amável em função de um ideal que serve para formá-lo. O ideal, significante extraído do discurso do Outro, é aquele sobre o qual vai regrar-se a posição do sujeito.

apaga esse movimento alienante, constituindo-se como injunção na qual o sujeito se insere sem o saber, num movimento de “amor” (como diz da Silveira F^o.) que culmina na sujeição ao Outro e à verdade. Ficam claros os papéis simbólico e imaginário da ideologia na constituição da subjetividade, qual seja, de na junção desses dois registros fazer entrar em cena o significante-mestre (marca da castração e da entrada do sujeito na linguagem, no discurso). Todo esse movimento é o que o autor (op.cit.) chama de “teatro da interpelação da ideologia” (expressão de Althusser) cuja encenação se dá no Édipo, donde resultam, além do ideal do eu o supereu (Nome-do-Pai). Como resume da Silveira F^o. (2005, p. 19):

O eu, que é quem está preocupado pela travessia do Édipo, esforça-se, coitado, para fazer dos enredos, em que foi intrometido pela injunção ideológica, o seu enredo, o seu destino.

O sujeito, à espreita nos bastidores, numa presunção autoral, aguarda o momento em que, num ato, possa, nas entrelinhas dos enredos, colocar o ponto que mude esse conto e, com isso, também, aquele destino.

Pode-se postular uma certa complementaridade entre os conceitos de sujeito da AD e da psicanálise. Isso se dará a partir dos conceitos de heterogeneidade discursiva e de Outro. Lembramos ainda que não vemos aqui o advento de um único sujeito. O sujeito da AD e da psicanálise não podem se sobrepor formando um só. Talvez seja mais interessante tomarmos a posição de entender nosso sujeito como um sujeito do discurso, que traz a todo momento a presença-ausência velada do sujeito do inconsciente, aí reside a noção de complementaridade da qual falamos mais acima.

A partir desta breve exposição, nota-se também que o sujeito trazido à cena pela AD e pela psicanálise lacaniana é bem distinto daquele trazido pelo empirismo/positivismo. Reforça-se aqui um pressuposto com o qual já trabalhamos anteriormente: o de que o sujeito é dotado de uma singularidade - em lugar de algo geral,

trabalho realizado por estas duas disciplinas indiciárias numa tentativa de explicar melhor o funcionamento ideológico de uma sociedade, a partir do funcionamento do inconsciente do sujeito. Como afirma Orlandi (2001, p.100), a singularidade *“não é um efeito da vontade do sujeito, ela resulta do modo singular com que a ideologia o afeta”*.

Como afirma Mariani (1998), a ordem significante constitui-se de modo diferente em diferentes sujeitos resultando em diferentes posições numa determinada formação discursiva. A isto acrescenta-se o fato de que, a partir da relação traçada nesta ordem significante entre o sujeito e o Outro (lugar onde há o reconhecimento por parte do sujeito de que algo lhe falta), é que toda a singularidade deste sujeito pode sustentar-se (LEITE, 2000). Ainda, e com base nos pressupostos acima, já afirmamos que este sujeito será duplamente determinado e assujeitado. Segundo Henry (1992, p.188-189):

O sujeito é sempre e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo do inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.

Complementando Henry, Pacífico (2002, p.32) conjectura:

A ideologia e o inconsciente limitam a pretensa liberdade do sujeito, pois este imagina-se ‘livre’ para dizer o que quer, não percebendo que é capturado pela ideologia.

Neste ponto, concordamos com Authier-Revuz (1982) que postula, a partir da concepção de heterogeneidade da palavra, um descentramento do sujeito, pois este sujeito será dividido (clivado, mas que se crê uno) e será também efeito de linguagem e que não pode se constituir a não ser no interior desta. Tais concepções fazem “esbarrar” novamente as noções de esquecimentos constitutivos do sujeito e o sujeito do inconsciente enquanto discurso do Outro, como pontos de articulação entre o sujeito da AD e o sujeito da

psicanálise. Temos assim um sujeito faltante, evanescente e alienado em sua relação ao Outro, mas que fala de seu desejo por intermédio da interpelação ideológica e graças ao trabalho dos esquecimentos. Este é o sujeito produtor dos discursos que analisamos e é este o sujeito que analisa tais discursos.

Vamos encontrar na teoria de Authier-Revuz um ponto de encontro entre a AD e a psicanálise lacaniana: onde o sujeito encontra-se com o Outro a partir de seu discurso. Antes, porém, de entrarmos mais a fundo na teoria de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz falaremos primeiro um pouco sobre o conceito de Outro para Lacan. O conceito de Outro, como dissemos anteriormente, é um conceito de apoio em nosso trabalho e é também um conceito muito importante na teoria de heterogeneidade discursiva que abordaremos a seguir. O que nos interessa na teoria de Authier-Revuz é o que ela traz sobre a relação de alteridade do sujeito (com o Outro e com seu dizer). Apoiados numa concepção de sujeito desejante e que produz discursos heterogêneos é que vamos trabalhar os nossos dados numa tentativa de se articular a interpretação em AD e psicanálise lacaniana.

Apenas tendo em mente que falamos de um sujeito que é ao mesmo tempo agente e paciente dos meandros da ideologia e do inconsciente, podemos ir ao ponto inicial de nossa discussão, o conceito de interpretação, e como finalmente articulá-lo dentro destas duas disciplinas. Este será o nosso mote para a parte que se seguirá. Mas antes gostaria, como dito, de expor brevemente como a psicanálise entende o Outro e, ainda, para finalizar essa seção, exporei a teoria de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade discursiva.

II - O Outro - lugar da verdade do sujeito

Como já dito, a obra lacaniana tem como característica particular o caráter de

maturação e reformulação constantes de seus conceitos. Para se abordar um conceito lacaniano é preciso pinçá-lo dentro dos Escritos e também dentro dos Seminários, que são os trabalhos mais volumosos de Lacan.

Com relação ao conceito de Outro isso não é diferente. A escolha de tal conceito não é feita ao acaso, pois, como veremos na parte seguinte, tal conceito ocupa um papel importante na teoria de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz.

O conceito de Outro em Lacan surge para opor-se inicialmente ao outro semelhante (o chamado pequeno outro). Ocupando lugar de destaque nas questões lacanianas sobre a alteridade, o Outro será aquele para quem o sujeito dirige em última instância seu desejo. É para responder a uma demanda do Outro que o sujeito fala, ou seja, é visando inconscientemente o Outro que o sujeito vai produzir seus discursos.

Como destaca Assoun (2003) a “criação”³⁰ lacaniana do conceito de Outro tem influência de Hegel e data dos anos 50 (mais exatamente no ano de 1955 ao proferir o Seminário 2, Lacan utiliza pela primeira vez o termo Outro). Nessa época, Lacan fazia uso do termo Outro como antídoto ao intersubjetivismo, ou seja, o autor tinha o intuito de colocar tal conceito em oposição direta ao objetivismo na relação de objeto. Para Assoun (op.cit.) mesmo opondo objetivismo a intersubjetivismo Lacan coloca esse último diante de um questionamento: seu eixo central seria aquele que trata da relação do sujeito com o Outro e não aquele que diz respeito à relação do sujeito com outro sujeito.

O termo será usado por Lacan a cada vez para quando o autor assinala que o sujeito não é sua própria origem (ou seja, que ele não se origina em si mesmo), assim, o Outro para Lacan designa negativamente a alteridade, pois nem tudo pode ser reduzido à identidade, ao mesmo (ASSOUN, 2003). Para Lacan, nesse momento de sua obra, o Outro

³⁰ Usamos o termo entre aspas pois sabe-se que Lacan emprestou a palavra Outro de escritos ontológicos e metafísicos.

constitui um lugar que para o autor traz a seguinte questão: “de onde isso fala?”. O lugar do Outro, para Lacan, será aquele onde reside a fala, um lugar de origem do significante. Ou seja, o Outro é visto como anterior ao objeto, como aquilo que já está lá, antes de qualquer coisa.

Em 1958, no seminário sobre as formações do inconsciente, o Outro assume o papel daquele que dá ao sujeito seu primeiro significante, ou seja, assume o lugar da fala inscrevendo-se como tesouro dos significantes (tese que não será abandonada).

Sobre o lugar da fala, diz Lacan em outro trabalho ([1955] 1966. p. 431): “*L'Autre est donc le lieu où se constitue le je qui parle avec celui qui entend, ce que l'un dit étant déjà la réponse et l'autre déci¬dant à l'entendre si l'un a ou non parlé.*”³¹

No seminário 16 ([1968-1969] 2006), Lacan dedica-se inteiramente a discutir qual é o estatuto do Outro para o sujeito e para a experiência psicanalítica. O título desse seminário “De um Outro ao outro” é bastante sugestivo e já revela o interesse do autor em buscar entender qual é o caminho traçado pelo sujeito do Outro (lugar da verdade do sujeito, visto nesse seminário como o conjunto vazio, conjunto esse que torna possível todo tipo de enunciação sobre um dado conjunto) ao outro (semelhante, ou seja, inscrito totalmente no registro do imaginário).

Nas páginas iniciais desse trabalho, Lacan (op.cit.), se pergunta “O que é o Outro?” e dá como resposta: “*C’est ce champ de la vérité que j’ai défini pour être le lieu où le discours du sujet prendrait consistance, et où il se pose pour s’offrir à être ou non refute.*”

³²(LACAN, op.cit., p.24).

O que temos é que na relação do Outro com o sujeito, o primeiro é essencial para

³¹ “O Outro é portanto o lugar no qual se constitui o eu que fala em sua relação com aquele que escuta, o que um diz sendo já a resposta e o outro que decidindo escutá-lo independente se esse eu tenha ou não falado.”

³² “É esse campo da verdade que defini para ser o lugar no qual o discurso do sujeito tomaria consistência, e onde ele se coloca e se oferece para ser ou não refutado.”

garantir a existência do segundo. O Outro “se fabrica”, nos diz Lacan, como objeto (a) ocupando assim um lugar de suporte para o sujeito e para seu discurso.

O Outro tem, desse modo, papel fundamental em relação ao discurso, mas destacamos aqui que a noção de discurso adotada por Lacan não é a que a AD adota. Para Lacan, o discurso capta indícios da fala, inserindo-se nela, que o autor considera mais globalizante. Para Lacan, ao produzir um discurso, todo sujeito já está implicado de alguma forma com aquilo que disse. Para o autor não há discurso que deixe de implicar, em maior ou menor grau, o sujeito falante. A pergunta que resta ao psicanalista é a seguinte, a de se questionar por qual razão um discurso se revela em lugar de outro. Mas o qual o motor produtor desses discursos?

Encontramo-nos de novo com outra característica do Outro dada por Lacan, ele vai opor o Outro (A) e o Outro castrado (A barrado). O Outro (A) absoluto é o que Lacan chama de tesouro dos significantes, o lugar onde estão todos os significantes, mas adverte Lacan, todos esses significantes são diferentes daquilo que o A representa como significante, afinal não é possível dizer tudo, e é nesse lugar de impossível da língua que o discurso traz à cena a questão do sujeito incompleto, compondo-se aí os indícios que interessam ao analista, sobretudo quando nos deparamos com os atos falhos, equívoco e chistes, como já mostramos no capítulo anterior.

O Outro castrado é o que marca o lugar da falta e aponta para a pergunta do sujeito do desejo: “o que o Outro quer de mim?”. Lacan, usando-se brilhantemente da língua francesa vai dizer que o sujeito se comporta da seguinte maneira em relação ao desejo do Outro: “*c’est de son désir que je suis - ... que je suis la trace*” (LACAN, op.cit., p.75). Temos que o verbo conjugado “suis”, em francês, pode tanto significar seguir ou ser. Então, traduzindo Lacan com o duplo sentido que o verbo comporta, temos que o sujeito

é/segue a partir do desejo do Outro, mas que, porém, ele não é o Outro e sim um traço, uma marca deste.

Segundo Lacan, o Outro é castrado/barrado, por que: ele não existe, ele não é consistente, ele não é completo e, portanto, é -1, ou seja, é um furo do real que incide no simbólico, afinal a inconsistência não impede que o Outro forje o significante. Encontramos aí uma das funções do Outro.

Ao lado dessa função, Lacan ainda enumera como funções do Outro:

- lugar da verdade evocado pela fala;
- lugar do código;
- matriz significante completa (o significante apreendido na cadeia significante);
- tesouro dos significantes;
- enquanto barrado, o Outro desempenha papel de “mediador” na relação da fala com o campo da linguagem; e,
- tomado como Sujeito Suposto Saber – ele se traduz em sua própria inexistência.

Ocupando funções ligadas à questão do lugar que o sujeito ocupa em relação a seu desejo e claro, na linguagem, o conceito de Outro relaciona diretamente com a produção discursiva do sujeito desejante. Como vimos anteriormente, o discurso do sujeito, enquanto faltoso (desejante) é sustentado pela pulsão e por sua função de circundar o objeto que marca a falta. Para se falar da falta é preciso significá-la de algum modo, para isso o sujeito se serve de significantes, da cadeia significante. Mas esse “servir-se” não é aleatório e não depende da vontade do sujeito, como bem sabemos. O sujeito é assujeitado, como também já apontamos no terceiro capítulo. É nesse ponto que acrescentamos o Outro naquilo que Lacan nos apontou como funções desse.

Podemos dizer que, no lugar de tesouro dos significantes, do código, e de mediador

na relação da fala com o campo da linguagem, o Outro (absoluto e ao mesmo tempo castrado) vem para fornecer ao sujeito as “ferramentas” para esse discurso da falta. O Outro provém, de certo modo, ao sujeito os significantes que ele precisa para inscrever-se enquanto desejante. Mas a função desse Outro que provém aquilo de que precisamos para falar marca também uma outra função essencial ao discurso que é a da alteridade, afinal, se falamos a partir daquilo que nos é provido por esse lugar quase sagrado dos significantes, onde cada sujeito se distingue, falamos também para atender a essa demanda do Outro, falamos para um outro (nossos interlocutores) e falamos para um Outro (aquele que supostamente detém os significantes que representam nossa falta estrutural, falta essa que nos transforma em *parlêtres* – termo forjado por Lacan para caracterizar o sujeito como “seres de fala”).

Relacionada às questões ligadas à alteridade do discurso, encontramos na teoria de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz uma articulação fecunda entre as idéias de Lacan e de Pêcheux sobre esse território singular que marca a existência de todo sujeito no mundo da linguagem.

Apresentaremos a seguir a teoria de Authier-Revuz destacando sua importância para nossa pesquisa.

III - Dizer...um discurso heterogêneo - quando o sujeito encontra o Outro

Como dissemos anteriormente, a teoria sobre a heterogeneidade discursiva de

Authier-Revuz nos aponta para uma direção que faz confluírem a AD e a psicanálise lacaniana.

A teoria de Authier-Revuz trabalha, sobretudo, com a faculdade de reflexão da linguagem (AUTHIER-REVUZ, 2003), revelando uma faceta nem sempre contemplada pelos estudos na área da lingüística e colocando a enunciação numa posição incerta e marcada por diferentes tipos de heterogeneidade. Para Authier-Revuz (op.cit.) a reflexividade é uma propriedade fundamental da linguagem, principalmente em relação à autonomia³³, porém a autora mostra dois pontos de vista diferentes sobre essa questão. De um lado temos uma abordagem lógica, que vê a reflexividade como uma falha nas línguas naturais; e de outro, a corrente onde estão os filósofos e lingüistas que colocam a reflexividade como uma propriedade específica das línguas naturais.

O que a autora vai mostrar é que o dizer de um sujeito sempre está carregado de um dizer que vem de outro lugar, todo discurso comporta em si um discurso-outro, nas palavras da autora. A teoria de heterogeneidade discursiva tem como marco inaugural a premiada tese de doutorado de Authier-Revuz, defendida na Université Paris 8 no início dos anos 90. A partir da análise de enunciados diversos, como manchetes de jornais e revistas ou conversas colhidas no cotidiano, Authier-Revuz trabalha a questão de como esses dizeres são marcados por uma presença outra que não a do enunciador apenas.

³³ Autonomia – quando um signo reenvia seu sentido a ele mesmo enquanto signo. A palavra autonomia origina-se na lógica. O uso autônomo de uma palavra no enunciado se aproxima ao uso das palavras que entram no dicionário. O dicionário propõe ao utilizador uma forma fora do discurso oferecendo-lhe definições, fragmentos de discurso onde se ilustram o funcionamento da palavra. Deste modo, a entrada de uma palavra no dicionário esta fora do discurso e representa o nível metalingüístico, quer dizer, aquele onde o uso do código está aplicado reflexivamente a um elemento do código. Esta função da linguagem pode se exprimir em diferentes situações da reflexão lexicográfica. Toda palavra de um enunciado pode ser destacada – pelo locutor ou pelo interlocutor - de seu ambiente e ser considerada em situação autônoma. Por exemplo, nos enunciados a seguir, temos um movimento de reflexão do locutor sobre seu discurso: “eu disse talvez, e não disse sim” ou “você me disse daqui a pouco: agora ou daqui uma hora?”. A autonomia, como todo fenômeno metalingüístico, é um fenômeno de tomada de consciência lingüística.

Authier-Revuz vai trabalhar sobretudo com o que ela denomina de modalização autônoma do dizer, que ira marcar manobras discursivas que irão atestar a presença do outro no discurso, o heterogêneo que lhe é constitutivo, no que a autora denomina de não coincidências do dizer (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Partindo muitas vezes de marcas formais, presentes, sobretudo, nos textos escritos, como por exemplo, o uso de aspas e dois pontos, Authier-Revuz revela o que está para além do enunciador. Esse mesmo trabalho foi posteriormente publicado no ano de 1995 pela editora Larousse em dois volumes de forma condensada; será nessa publicação que basearemos as discussões que seguem abaixo. Porém vale ressaltar que desde o início dos anos 80 Authier-Revuz já se ocupava da questão do heterogêneo no discurso.

As teorias que serviram de base para a tese (AUTHIER-REVUZ, 1995) e outros trabalhos de anos anteriores (AUTHIER-REVUZ, 1982) sobre a heterogeneidade discursiva foram, sobretudo, a de Pêcheux, com quem a autora trabalhou desde os primeiros tempos da análise do discurso (onde se destaca o papel do interdiscurso e o pressuposto de que algo fala antes e em outro lugar), a teoria psicanalítica de Lacan (com o conceito de outro e Outro e a questão do sujeito dividido e que se constitui na cadeia significante) e a teoria do dialogismo de Bakhtine (que postula que todo discurso acontece no meio de outros discursos já feitos anteriormente) (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Em relação à teoria de dialogismo de Bakhtine a autora tece algumas críticas que merecem ser aqui apontadas. Para Authier-Revuz, apesar de Bakhtine considerar o discurso como heterogêneo, o autor por outro lado não vai contemplar os papéis que desempenham o inconsciente e nem a língua (como sistema de diferenças e lugar do equivoco) nessa heterogeneidade. Como destaca a autora, Bakhtine deixa totalmente de lado a clivagem do inconsciente e seu heterogêneo radical - o Outro; conceitos que têm ligação direta com a concepção da autora de um sujeito como efeito da linguagem, como ela destaca ao ver o sujeito como a psicanálise o faz. Nos aproximamos mais da ideia de poder falar de como esse sujeito se situa na linguagem e faz uso dela (AUTHIER-REVUZ, 2001). Será então em Lacan que Authier-Revuz irá encontrar as ferramentas necessárias

para compreender o sujeito que produz os discursos, apoiando-se, sobretudo, na máxima lacaniana "penso onde não sou e sou onde não penso" (LACAN, [1957] 1998, p. 521), máxima que atesta, ao mesmo tempo, a impossibilidade do sujeito tornar-se completo ao tentar fazer-UM com a língua e que algo escapa ao dizer desse mesmo sujeito.

O sujeito será, para a autora, assujeitado ao inconsciente e preso à incessante tentativa de fazer UM com a língua. Como sabemos, ao tentar fazer UM com a língua o sujeito tenta nada mais nada menos que preencher sua falta estruturante, buscar seu objeto ilusoriamente perdido, e em última instância tenta responder à incessante demanda do Outro que questiona a todo momento o desejo do sujeito.

A autora vai fazer uma divisão entre dois tipos de heterogeneidade presentes no discurso: há uma heterogeneidade mostrada - que atesta a presença do outro no discurso de forma marcada, como, por exemplo, o uso de aspas (que suspende a naturalidade do dizer, relegando-o à um lugar que não vem do sujeito e tornando-o opaco. É nesse estudo sobre as aspas e seu lugar na meta enunciação que a autora traça suas primeiras reflexões sobre as relações entre a lingüística e a psicanálise (AUTHIER-REVUZ, 2001)) -, e uma heterogeneidade constitutiva - que vai marcar como o sujeito negocia com este outro que também faz parte de seu discurso.

Interessa-nos aqui trabalhar a heterogeneidade constitutiva e será nesse conceito que concentraremos nossas reflexões, porém é preciso destacar, como assinala Authier-Revuz, que o estudo de uma heterogeneidade implica a outra, ambas não são totalmente dissociáveis, sobretudo se o corpus a ser analisado é um corpus escrito (cartas, livros, por exemplo) onde as formas marcadas ou mostradas da heterogeneidade são mais facilmente apreensíveis. Como nosso corpus advém da oralidade o que nos interessa é ver o heterogêneo constitutivo, ainda que difícil de ser apreendido. Como define Authier-Revuz

(2004, p.22):

Nem estágio de decomposição, nem luminoso horizonte de ultrapassagem; para a descrição lingüística das formas de heterogeneidade mostrada, a consideração da heterogeneidade constitutiva é, a meu ver, uma ancoragem, necessária, no exterior do lingüístico; e isso, não somente para as formas que parecem oscilar facilmente devido às modalidades incertas de seu resgate, mas, fundamentalmente, para as formas mais explícitas, mais intencionais, mais delimitadas da presença do outro no discurso. (grifos nossos)

Entendida como diretamente relacionada ao exterior discursivo, a heterogeneidade constitutiva será ainda dividida por Authier-Revuz em quatro diferentes formas de o sujeito negociar com esse exterior do discurso. Nas palavras de Authier-Revuz (conversas pessoais, 2006) "a heterogeneidade constitutiva é uma resposta a um encontro, o encontro do sujeito com seu discurso". Assim, a autora propõe como respostas a esse encontro as seguintes:

- 1) resposta ligada à exterioridade discursiva - que compreende o interdiscurso e o campo da alteridade (o Outro, aqui entendido como faceta externa ao discurso);
- 2) resposta da exterioridade interlocutiva - que compreende o campo do outro semelhante;
- 3) resposta da língua como sistema de diferenças que encontra-se com o real, ou seja, com a falta. E, por fim;
- 4) resposta das palavras a mais, ou seja, a *lalangue* (no sentido lacaniano do termo, tal como descrevemos no capítulo anterior).

Essas respostas dadas pelo sujeito em seu encontro com o discurso, estruturam-se em quatro espaços de não-coincidência ou de heterogeneidade, espaços estes onde o dizer se confronta com ele mesmo, se desdobra e se altera. Tais espaços são descritos por Authier-Revuz (2001) da seguinte maneira:

- 1) Espaço da não-coincidência interlocutiva entre os enunciadores. Nesse espaço o outro semelhante é convocado, o outro aparece como reflexo do mesmo por intermédio de uma regra de conversação (retomando Milner, 1987). A comunicação é aqui não-UM, afinal um dos interlocutores sempre vai tentar explicar algo ao outro contando com seu entendimento ou não do que está sendo discutido. Esse não-UM da comunicação, diz a autora, é o fundamento de toda comunicação possível (aqui Authier-Revuz retoma Lacan, autor que fundamentou esse princípio). Como por exemplo: “É um *modo singular* de se fazer as coisas, *se você entende o que eu digo*.”³⁴
- 2) Espaço da não-coincidência do discurso com ele mesmo, onde aparece o discurso outro, como vemos no seguinte exemplo: “Você fez um *gol de letra, como dizem no futebol*, ao escolher esse tema de pesquisa.”. Esse tipo de não-coincidência refere-se ao dialogismo de Bakhtin (o sujeito se constitui a partir de outros discursos) e ao conceito de interdiscurso postulado pela AD (“isso fala, independentemente, antes e em outro lugar”). Temos aqui as fronteiras entre o eu e o outro.
- 3) Espaço da não-coincidência entre as palavras e as coisas, onde as glosas retomam questões relativas à nominação e adequação, como podemos ver em “Ontem nós assistimos um *filme, se é que se pode chamar aquilo de filme*, e depois saímos para jantar.”. Esse lugar de heterogeneidade deve ser visto, como destaca a autora, a partir de duas perspectivas: de um lado há: 1- a oposição que existe na lingüística entre a língua como sistema

³⁴ Em itálico estão destacados os lugares de não-coincidência do dizer.

finito de unidades e o contínuo das infinitas singularidades do real a ser nomeado e, de outro, 2- o real tal como Lacan o vê, como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica e que constitui o sujeito enquanto faltoso.

- 4) Espaço da não-coincidência das palavras com elas mesmas, no qual as glosas reflexivas remetem à polissemia, homonímia, jogos de palavras. Como no exemplo seguinte: “Me restam ainda *dois capítulos* para reescrever, na verdade, quero dizer, *dois ou três parágrafos devem ser reescritos*, para não ser exagerada!”. Essa não-coincidência traz à cena a lalange, lugar da poesia, da psicanálise e do Saussure dos anagramas. É o ponto de encontro do sujeito com o equívoco da língua.

O que temos é que esses quatro lugares marcam os modos como o sujeito negocia seu “encontro” com o discurso, modos que apontamos anteriormente. É preciso lembrar que todos esses lugares marcam formas que interditam ao sujeito fazer-UM com a língua ao mesmo tempo em que ele nega essa impossibilidade, pois tenta, a todo momento, tornar seu dito fechado e transparente, ou seja, imaginariamente, o sujeito acredita (e precisa acreditar, como vimos) que faz UM com a língua e que a domina ao seu bel prazer³⁵.

Voltando aos quatro modos de negociação, destacamos que todos nos interessam, sobretudo o primeiro (ligado à exterioridade discursiva) e os dois últimos (que mostra a língua como sistema de diferenças e que atesta a presença da lalange). No primeiro já destacamos no capítulo anterior o papel do interdiscurso e de Outro (ambos adotados aqui também como conceitos de apoio) e as duas últimas, que podem ser colocadas em íntima relação uma com a outra; afinal, é ao ver a língua como sistemas de diferenças que também se vê a presença da lalange, reafirmando nosso entendimento de língua e também de

³⁵ É claro que estamos falando aqui dos dois esquecimentos e também do assujeitamento do sujeito ao inconsciente.

sujeito, ambos faltosos e incompletos.

Como assinala Authier-Revuz (2004, p.173):

É em um discurso multiforme, essencialmente heterogêneo – no plano das disciplinas, dos objetos, dos pontos de vista,...-, que a questão do heterogêneo pode ser evocada na sua dimensão de ruptura.

Esses modos de negociação, que apontamos mais acima, são assinalados pelo que Authier-Revuz (1990) vai denominar de pontos de não-coincidência ou de heterogeneidade no dizer. Tais pontos tornam o discurso opaco, revelando que há algo que o sujeito não domina e que se faz presente em seu dizer. Como veremos na análise de dados (parte final desse trabalho), esses pontos opacificantes revelam o sujeito em seu desejo e sua relação ao Outro.

CAPÍTULO 4

Como trabalham o psicanalista e o analista de discurso? A interpretação em questão...

“Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou muito mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma benção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo”.

(Clarice Lispector, “Não entendo”, retirado do site www.tvcultura.com.br/provoca).

“Tudo pode ser metáfora de alguma outra coisa ou de coisa alguma. Tudo irremediavelmente metamorfose!”

(Paulo Leminski, retirado do site www.tvcultura.com.br/provoca)

Para iniciar este capítulo, retomo a questão enunciada no título: Como trabalham o psicanalista e o analista de discurso? – para respondê-la tentarei a seguir descrever como cada um interpreta os indícios discursivos que, como vimos na segunda parte deste trabalho, são os dados a serem interpretados.

Início este capítulo com uma longa citação de Foucault (1986), pois creio que ela reflete o trabalho de interpretação que desenvolvem a AD e a psicanálise lacaniana, dentro dos domínios e limites da língua, e traz consigo questões que estas duas disciplinas respondem muito bem. Penso que tais questões serão um pano de fundo para todo o aparato teórico que virá a seguir. Vamos a ela (FOUCAULT, 1986, p. 30-31):

Mesmo que tenha desaparecido há muito tempo, mesmo que ninguém a fale mais e que tenha sido restaurada a partir de raros fragmentos, uma língua constitui sempre um sistema de enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória ou de leitura; elas constituem entretanto um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? (grifos meus).

A bela reflexão de Foucault abre nosso caminho para tentar entender como são produzidos os discursos (efeito de sentido entre interlocutores). Já sabemos que estes são produzidos por um sujeito, ao mesmo tempo, agente e paciente de duas instâncias, a ideologia e o inconsciente.

Vimos também que tais discursos podem tropeçar, a partir dos equívocos e atos falhos, pois estão sujeitos a um real da língua (revelação da *lalangue*) e a um real da história (que é o da luta de classes). O sujeito diz, portanto, o que a ideologia e o inconsciente lhe permitem dizer, numa ilusão de falsa liberdade.

Com vistas a estas considerações, que percorreram todo esse trabalho, vamos pensar agora na interpretação destes discursos produzidos por este sujeito tão singular.

Iniciarei minha reflexão pela AD.

Pêcheux ([1983] 1997), escrevendo a respeito do discurso como estrutura ou acontecimento, questiona sobre os problemas teóricos inerentes à AD, sobretudo o de qual seria a relação entre a análise como descrição e a análise como interpretação. Como vimos até o momento, a AD, e também a psicanálise, operam um distanciamento do paradigma positivista, ou seja, inserem-se em outro âmbito para constituírem-se enquanto ciências. Isto, é claro, lhes dá uma outra postura também acerca da interpretação.

Segundo Pêcheux ([1983] 1999), a AD não surgiu com pretensões de tornar-se uma disciplina especialista em interpretação capaz de dominar ‘o’ sentido dos textos, como se pudéssemos postular que haja um sentido único e transparente. Ao contrário, interpretar em AD tem como função mostrar ao sujeito o quanto a língua é opaca (mergulhada no não dito e submetida a um discurso do Outro). Tal leitura dá ao sujeito um lugar de possuidor e de não possuidor do sentido que ‘lê’ – pois, como já dito anteriormente, este sujeito é constituído a partir da interpelação ideológica e do inconsciente -, nas palavras do próprio Pêcheux (op.cit.), o que temos então é uma tensão constante entre o dito e o não-dito.

Como qualquer outra disciplina de interpretação, como a psicanálise, que abordaremos em seguida, a AD não pode limitar-se a um único sentido, pois sempre existe uma interpretação entre muitas outras possíveis.

Tendo como pano de fundo para sua análise a máxima “*o que o sujeito deixou de dizer, quando disse x*” (PÊCHEUX, [1975] 1988), o analista de discurso, num trabalho de busca dos índices no discurso do sujeito, tentará entender qual a posição deste neste movimento de “*dizer x para não dizer y*”.

Seu campo de trabalho será, a partir daí, o dos espaços discursivos não logicamente estabilizados (ou seja, aqueles em que a transformação do sentido escapa a qualquer norma estabelecida *a priori*), nos quais podemos perceber pontos de deriva possíveis dos enunciados, que abrem lugar à interpretação e que não podem reduzir-se ao que é simplesmente observável (FERREIRA, 2000; PÊCHEUX [1983] 1997).

Uma outra questão que deve ser levada em conta é a de que o sentido em AD não é qualquer um, pois, como afirma Orlandi (2001), ele tem uma determinação histórica e ainda, acrescenta a autora, ele não pode ser fixado *a priori*, pois as palavras não têm um sentido único.

Vale lembrar neste ponto como a interpretação percorreu a história da humanidade. Para entendermos como o interpretar está/é inerente ao homem, porém não de modo livre, nos remetemos brevemente aos chamados exercícios pedagógicos medievais.

Tais exercícios descritos por Haroche (1992) mostram a evolução do trabalho de leitura e escrita desde a época dos sofistas na Grécia Antiga até o século XII cuja pedagogia medieval consistia basicamente no exercício da *Lectio*. A *Lectio* consistia em apenas ler os textos, num movimento de simples repetição empírica, na qual o leitor (que estaria no lugar de intérprete) quase não aparece, sendo nulo no processo.

Porém, mesmo de modo vago, este leitor começa a duvidar do sentido dos textos que lê, surgindo então, ainda no século XII a *Quaestio*, entendida como uma intervenção de caráter formal: ou seja, o leitor começa a tecer perguntas do tipo “o quê?” e “como?”. A esta demanda deve-se sempre obter uma resposta clara, isto faz surgir no cenário medieval a idéia de debate. O que temos então, na metade do século XIII a substituição da *Quaestio* pela *Disputatio*, onde o leitor então, passa do lugar de comentarista para questionador do texto, deslizando-se aí para a possibilidade de outros tipos de interpretação.

Como destaca Haroche (1992), tais questionamentos vão sempre recair sobre deficiências do leitor. “*A pergunta não revela, de fato, senão os limites, a ‘fraqueza’ e a dependência do sujeito: a Letra, a Santa Escritura é assim preservada em sua infalibilidade.*” (Haroche, op. cit., p.75).

Não há lugar, portanto, para a contradição e, para conter a ambigüidade do sentido, surge, já no século XIV, a *Determinatio*, onde a autoridade (neste caso, a Igreja) daria um sentido único que deveria ser lido e tido como verdadeiro, pois outras interpretações seriam na verdade, dificuldades de compreensão por parte do leitor.

Ora, esse controle do que deve e pode ser dito/interpretado, vigora até os dias de hoje, pois, como veremos mais adiante há sentidos interditados ao sujeito e será trabalho do analista desvelar quais sentidos são estes e as condições de produção de um determinado discurso e não outro.

O que temos, então, são dois intérpretes para o discurso: o sujeito que fala, e o analista (seja ele analista do discurso ou psicanalista). Convém aqui diferenciarmos qual a interpretação realizada pelo sujeito comum (chamada de interpretação languageira), da que é realizada pelo analista.

Como já dissemos na introdução deste trabalho, o sujeito, desde sua inserção no simbólico está condenado a interpretar, a dar sentido. Porém, como afirma Orlandi (2001), esta interpretação languageira realizada pelo sujeito, acontece em condições de produção específicas que são apagadas para o sujeito a partir do trabalho da ideologia e do inconsciente. Esta manobra, realizada por estas duas instâncias, produz uma naturalização dos sentidos que faz com que o sujeito acredite que estes sejam únicos e transparentes. Segundo Orlandi (2001, p.65):

Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentidos a suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade o constitui. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido lá.

O analista de discurso, por sua vez, reconhece a atuação da ideologia e revela em seu trabalho toda a opacidade da língua e a sujeição desta à equívocos e falhas. Para isto, ele vê o funcionamento discursivo fundamentando-se na noção de efeito metafórico (deslizamento de sentido), pois o sentido em AD sempre pode vir a ser outro.

Pêcheux ([1975] 1988, p.160) discorrendo sobre o sentido, afirma:

(...) o sentido não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.

O evidenciamento da opacidade da língua faz com que a interpretação irrompa em pontos de deriva possíveis; onde a língua falha, seja por lapso ou por equívoco, será onde o analista encontrará seus dados a serem interpretados, pois para Pêcheux ([1983] 1997), negar o equívoco da língua seria negar a deriva e a interpretação no momento em que ela se dá.

Tais falhas da língua, lugar da deriva e do equívoco, manifestam-se em pontos de fuga presentes em todo gesto interpretativo do sujeito, fato que revela toda a opacidade da língua e a multiplicidade dos sentidos. O sujeito, ao mesmo tempo que exposto ao equívoco da língua, é exposto também à regra e à memória. O analista, a partir de tais considerações, vai situar gesto interpretativo do sujeito relativizando a relação deste com a interpretação.

Vale aqui entender um pouco mais sobre o conceito de deriva que, como pudemos

notar, está no cerne do trabalho de interpretação.

Tfouni (2003a, sem página) define o conceito de deriva da seguinte forma:

(...) a deriva é a irrupção do real, no sentido de que o real está na falta, e, pelo processo de deriva, outras possibilidades de significação irrompem, quebrando a unidade e instalando o não-Um (ou seja, revelando a existência da *lalangue*).

Podemos dizer, desta forma, que o trabalho do analista de discurso será o de compreender qual a natureza da relação existente entre o real da língua (*lalangue*) e o real da história (luta de classes). Como afirma Orlandi (2001, p.49):

(...) o analista de discurso vai então trabalhar com os movimentos (gestos) de interpretação do sujeito (sua posição), na determinação da história, tomando o discurso como efeito de sentido entre locutores. São, como dissemos, duas ordens que lhe interessam: a da língua e a da história, em sua relação. Que constituem, em seu conjunto e funcionamento, a ordem do discurso. Em sua materialidade.

Mais adiante a autora (op. cit., p.135) acrescenta:

(...) não há sentidos já dados, estes são constituídos por sujeitos inscritos na história num processo simbólico.

Se o sujeito está inscrito na história, devemos lembrar que, para ser interpretável, seu discurso precisa estar inserido no repetível, mas ele [o sujeito] não se dá conta de tal fato, pela razão de estar submerso nos dois esquecimentos, já citados no capítulo anterior. Tal pressuposto traz à cena o papel da memória (interdiscurso) e do arquivo para o analista de discurso. Para entender melhor qual o papel desempenhado por estes dois conceitos (o de memória e o de arquivo), no momento da análise, vale retomar o que dissemos anteriormente, sobre o que o analista busca ao deparar-se com seus dados. Sabemos que inicialmente o analista vem em busca do que deixou de ser dito e tal busca implica saber apontar quais os sentidos que foram apagados/silenciados no momento da enunciação.

Pêcheux (1999) destaca que o analista deve resgatar os implícitos do discurso fazendo retornar o dizer à sua zona de opacidade. Para isto é necessário que o analista retire-se taticamente da questão do sentido e debruce-se antes sobre os modos pelos quais tal enunciado se construiu, retomando, deste modo, suas condições de produção. Neste movimento de resgate do que não está lá visível aos olhos, Pêcheux (op.cit.) destaca o papel da memória como determinante da estruturação da materialidade discursiva. Ao lado do acontecimento discursivo, a memória vai desempenhar o papel de regular e desregular tal acontecimento. A regulação se dará a partir da repetição numa estabilização da paráfrase, ou seja, mantendo o retorno do mesmo. Por outro lado, a memória também vem para perturbar o acontecimento discursivo ao fazer irromper o novo, dando ao discurso opacidade e resgatando o sujeito em sua singularidade, pois esta mesma memória não estará nos sujeitos da mesma maneira.

Para explicitar os modos pelos quais se faz irromper o novo, a partir da memória, que também traz a repetição do mesmo, Pêcheux (op. cit.) recorre ao conceito de metáfora. Diz o autor (op. cit., p.53):

(...) sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva (...). Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase.

Este novo, então, podemos dizer vem de algo que falha, que faz furo na memória, dando lugar ao equívoco. Como diz F. Tfouni (s/d, sem página), comentando sobre o trabalho de Pêcheux denominado “*La langue introuvable*” e trazendo à cena o equívoco e a questão do repetível:

Pêcheux mostra como o inconsciente, como *lalangue* intervém na língua,

inscrevendo a possibilidade do repetível, ligada ao equívoco e que permite que haja deslizamento no sentido de que um termo pode ser sempre outro.

Segundo o autor (op.cit.), além da injunção à interpretação, há no sujeito uma busca de prazer ao interpretar. Tal busca responde a demandas primordiais, desde a inserção do sujeito na linguagem, ou seja, no simbólico. Mais adiante, F. Tfouni (op. cit.) ressalta que neste pressuposto evidencia-se a tese lacaniana de que a linguagem implica necessariamente uma perda. Aliado a este desejo de falar/recuperar algo perdido (mesmo que imaginariamente), vem o papel da história.

Tfouni (2003b), por sua vez, ressalta que a história se insere no discurso e traz consigo a memória. Como afirma a autora (op.cit., p.148), a respeito deste trabalho da história:

São movimentos na rede de significações possíveis através da língua: apagamentos, substituições, evitações, escolhas lexicais.

Ao lado da memória, como dito anteriormente, temos que ressaltar o papel do arquivo para o trabalho de interpretação do analista de discurso. Junto à memória, o arquivo irá compor a cena de fundo, e porque não dizer, a origem dos discursos produzidos pelo sujeito num dado momento da história.

Tal conceito é definido por Pêcheux ([1982] 1997) como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. Neste mesmo trabalho, o autor chama a atenção para o controle das práticas de leitura dos arquivos que sufocam a questão da materialidade lingüística, numa tentativa de dar à língua uma falsa noção de transparência, através de um gerenciamento da memória coletiva. É o que vimos anteriormente, por exemplo, sobre os exercícios pedagógicos medievais, onde o controle da interpretação

serviria para garantir uma transparência e univocidade do sentido, fato este que vemos repetir-se até hoje, pois há sempre a luta de classes.

A partir de tal forma de dominação, o trabalho de leitura do arquivo, ou seja, a própria interpretação será socialmente dividida entre aqueles que podem ou não atribuir sentidos, sentidos estes que serão “dados” de acordo com condições de produção determinadas ideologicamente. Ainda, segundo o autor, o trabalho sobre a pluralidade de sentidos é condição para um desenvolvimento interpretativo do pensamento. Pêcheux ([1982] 1997) relata, ainda, que disciplinas como a psicanálise surgem em cena, juntamente com a AD, para recobrar a questão da opacidade da língua e sua sujeição a falhas e equívocos. A este respeito diz o autor (op. cit., p.61):

(...) a difusão das concepções psicanalíticas, (em particular lacanianas), favorecem, pelo menos em certos casos, este reconhecimento da língua como constituindo o incontornável do pensamento.

Vê-se o retorno da idéia de que a língua está sujeita ao deslize, à falha e à ambigüidade, pois tais instâncias lhe são constitutivas e permitem que o sujeito jogue com o sentido, num movimento que a própria língua encobre, revelando o trabalho da história. Neste ponto, Pêcheux nos mostra uma solução para restituir a opacidade da língua, apontando para onde o trabalho de leitura do arquivo deve acontecer. Essas novas práticas de leitura devem abordar, segundo o autor, os ditos no interior dos não-ditos (PÊCHEUX [1982] 1997 e [1983] 1997).

Será aí que residirá o trabalho de leitura do arquivo, qual seja, o de acontecer na relação entre língua (enquanto sistema sintático passível de jogo) e a discursividade (enquanto inscrição de feitos lingüísticos materiais na história).

Um outro ponto importante a ser destacado é que a AD considera que os sentidos

nunca estão dispersos, pois existem mecanismos capazes de controlá-los. Tal fato reforça a afirmação de que todo dizer está preso a uma memória, há um já dito que antecede todo dizer, como afirmamos anteriormente em relação às práticas de leitura do arquivo.

Esta memória do dizer naturaliza os sentidos como se estes nascessem no momento da enunciação. Temos aqui, novamente, a figura do sujeito imerso nos dois esquecimentos que lhe são constitutivos e ainda, a operação sobre o discurso deste sujeito do inconsciente e da ideologia. Como afirma Pêcheux (op.cit.), todo discurso constitui, ao mesmo tempo, efeito e trabalho (atravessado pelo inconsciente – *e acrescento aqui, pela ideologia*) de deslocamento no seu espaço.

A produção de sentido em AD, ponto auge da interpretação, terá assim um caráter dinâmico, fazendo confluir sujeito, história e língua.

Interpretar em AD será, deste modo, tomar posições (entre muitas outras possíveis), posições estas que, segundo Pêcheux (op. cit.), são reconhecidas enquanto efeitos de identificação assumidos e não negados.

Passaremos agora para a psicanálise...

Começo lembrando Freud e seus trabalhos sobre a interpretação dos sonhos e a descoberta da associação livre.

Em seu trabalho sobre a interpretação dos sonhos datado de 1900 – marco inaugural da psicanálise –, Freud nos chama a atenção para os conteúdos latentes e manifestos dos sonhos e para os processos de condensação e deslocamento na produção destes. A partir daí atesta-se a descoberta freudiana do inconsciente e do desejo inconsciente. Tais descobertas extrapolam o mundo dos sonhos e são situadas por Freud na vida cotidiana das pessoas. A este respeito diz o autor ([1900] 1996, p.600):

Toda uma série de fenômenos da vida cotidiana das pessoas sadias – como o esquecimento, os lapsos de linguagem, os atos falhos e uma certa classe de erros – deve sua origem a um mecanismo psíquico análogo ao dos sonhos e ao dos outros membros da série.

Freud conclui que tanto o trabalho de condensação, que aparece, por exemplo, nos neologismos; e o de deslocamento, que mascara os conteúdos latentes, podem ser trazidos para a vida de vigília do indivíduo.

Ainda, falando sobre o trabalho de interpretar os sonhos, Freud diz que os discursos são produzidos de maneira condensada nos sonhos, mas que ao serem interpretados, estes discursos vão aparecer de certo modo divididos. Sobre esta questão, Freud (op.cit., p.357) relata:

Nesse novo emprego, o sentido que as palavras tinham no pensamento do sonho é freqüentemente abandonado: a palavra recebe nele (no trabalho de interpretação) um sentido inteiramente novo.

Já o conceito de associação livre surge na obra freudiana de maneira inexata. Laplanche e Pontalis (2001) relatam que este surgiu entre os anos de 1892 e 1898 nos trabalhos de Freud sobre a histeria, porém em muitos outros trabalhos em anos posteriores, o conceito é abordado pelo autor.

Adotando o pressuposto de que o paciente deveria dizer tudo o que lhe viesse à cabeça e convidando-o a falar sem se preocupar com o conteúdo de sua fala, Freud trouxe à psicanálise a associação livre como eixo do trabalho interpretativo do analista, meio pelo qual este se guiaria através das falhas que o discurso produzido poderia gerar. Inicia-se aí uma outra postura para interpretar o sujeito e seu discurso, dentro do que Lacan mais tarde denominou de cadeia significativa. Lacan ([1955] 1998, p.356), falando sobre a

interpretação freudiana diz:

(...) se a interpretação de Freud, ao desfazer em todo o seu alcance latente essa cadeia, leva a jogar por terra a trama imaginária da neurose, é que, para a dívida simbólica que se promulga no tribunal do sujeito, essa cadeia o faz comparecer ali ainda menos como seu legatário do que como sua testemunha viva.

Henry (1992) diz que a descoberta de Freud da associação livre e depois a relação desta, feita por Lacan, com a lingüística “fez da análise uma experiência de discurso”.

A contribuição lacaniana ao trazer a lingüística, ressalta Henry (op.cit.), é mostrar que há sempre algo que se repete na fala/discurso do sujeito. O que se repete são os significantes, mas esta é uma repetição da diferença, repetição esta que também implica o desejo inconsciente. Como poderemos ver mais adiante, tal repetição remeterá às diversas formas de se falar sobre o desejo. Mas voltemos por hora para a teoria lacaniana e sua definição para o conceito de interpretação.

Lacan dizia que a interpretação em psicanálise comporta um semi-dito, um já sabido. Como afirma Nasio (1999), não seria possível haver interpretação se aquilo que o analista disser não comportasse um dito pela metade.

Sobre a interpretação, Lacan ([1958] 1998, p.599) diz:

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõe algo que, de repente, possibilite a tradução – precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante.

Este elemento faltante a que Lacan se refere é o objeto causa do desejo, denominado por Lacan de objeto (a), testemunha da falta estruturante do sujeito e da

inserção deste na linguagem, ou seja, no simbólico.

Considerado então como faltante, ou em outras palavras, desejante, este sujeito produzirá em análise a fala de seu desejo. Para Lacan ([1954] 1986) a análise é uma técnica da palavra e coloca em questão a relação desta com a significação.

Com base nisto, dizemos que a interpretação em psicanálise se dará a partir da fala do analisando. Esta será o que vai indicar o lugar do sujeito em busca de sua verdade. Ressalto aqui que esta fala é sempre dirigida a um Outro, que é investido de um saber sobre a verdade do sujeito (chamado por Lacan de “tesouro dos significantes”). Isso acontece a partir da instauração na figura do analista do Sujeito Suposto Saber, pois o sujeito crê que sua verdade já está dada no analista e encara com surpresa as pontuações realizadas por este no *setting* analítico (Lacan [1953] 1998). Esta verdade, que é posta em causa pela palavra que falha no discurso do sujeito surge na análise *“pelo que é representante mais manifesto da equivocação – o lapso, a ação a que se chama propriamente falhada. Nossos atos falhados são atos que são bem sucedidos, nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam”*. (Lacan [1954] 1986, p. 302)

Lacan ([1957] 1998 e [1953] 1998) ressalta ainda, que esta fala se dá nas entrelinhas, pois o discurso do sujeito vai para além do que ele diz. O analista sempre irá buscar, desta forma, aquilo que o sujeito não diz. Esse não-dito, que vem colado à materialidade lingüística, é parte integrante do discurso do sujeito e pode ser revelado a partir de dois processos chamados por Lacan de metáfora e metonímia.

A metáfora surge entre dois significantes, dos quais um substitui o outro, ocultando aquele que foi suprimido. Este movimento será o que vai determinar o sintoma. Como afirma Lacan ([1957] 1998, p.519):

A metáfora situa-se no ponto preciso onde o sentido se produz no ‘non sens’.

O protótipo da metáfora foi o advento do conceito lacaniano de Metáfora Paterna. O sujeito inaugurado pela metáfora paterna é introduzido por meio dela na linguagem (instauração de sua função simbólica) e se constituirá como sujeito falante.

A fórmula da estrutura metafórica tal como postulada por Lacan (op. cit.) é a seguinte:

$f(S'/S) S \equiv S (+) s$, onde S'/S é a substituição de um significante por outro (fato que produz a significação) e o sinal de + seria a transposição da barra e o valor constitutivo desta transposição para a emergência da significação.

A estrutura metafórica reflete assim, o advento da significação e reforça ainda mais o pressuposto lacaniano da primazia do significante sobre o significado.

Para Pêcheux ([1975] 1988), a metáfora – tal como Lacan a concebe – está na base da significação. Ela é o lugar do sentido e o espaço no qual atua a ideologia. O próprio Pêcheux (1997), trabalhando com a noção de substituição de seqüências discursivas, elabora o conceito de efeito metafórico.

Para elaborar tal conceito, o autor nos coloca diante da seguinte linha de raciocínio: temos dois elementos lingüísticos, x e y. Pode-se afirmar que dentro de um dado discurso, se substituirmos x por y ou vice-versa, teremos o mesmo sentido para este enunciado? Pêcheux aponta para três respostas possíveis a esta questão: x e y nunca poderão ser substituíveis um pelo outro; às vezes, mas nem sempre pode haver substituição e finalmente, x e y sempre poderão ser substituíveis um pelo outro.

Mais adiante, Pêcheux (op. cit.) acrescenta que se puderem ser realmente trocados um pelo outro, isso se dará em certas condições, certos contextos. Esta possibilidade de

substituição delegada a estas certas condições, será denominada pelo autor de sinonímia local ou contextual. Quando não se observam tais condições ocorre o que o autor denomina de sinonímia não-contextual, - apoiando-se em Saussure e em sua definição de valor do signo lingüístico, Pêcheux (op. cit.), afirma que esta manobra da língua pode ocorrer, mas raramente. Baseado em tais concepções, Pêcheux (op. cit., p.96) irá definir efeito metafórico da seguinte maneira:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e línguas ‘artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua natural; em outros termos, um sistema natural não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si só sua metalíngua.

Notamos que há pelo menos um ponto a ser marcado como diferença entre o conceito de metáfora tal como concebido por Lacan e depois por Pêcheux. O primeiro não menciona o contexto que pode dar origem à possibilidade de metáfora, ou seja, a chamada sinonímia contextual. Porém ambos concordam com o fato de que tudo acontece na linguagem, não há nada que ocorra fora dela, a língua por si só, como disse Pêcheux acima, comporta sua metalinguagem.

Antes de abordarmos a questão da metonímia, é interessante retomarmos neste ponto a máxima lacaniana “não há metalinguagem”, pois cremos que aqui, Pêcheux e Lacan “dialogam” de forma bastante importante. Mas, parafraseando Arrivé (1994), “não há metalinguagem”, “que isso quer dizer?”. Segundo Arrivé (op.cit.), Lacan introduz o termo metalinguagem em sua obra no ano de 1956, quando de seu seminário sobre as psicoses (LACAN [1956] 1988). Neste ano, o autor vai nos dizer que toda linguagem traz consigo uma metalinguagem, pois - e aqui Lacan e Pêcheux concordam- é possível que

haja uma metalinguagem dentro da linguagem. Dizer que há uma metalinguagem é dizer que a linguagem trabalha sobre si mesma e que nada existe além dela. Nas palavras de Lacan (op.cit., p. 258):

Toda linguagem implica uma metalinguagem, ela já é metalinguagem de seu registro próprio. É porque toda linguagem se destina virtualmente a ser traduzida que ela implica metáfrase e metalinguagem, a linguagem falando da linguagem. A transferência do significado, de tal forma essencial à vida humana, só é possível em virtude da estrutura do significante.

A partir desta proposição, em que Lacan retoma a supremacia do significante em relação ao significado, o termo metalinguagem vai percorrer toda a obra do autor. No ano de 1966, Lacan ([1966] 1998) vai então colocar lado a lado “toda linguagem é metalinguagem” e “não há metalinguagem”, fato interessante da obra do autor que não faz com que tais pressuposições sejam conflitantes, ou seja, elas são na verdade complementares (ARRIVÉ, 1994). Mas porque dizemos que são complementares?

É o próprio Lacan que resolve a questão nos dizendo “*não há metalinguagem que possa ser falada*” (LACAN, [1966] 1998, p. 817). Aqui nos deparamos com o inconsciente que é dotado de um real que não pode ser dito. É a lalíngua (*lalangue*) que nos aparece. Sob este ponto de vista, Lacan ([1972-1973], 1996) nos traz finalmente que a metalinguagem “ex-siste”, pois será ela o que mais se aproxima do ser, ou seja, do real, que não pode ser dito ou alcançado pelo sujeito (que é aquele que é onde não pensa e pensa onde não é). O que temos, portanto, é que, tanto para Lacan como para Pêcheux, a linguagem é um sistema que se auto-modula, não podendo existir nada fora dela. O que está fora é da ordem do real e sendo assim, não pode ser dito, o que veremos serão nuances deste real a partir do trabalho da lalíngua (contornada pelo registro simbólico).

Retomemos agora a metonímia ...

A metonímia é o meio pelo qual o inconsciente despista a censura, ligando as palavras a partir do significante. A metonímia surge como elo de ligação entre um significante novo e um antigo. Lacan ([1957] 1998, p.509), ao citar o exemplo “30 velas” em substituição à palavra barco nos diz sobre o funcionamento da metonímia dentro da cadeia significante:

Onde se vê que a ligação do navio com a vela não está em outro lugar senão no significante, e que é no de palavra em palavra dessa conexão que se apóia a metonímia.

O processo metonímico habita a cadeia significante a partir do ocultamento de um significante em relação a outro, estabelecendo com o primeiro uma relação de contigüidade, ao contrário da metáfora, onde o significante substituído passa para o lugar de significado. Esse “engano” produzido pelo processo metonímico é o que instala a falta, ou seja, o desejo em si..

Para entendermos melhor tal processo, segue-se a fórmula da estrutura metonímia (Lacan, op. cit):

$f(S(...)S') \ S \equiv S \ (-) \ s$, onde temos na primeira parte a elisão que irá atestar a instalação da falta do ser na relação do objeto e na segunda o sinal de menos como mantenedor da barra, origem da resistência da significação.

Como afirma Dor (1992, p.49):

As noções de metáfora e metonímia constituem, na perspectiva lacaniana, duas das pedras fundamentais da concepção estrutural do processo inconsciente. Estas duas molas mestras sustentam, com efeito, uma larga parte do edifício teórico mobilizado pela tese: o inconsciente é

estruturado como uma linguagem.

Como vemos, essas estratégias do inconsciente do sujeito para trazer à tona seu sintoma e conseqüentemente seu desejo, revelam o quanto a língua e os discursos produzidos a partir dela são dotados de opacidade.

A partir da pontuação das metáforas e metonímias contidas na fala do analisando é que se dará o trabalho do psicanalista. Lacan ([1957] 1998), destaca que, para interpretar, o analista precisa se pôr à mercê de *“uma trama de alusões e citações, trocadilhos e equívocos.”*

As intervenções que são realizadas na fala do analisando pelo analista terão por função fazer com que o sujeito se reconheça enquanto tal. Sobre a posição do analista diz Lacan ([1953] 1998, p.304-305):

Para saber como responder ao sujeito na análise, o método consiste em reconhecer primeiro o lugar em que está seu ego (...). Enquanto não o soubermos, correremos o risco do contra-senso quanto ao desejo que deve ser reconhecido ali e quanto ao objeto a que se dirige esse desejo.

Mais adiante, Lacan (op.cit., p.323) acrescenta:

A experiência psicanalítica descobriu no homem o imperativo do verbo e a lei que o formou à sua imagem. Ela maneja a função poética da linguagem para dar ao desejo dele sua mediação simbólica. Que ela os faça compreender, enfim, que é no dom da fala que reside toda a realidade de seus efeitos; pois foi através desse dom que toda realidade chegou ao homem, e é por seu ato contínuo que ele a mantém.

Lacan traz para o trabalho interpretativo a questão do inconsciente, uma parte do discurso do sujeito lhe é desconhecida e será trabalho do analista guiá-lo no caminho para sua verdade, a verdade sobre seu desejo. A introdução de uma dimensão lingüística, que

considera a língua enquanto afetada por um real que lhe escapa contribui de maneira decisiva para uma outra tomada de posição acerca do sujeito do *setting* de análise, que passa a ser visto como produtor de um discurso singular e submetido a algo que lhe é maior, superior a ele.

Pelo exposto, é impossível não considerar uma relação necessária entre a ideologia e o inconsciente³⁶, pois é no real da língua e da história que o analista vê a organização do discurso, e transpõe a instância do imaginário. A interpretação surge assim, como uma necessidade inerente à relação entre língua e história.

Para Henry (1992) o trabalho de interpretação provoca um deslocamento no imaginário e assinala a diferença entre o sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado a partir do que o autor denomina de um “desdobramento da forma-sujeito”. Tal desdobramento, diz ele, se dá por meio da existência da sintaxe (articulação da língua com o discurso) e das condições históricas. Isto se deve ao fato de que todo enunciado produzido pelo sujeito passa por um já dito, um já escutado. O sujeito estará assim, ao mesmo tempo, no lugar de autor e testemunha dos lapsos de seu discurso; fora disso ele se vê imerso nos dois esquecimentos que lhe são constitutivos (dos quais falamos à página 84).

A este respeito, Courtine (1982, p.253-254) relata:

(...) c'est à partir du domaine de memoire que será caractérisée la formation des énoncés et que seront analysés les effets que produit au sein d'un processus discursif l 'énonciation d'une séquence discursive déterminée (effets de rappel, de redéfinition, de transformation; mais

³⁶ Orlandi (1999) diz que a AD e a psicanálise são duas disciplinas interpretativas que buscam ressignificar a ideologia e o inconsciente.

aussi effets d'oubli, de rupture, de dénegation du déjà-dit).³⁷

Tfouni (2003b), afirma que o esquecimento também faz parte da interpretação. A autora diz que tanto para a AD quanto para psicanálise, *“lembrar supõe esquecer”* e que *“esse processo de esquecimento se instala em virtude de um recalque originário”* (TFOUNI, op.cit., p.151). Tal esquecimento, para Tfouni (op. cit.), é fundamental no trabalho do analista, pois atesta a existência do inconsciente, fazendo advir a repetição e a memória. A este respeito diz ela (op. cit., p.151-152):

(...) o sujeito fica desde sempre no esquecimento, e é ao analista que cabe trazer o que é memória (metáfora) do passado para o acontecimento (atualidade), através da interpretação, do gesto que vai pontuar a cadeia significante, fazendo com que a mensagem do sujeito retorne para ele de forma invertida, estranhada.

Deparamo-nos aqui com um outro conceito que percorreu todo esse rio de significantes sobre o que é interpretar em AD e em psicanálise. Estamos nos referindo ao conceito de repetição. Ver o que se repete no discurso é um pressuposto adotado tanto pelo analista do discurso quanto pelo psicanalista.

Vale agora decifrar um pouco este conceito, pois será a partir dele, agindo no seio da interpretação, que buscaremos mostrar as possibilidades de articular ou não o interpretar em AD e em psicanálise.

³⁷ “(...) é a partir do domínio da memória que será caracterizada a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz, no seio de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de lembrança, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito).”

A repetição como produtora de sentidos

“(...) não se pode vencer um inimigo ausente e fora de alcance.”

(Freud, 1914, p. 168)

Na citação com a qual damos início a esta parte, Freud ([1914] 1996b) refere-se às resistências do sujeito durante a análise, resistências estas que são encarnadas, como veremos adiante, numa compulsão à repetição. Como dissemos na parte final de nossas reflexões anteriores interessa-nos neste momento, compreender qual é o estatuto da repetição tanto em AD quanto em psicanálise. Ver o que se repete no discurso é, como já dito, um dos gatilhos do trabalho de interpretação do analista. Com base nisto escolhemos este conceito como chave para nos guiar em direção a uma possível articulação do interpretar em AD e em psicanálise.

O conceito de repetição, em AD, aparece no chamado efeito metafórico, que abordamos no início do capítulo 4. O efeito metafórico faz com que o sentido deslize dentro do que Pêcheux (1997) denominou de sinonímia contextual, pois o deslizamento sempre se dará dentro de certos contextos, se repete mas não se repete qualquer coisa.

Baseados em trabalhos recentes de Tfouni (2003b) e F.Tfouni (2004), cremos que a repetição em AD está intimamente ligada à questão da memória, pois o que retorna no discurso é um já-dito (interdiscurso). Como destaca Tfouni (op. cit.), é impossível desvincular a repetição dos dois esquecimentos que são constitutivos do sujeito, pois estes garantem ao sujeito um apagamento do recalcado no mesmo momento em que o enunciado se dá.

O que a autora (2003b) aponta é que estamos diante do papel do implícito neste apagamento do sentido, fato este que também impede que o sujeito acesse o recalcado.

Porém, vai ser a repetição que vai regular a memória, sempre num movimento de atualizar sentidos e tomar o sujeito na angústia do eterno retorno.

O que temos, a partir destas considerações é que fica praticamente impossível não tocar na psicanálise ao abordar a repetição dentro da AD. Como sintetiza Tfouni (2003b, p.151), trazendo a repetição à luz da AD e relacionando-a com a com a tese freudiana de que a repetição está intimamente ligada a algo que se quis esquecer (constituindo-se numa resistência do sujeito ao recordar):

Pode-se fazer uma analogia com a AD, aqui, diante da compulsão à repetição, e dizer que esta denuncia (e enuncia) o sintoma, visto que o processo parafrástico proposto por Pêcheux, produz o efeito metafórico de migração de sentido de uma seqüência para outra, que é ‘enunciada em seu lugar’, mas cujo sentido é deslocado (ou seja, o não dito significa).

O que é essencial ressaltarmos, conforme nos mostra Tfouni (op.cit.) é que a repetição está longe de ser paráfrase, ao contrário, repetir pode trazer o novo, discussão que retomaremos um pouco mais adiante.

É necessário agora definirmos como a psicanálise define a repetição para que possamos depois analisar nosso dados a partir deste conceito.

Como diz Lacan ([1964] 1998), a repetição não deve ser confundida com reprodução, apesar de os primeiros escritos freudianos mostrarem que haveria alguma relação próxima entre elas. O que Lacan (op. cit.) destaca é que Freud avança neste conceito, pois Freud em trabalho de 1914 diz que a rememoração por parte do sujeito, de um acontecimento traumático esbarra numa resistência radical, que é a repetição surgindo em ato.

Como diz Freud ([1914] 1996b), quando a psicanálise baseava-se apenas na hipnose a tentativa de se chegar ao nó traumático gerador do sintoma era tarefa impossível.

Com o advento da associação livre o que temos é que o analista se descentra da busca pelo sintoma puro e simples ao dar atenção ao o que margeia este sintoma, fazendo vir à tona o que foi esquecido/recalcado pelo paciente. Nas palavras de Freud (op.cit., p.165):

(...) o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu ou reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança; mas como ação, repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo. (grifos do autor).

Este movimento de repetição do recalcado, acrescenta Freud (op.cit.), se dá por deslocamento, ou seja, por metáfora. Não resta ao paciente meios de fugir desta compulsão à repetição, pois é só repetindo, diz Freud, que o paciente irá se recordar, lembrando sempre que esta repetição é fruto em primeira instância de uma resistência radical por parte do sujeito que recorda (quanto maior a resistência, será também maior a repetição).

Segundo o autor (op.cit.), um tratamento sempre se inicia pela repetição e será a partir do manejo da transferência que o analista pontuará de fato o que é repetido, fazendo com que o paciente elabore sua resistência e prossiga com sua análise. O que temos então é que a repetição ocupa um lugar de resistência daquilo que foi esquecido, mas que insiste sempre em retornar.

Vale destacar aqui que Freud (op.cit.) postula também que haja, por parte do sujeito, uma compulsão à repetição fora do *setting* analítico, pois segundo o autor, o sujeito também tem compulsão a repetir seu sintoma em situações da vida cotidiana.

Para explicar esta compulsão à repetição que faz o sujeito resistir ao inconsciente ao mesmo tempo que o revela, Lacan ([1964] 1998), relendo o trabalho de Freud (op.cit.), postula os conceitos de Tiquê e de Autômaton, que toma emprestado da Física de Aristóteles, principalmente tal como aparecem na quarta e quinta parte desta obra. Lacan (op.cit.) define a Tiquê como encontro do real e o Autômaton como a rede de significantes.

O que o autor destaca a partir daí é que a Tiquê está para além do Autômaton, pois sabemos que não se consegue atingir o real. Nas palavras de Lacan (op.cit., p.56):

Primeiro a tiquê que tomamos emprestada, eu lhes disse da última vez, do vocabulário de Aristóteles em busca de sua pesquisa da causa. Nós a traduzimos por encontro do real. O real está para além do autômaton, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. O real é o que vige sempre por trás do autômaton, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida.

É interessante que retomemos aqui os escritos de Pascal ([1670] 2003), filósofo francês, que ao concluir que há uma força exterior que comanda tudo do homem, sintetiza:

Pois não convém que nos desconhecamos: nós somos autômato não menos que espírito. (...) As provas só convencem o espírito. O costume faz com que nossas provas sejam mais fortes e mais acreditadas; inclina o autômato, que arrasta o espírito sem que este se dê conta. (...) Quando se crê unicamente pela força da convicção e o autômato se inclina a crer o contrário, isso não basta. É preciso pois, fazer com que nossas duas partes creiam, que é suficiente ter compreendido uma vez na vida, e o autômato pelo costume, não permitindo que ele se incline pelo lado contrário.(Fragmento 229[252])

Como afirma Zizek (1996), no fragmento acima, Pascal (op.cit.) sintetiza o funcionamento do inconsciente tal como postulado por Lacan. O sujeito acontece na rede significante, ou seja, no Autômaton porém este mesmo sujeito sempre vai se deparar com o real que é a Tiquê. Ou seja, é necessário submeter-se ao Autômaton para constituir-se enquanto sujeito (do desejo, da linguagem, do inconsciente), porém vale lembrar que algo sempre escapa.

O Autômaton submete o sujeito à ordem significante e também à ideologia. Para explicar melhor esta proposição recorreremos novamente à Pascal ([1670] 2003), em seu famoso fragmento 233, onde este autor questiona um interlocutor imaginário sobre se se

deve ou não acreditar em Deus (como escolha/aposta de cada sujeito), ao que este interlocutor lhe responde:

(...) – Sim, mas tenho as mãos amarradas e os lábios cosidos. Obrigame a apostar, tire-me toda a liberdade. Não me dão trégua, e sou feito de tal maneira que não posso crer. Que quereis então que eu faça? (Fragmento 211[233])

Tal resposta, como nos mostra Zizek (1996) invalida a proposição de Pascal que dá ao seu interlocutor uma única solução, qual seja, abandone a *“argumentação racional e simplesmente submeta-se ao ritual ideológico, entorpeça-se repetindo os gestos sem sentido, aja como se já acreditasse, e a crença virá por si só”* (ZIZEK, op. cit., p. 320).

O que temos, portanto, é que o sujeito submetido à ordem do Autômaton está condenado a repetir, fazendo advir a Tiquê, mesmo que isso aconteça à sua própria revelia, pois sabemos que a repetição é da ordem do inconsciente. Mas, perguntamos como ver este repetir? Como a repetição acontece se ela vem à revelia do sujeito?

Lacan ([1964] 1998), ao falar do papel da repetição na análise, nos auxilia a responder tais questões, pois afirma que o repetir sempre vai aparecer, mesmo que de forma velada no *setting* analítico e que ele tem uma relação direta com a transferência, porém, não é qualquer coisa que se repete e não se repete automaticamente. A repetição surgirá como algo que escapa do Autômaton, da cadeia significante e que retorna para o sujeito como algo estranho para ele.

Quando dizemos “algo estranho” nos remetemos diretamente ao conceito de estranho tal como definido por Freud ([1919] 1996). Neste trabalho, Freud traça um extenso percurso etimológico da palavra estranho e conclui que seu significado comporta uma certa ambigüidade/ambivalência, pois pode significar ao mesmo tempo algo que é familiar ao sujeito mas que se mantém oculto a ele. O que resta ao sujeito, segundo o autor,

é repetir a todo momento isto que lhe causa estranheza mas do que é impossível escapar. Freud (op. cit., p.264) conclui então que tudo o que é repetido é estranho, pois “*o estranho provém de algo familiar que foi reprimido*”.

Então, o que se repete de fato se nunca atingiremos este recalcado que sempre retorna? Lacan ([1964] 1998, p.56) vai dizer que o que se repete “*é sempre algo que se produz – a expressão nos diz bastante sua relação com a tiquê – como por acaso*”.

É trabalho do analista então trabalhar com o que tropeça, com aquilo que está “embaixo” da materialidade lingüística. Aqui temos a função primeira da tiquê – o real que encontra o trauma e atesta a falta, afinal temos que este encontro é em sua essência, faltoso. É neste lugar, que vai do trauma à fantasia que se encontra o real, como fator dissimulador e causa de fato da repetição.

Para demonstrar esta força do real em relação ao sujeito, Lacan (op.cit.) retoma o papel do despertar de um sonho, muito bem exemplificado por Freud ([1900] 1996) no sonho do pai que acorda com o corpo do filho em chamas. Tal sonho é relatado da seguinte maneira: um pai perde seu filho em consequência de uma forte febre. Na noite de seu velório, este pai pede que um senhor vele o corpo do menino enquanto ele se retira para dormir. Porém este pai acorda subitamente pois sonha que o filho vem em sua direção e lhe diz “Pai, não vês que estou queimando?”. Ao ir ao quarto ao lado, o pai vê que de fato, o senhor que velava o corpo de seu filho havia caído no sono e uma vela havia assim tombado sobre o corpo.

Lacan ([1964] 1998) destaca que o despertar exemplificado pelo sonho desempenha um duplo papel: inicialmente de restituir o sujeito a uma realidade constituída e representada (por assimilação de elementos externos ao sonho – a vela que tomba sobre o corpo); e ao mesmo tempo para fazer com que o sujeito se depare com real (que foi

revestido pelo sonho – o pai que se sente responsável pela morte do filho). O que o autor conclui é que podemos dizer que o real está para além do sonho (não se pode atingi-lo pois se desperta antes disto) e é este real que comanda tudo do sujeito. Será então a psicanálise que dará conta de desvelá-lo para o sujeito, amparada no pressuposto da repetição, do retorno de algo recalcado.

Porém, vale lembrar que esta repetição não é natural, como diz Lacan ([1964] 1998, p.62):

(...) a repetição demanda o novo. Ela se volta para o lúdico que faz, desse novo, sua dimensão. (...) Tudo que na repetição, varia, modula, é apenas alienação de seu sentido.

O autor acrescenta mais adiante que na verdade, este novo eclode para ocultar a faceta mais radical da qual a repetição se constitui, que é o retorno do recalcado.

Este retorno do recalcado foi celebrenemente retratado pelo jogo do *fort-da*, relatado por Freud ([1920] 1996), ao observar seu neto de um ano e meio de idade brincando com um carretel. Como bem descreve Freud (op.cit., p.25-26):

O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. (...) o que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessa-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-ó’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava seu reaparecimento com um alegre da (ali). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno.

Para Lacan (op.cit.), este jogo é o que simboliza a repetição pois se relaciona com a repetição da saída da mãe e não à necessidade que pediria pelo retorno dela. O que o jogo visa, de fato, é a representação de algo que não está lá – esta é a repetição da ausência que

pode ser presentificada por outra coisa (o objeto *a*, ou seja, o objeto causa do desejo).

Este jogo sintetiza a função da Tiquê (encontro com o real). É no tropeço da Tiquê que se depara com este real e é neste sentido que temos a Tiquê como sobreposta ao Autômaton, pois algo sempre escapa da rede de significantes. O Autômaton, por sua vez, liga-se à compulsão à repetição.

O que falha não é a adaptação (como no caso do sonho que descrevemos – a vela que toma e a culpa do pai), mas a Tiquê – tal como a define Aristóteles, que ela só pode advir de uma escolha e não de alguma coisa inanimada. O que se repete portanto tem sentido velado, lembrando sempre que não se pode confundir a repetição com o que acontece na transferência, pois na verdade, será a transferência que conduzirá ao núcleo da repetição.

Dados tais pressupostos, é interessante retornarmos à discussão de que repetir traz o novo, fato apontado por Tfouni (2003b), Lacan ([1964] 1998) e Freud ([1914] 1996b). Como pudemos ver, a repetição, como a entendemos, está longe de um repetir como automatismo e reduzido à paráfrase pura.

Em trabalho recente (Tfouni e Laureano, 2005), relacionamos o novo que se repete ao conceito de palavra plena em oposição à repetição parafrástica, que relacionamos à palavra vazia. Os conceitos de palavra plena e palavra vazia foram postulados por Lacan ([1977] 1998) e dizem respeito à palavra que se faz presente na análise. A palavra plena é aquela que, diante da interpretação do analista, faz sentido, ou seja, faz, como diz Lacan (op.cit.), S_2 . Já a palavra vazia é aquela que só tem a significação, ou seja, é aquela que na cadeia significante não faz sentido para o sujeito, sendo assim vazia de sentido. É na palavra vazia que encontramos a repetição como produtora da paráfrase, do mesmo; por sua vez, acreditamos que seja no uso da palavra plena que resida a repetição que produz o

novo, tal como dissemos acima.

O fazer sentido, usando de palavra plena, faz com que possamos ver o inconsciente funcionando e determinando o sujeito, que como dito, é assujeitado à ideologia e se constitui desejante e faltoso à sua própria revelia. Ainda, apoiado nos dois esquecimentos que lhe são constitutivos, o sujeito do discurso não se dá conta de que algo fala à sua revelia, apontando para a concepção de um sujeito assujeitado cujas lembranças repousam no esquecimento e no eterno retorno. O que temos, portanto, é que o que é da ordem do recalque sempre retorna no discurso, provocando um acontecimento.

A aceitação desses pressupostos pelo analista implica negar a transparência do sentido, seguindo-se daí as duas máximas da AD e da psicanálise, que são, respectivamente: “não existe sentido literal” e “não existe metalinguagem”.

Veremos na análise que se seguirá uma possível articulação entre AD psicanálise no que concerne a interpretação, pois cremos que ao notarmos as repetições no discurso, apontaremos o sujeito do inconsciente usando da palavra plena, aquela que faz sentido, seja para o sujeito, seja para o analista.

Análise dos dados

“(...) a arte do analista deve consistir em suspender as certezas do sujeito até que se consumem as suas últimas miragens. E é no discurso que deve escandir-se a resolução delas.”

(Jacques Lacan, “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”)

Por que analisar dados?

Uma das grandes vantagens de se analisar dados à luz da AD e da psicanálise é a possibilidade que ambas oferecem de se verificar a teoria em movimento nos dados que analisamos. Isto dá a ambas um caráter dinâmico e nos mostra que mesmo tendo sido constituídas há muitos anos seus pressupostos são válidos pois estão sempre sendo postos à prova. Cremos que esta é uma das grandes qualidades destas ciências indiciárias, pois se constituem continuamente a cada dado que é analisado.

Em nosso trabalho, a análise de um *corpus* será imprescindível para seu embasamento teórico, pois a partir daí mostraremos que a interpretação em AD e em psicanálise podem caminhar juntas sem, no entanto, entrar em conflito.

Para isto, escolhemos como *corpus* a ser analisado, narrativas orais de ficção produzidas por crianças de rua que foram coletadas pelo grupo de pesquisa de Leda Verdiani Tfouni em 1995 e que somam aproximadamente 100 páginas de narrativas ficcionais e relatos pessoais transcritos integralmente.

Desde esse ano, algumas narrativas foram trabalhadas sob diferentes perspectivas em várias pesquisas de nosso grupo e que resultaram em publicações sob a forma de

dissertações, teses, artigos e capítulo de livro (CARREIRA, 1997; CARREIRA, 2000; MORAES, 2000; MORAES, 2002; MOLENA, 2003, TFOUNI e CARREIRA, 1996 e 2000; TFOUNI e MORAES, 2003; TFOUNI, 2001) e que foram veiculadas também em diversos eventos nacionais e internacionais (TFOUNI e CARREIRA, 1997, 1999 e 2001; TFOUNI e MORAES, 2001 e 2002; TFOUNI e MOLENA, 2004).

Antes de detalharmos melhor nosso *corpus*, explicaremos brevemente a função das narrativas e sua importância para nosso trabalho.

O trabalho analítico com narrativas orais de ficção

A escolha de narrativas como *corpus* a ser analisado em nosso trabalho justifica-se pelo fato de que a narrativa está intimamente ligada à história da humanidade (Barthes, 1971).

Seguindo Propp (1928), o primeiro autor a analisar formalmente a função da narratividade, diversos autores trabalham a questão da narrativa e sua função para a vida social e psíquica do sujeito. Dentre esses autores, destacamos Bakhtin, Ricoeur, Greimas e Barthes. Para Brès (1994) esses quatro autores e também Propp constroem um conceito de narratividade a partir de um ponto de vista semiótico, o que, segundo o autor, culmina com uma deriva de sentido, pois há algo que escapa a toda análise possível de uma narrativa e de qualquer outro tipo de dado que um pesquisador se proponha a estudar.

Destes quatro autores vale falar brevemente do trabalho de Ricoeur (1983) sobre a narratividade, pois para esse autor a questão do tempo e sua influência sobre a narrativa são duas coisas indissociáveis. Ricoeur baseia suas considerações em dois conceitos aristotélicos, a saber: o de *muthos* (que vê a narrativa enquanto um agenciamento de fatos);

e o de *mimesis* (quem vem inserir a questão do tempo na narratividade, faceta não contemplada pelo *muthos*).

Deixando de lado Aristóteles e partindo, sobretudo de concepções agostinianas acerca do tempo e da subjetividade, Ricoeur vai dividir a narração em dois tipos:

- a) Narrativa histórica – na qual o tempo seria objetivo; e
- b) Narrativa de ficção – onde o tempo histórico sofre variações imaginativas feitas pelo narrador.

Dentro desses dois tipos de narração, o autor postula ainda uma identidade narrativa pela qual o sujeito busca constituir-se como tal a partir de uma alteridade. Para Ricoeur, a noção de identidade narrativa é mais uma ilusão necessária ao sujeito. Esse ponto de vista nos interessa, pois cremos que a narrativa de ficção é também um modo pelo qual o sujeito tenta fazer UM com a língua e ele assim o faz servindo-se de uma estrutura que comporta começo, meio e fim.

Porém, como destaca o autor, a identidade narrativa não dá conta sozinha de determinar o sujeito, pois ela (a narrativa), é frágil (há várias possibilidades de narrativa), é não definitiva (não cessa de se fazer), é incompleta (se atualiza na medida em que o sujeito age) e por fim, é também parcial (afinal, não diz tudo, não dá conta de tudo).

A concepção de Ricoeur nos interessa, mas por outro lado, é preciso destacar que ao centrar-se apenas no sujeito que narra o autor não contempla todas as facetas implicadas no ato de narrar, o exterior fica excluído, o sentido fica em deriva, não há apoio do exterior ao discurso, pois, para Ricoeur seria possível ver a narrativa como fato lingüístico isolado (BRÈS, 1994).

Para complementar esses pontos de vista sobre a narração e tentando incluir o exterior à narratividade, encontramos os trabalhos de Labov que colocam a narratividade

dentro dos domínios da interação verbal (LABOV e WALETSKY, 1967; LABOV, 1972, 1981; LABOV e FANSHELL, 1977). Em síntese, as reflexões de Labov e seus colaboradores irão propor:

- uma definição de narrativa a partir de um critério temporal (tal como também postula Ricoeur);
- há um avanço no conceito de “evaluation” (avaliação), o que permite analisar a narrativa como estruturada pela interação.

Ao colocar o tempo no princípio da narratividade Labov vai definir a narrativa oral (nosso *corpus* em questão nesse trabalho) como uma seqüência de ao menos duas proposições ordenadas, pois como destaca o autor, a ordem temporal é fator indispensável e necessário para uma função referencial da narrativa.

O autor (LABOV, 1972) irá então decompor a narrativa oral em seis partes (baseando-se para isso na análise de narrativas orais coletadas na periferia negra de uma cidade dos Estados Unidos). As partes de uma narrativa oral definidas por Labov foram as seguintes:

- 1- resumo
- 2- indicações
- 3- desenvolvimento
- 4- avaliação
- 5- resultado
- 6- queda

Em trabalhos posteriores, o autor condensou os itens 1, 2 e 3 em orientação e complicação e os três últimos em resolução ou CODA, que assinalaria o final da fala.

Não entraremos em detalhes nesse trabalho sobre o que cada item vai contemplar, o que nos interessa nesse ponto é assinalar que Labov traz à cena as questões da alteridade e do exterior do discurso. Segundo Brès (1994), os trabalhos de Labov conduzem os estudos sobre a narratividade a uma lingüística da enunciação e da interação, o que o aproximaria de uma análise do discurso (não se trata aqui, sobretudo, da AD tal qual a concebemos, mas sim de se ver que a análise de Labov traz à cena o discurso e seu exterior).

Estudando Labov e Ricoeur, Brès (op.cit.) resume a questão da narratividade do seguinte modo:

- todo ato pode ser posto em narrativa – em relação a esse pressuposto, acreditamos que nem sempre isso funciona, afinal o dizer vem sempre marcado pela falta, estamos aqui retomando o pressuposto de que tudo não se diz;

- a narrativa esclarece o sujeito, pois ao narrar ele busca entender – nesse ponto temos em cena a questão da narrativa na formação da identidade, afinal ao se servir de uma estrutura pronta, ou seja, pré-determinada (com começo, meio e fim), o sujeito vai tentar fazer UM com a língua. Ao utilizar uma estrutura de ficção o sujeito tenta falar, ou tenta dar conta de falar daquilo que não consegue;

- toda narrativa cria a ilusão de fechamentos – o que nos remete à busca pelo preenchimento do desejo do sujeito, a busca pelo objeto ilusoriamente perdido; e,

- por fim, a narrativa é o lugar onde narrador e narratários, próximos uns dos outros, se constituem, um do outro, no prazer de reconstruir o tempo – é o encontro do sujeito com o outro, com o Outro, ou seja, com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso.

Complementando os pressupostos de Brès, encontramos outros autores, como White e Tfouni, que contemplam a narrativa de outro lugar.

Segundo White (1991), narrar é inevitável, pois, traduz o conhecer na maneira de contar. Ainda, acrescenta o autor (op.cit.), a narrativa é um modo pelo qual se pode falar de uma realidade vivida, porém, ele nos adverte que toda narrativa sempre deixa algo de fora. Este alerta é muito significativo, pois acreditamos, e poderemos constatar em nossa análise, que a partir de movimentos de deriva e dispersão presentes nas histórias, sempre ficam conteúdos interditados ao sujeito (TFOUNI, 2001). São esses tropeços na materialidade lingüística que nos indiciam a presença do trabalho da ideologia e do inconsciente. Como nos diz Tfouni (op.cit., p.86):

(...) a dispersão não se instala ao acaso, nem por ‘incapacidade’ ou ‘desconhecimento’ das regras da língua. O que temos ali é o impedimento de um enlace, de uma ‘amarração’ entre significantes.

Complementando Tfouni (op.cit.), citamos White (op.cit.) que nos mostra que narrativizar eventos reais é fruto de um desejo de dar coerência ao real. Porém, sabemos que isto é meramente imaginário, pois o real nunca pode ser atingido. Serão os tropeços aos quais nos referimos anteriormente que o revelam, a partir da atuação constante da ideologia e do inconsciente.

Vale lembrar ainda, que, segundo Perroni (1992), existem três tipos diferentes de narrativas:

- o relato: que é a narração de experiências vividas pelo narrador;
 - a ficção: que são as histórias que foram transmitidas de geração em geração e,
 - o caso: tido pela autora como “um meio caminho” entre os relatos e as ficções,
- pois neste caso o narrador distancia-se do personagem e fala de si.

Num estudo realizado com analfabetos, Tfouni (2004) nos mostra como a narrativa pode se constituir num *locus* privilegiado de emergência do sujeito. O estudo baseava-se

em apresentar aos sujeitos da pesquisa uma “bateria” de silogismos, como por exemplo: “*Todas as frutas tem vitamina. A maçã é uma fruta. Ela tem vitamina, ou não?*” Após esta apresentação, era pedido para que eles respondessem, neste caso sim/não, que acrescentassem uma justificativa, e num terceiro momento, que repetissem o silogismo.

Durante a coleta de dados, Tfouni (op.cit.) percebeu que em muitos casos havia o surgimento de narrativas dentro das respostas aos silogismos. Tais narrativas foram consideradas pela autora como uma forma de resistência (no discurso) do sujeito em relação à imposição de um sentido único. A narrativa seria então um modo de se falar sobre aquilo que é interditado ao sujeito, seja pela ideologia ou pelo inconsciente. Cremos que isso também é possível em relação às narrativas de crianças de rua, pois como afirma Tfouni (op.cit., p.73-74), sobre a função das narrativas para o sujeito:

Sua função principal é organizar, através da linguagem, nossas interações, conhecimento e experiências sobre (no) mundo e com o Outro. (...) Assim, o discurso narrativo aparece como lugar privilegiado para elaboração da experiência pessoal, para a transformação do real em realidade, por meio de mecanismos lingüísticos discursivos, e também para a inserção da subjetividade (entendida aqui, do ponto de vista discursivo, como um lugar que o sujeito pode ocupar para falar de si próprio, de suas experiências, conhecimento do mundo, ou, mais sucintamente, entendida como a forma pela qual o sujeito organiza sua simbolização particular).

Nota-se que, de fato, a narrativa é um *lócus* privilegiado, onde podemos ver aparecer esse sujeito tão singular de que tratam a AD e a psicanálise lacaniana. A seguir, faremos uma breve descrição do *corpus*, a fim de situar o leitor na situação de coleta dos dados e na realidade dessas crianças que foram estudadas.

Metodologia

A coleta dos dados e a escolha do corpus

A metodologia que descreveremos segue as orientações de Carreira (1997), pesquisadora que realizou a coleta de dados.

As narrativas que vamos analisar foram coletadas pelo grupo de pesquisa de Leda Verdiani Tfouni, no período compreendido entre os meses de março e agosto de 1995.

O local da coleta foi uma instituição localizada na cidade de Ribeirão Preto/SP, chamada Casa das Mangueiras. Esta instituição atende crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, de ambos os sexos, que já tiveram experiência de viver nas ruas e que já cometeram atos infracionais; vale lembrar que a frequência na instituição é facultativa, o mesmo ocorrendo com a permanência numa escola.

O “lema” adotado pela Casa é o da “educação pelo trabalho”, numa tentativa de “treinar” essas crianças e adolescentes para uma vida correta na sociedade, a partir de um trabalho honesto. Quando da coleta, os trabalhos realizados eram essencialmente reciclagem de vidro, confecção de chinelos e sandálias com material emborrachado e confecção de tapetes com retalhos de tecidos, vale lembrar que era este trabalho que sustentava a instituição. A limpeza e os cuidados com a cozinha também estavam sob responsabilidade das crianças e adolescentes em sistema de rodízio. Os períodos de recreação ficavam restritos às duas horas de almoço e não havia na época da coleta outros tipos de atividades de recreação para o período diário.

A proposta da pesquisadora para a instituição foi a de criar grupos para ouvir e contar histórias no período de uma hora após o almoço (das 13:00 às 14:00 horas) uma vez por semana, apesar de haver uma sala disponível para o grupo, as crianças preferiram ficar

no pátio dando à atividade um caráter informal e também diferenciando-a do restante de atividades que aconteciam na instituição. O trabalho iniciou-se com três grupos: um composto apenas por meninas e os outros dois de meninos. Depois de estabelecido o *rapport* inicial com as crianças e realizada uma reunião com as crianças, adolescentes, monitores e diretoria da casa o trabalho efetivo com o grupo iniciou-se. Todos os encontros eram gravados (e posteriormente transcritos) e tinham a seguinte dinâmica: a pesquisadora contava uma estória e depois pedia para que as crianças lhe contassem estórias também.

O que vemos, pelos relatos transcritos, é que as crianças ficavam sempre muito empolgadas com o dia do grupo e que depois de alguns encontros já tinham adotado uma dinâmica para contar suas histórias. Elas se revezavam e cobravam uma das outras a vez de contar histórias. Com certeza, o grupo de ouvir e contar histórias proporcionou um lugar diferenciado, uma outra formação discursiva, onde estas crianças podiam assumir outras posições, principalmente, como veremos, posições de sujeitos desejantes, que lutam dentro de uma dura realidade contra o lugar que a classe dominante tenta lhes impor.

Os materiais utilizados para a coleta de dados foram os seguintes:

- sete fitas cassete de 60 minutos de duração cada;
- um gravador à pilha;
- papel, lápis e giz de cera;
- livros de estória infantis da coleção Joinha da Editora Record: *Branca de Neve e os Sete Anões*, *Joãozinho e o Pé de Feijão*, *Os Três Porquinhos*, *O Patinho Feio*, *O Gato de Botas e Estórias de Ninar*;
- contos de Perrault, da Série Clássicos da Infância do Círculo do Livro: *Cinderela*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Barba Azul* e *o Pequeno Polegar*.

O corpus escolhido

As narrativas que escolhemos foram produzidas por J., uma menina de 11 anos de idade. Segundo Carreira (1997), J. era uma menina alegre, extrovertida e comunicativa. Na época da coleta de dados J. morava com uma tia materna, pois sua mãe havia falecido cerca de um ano antes, vítima das complicações da AIDS. J. não falava sobre isso, parecendo que queria preservar a imagem da mãe. Antes de viver com esta tia, J. ficava sozinha com os irmãos menores enquanto a mãe trabalhava na roça. Era nesta época que J. ia para a rua para tentar “arrumar” comida, pois não tinha em casa. Quando não ia para a rua, sempre “aprontava” (em suas próprias palavras), como colocar fogo no barraco onde moravam ou fritar uma pomba para comer com os irmãos.

Estas narrativas nos chamaram a atenção devido a sua riqueza de elementos. Durante o período de coleta dos dados, J. produziu cerca de sete narrativas que mesclavam histórias de ficção com relatos de experiência pessoal. Além das narrativas, temos também transcritos relatos de J. sobre a sua vida e o que fazia na rua ou na escola; estes documentos também nos serão muito interessantes e poderão enriquecer nossa análise.

A seguir, trabalharemos quatro narrativas para ilustrar o trabalho de interpretação realizado tanto em AD quanto em psicanálise. A análise que faremos irá basear-se nos pressupostos até aqui trabalhados, principalmente o de repetição, e buscaremos a partir deles mostrar como se pode utilizar a AD e a psicanálise numa rica análise de dados.

Veremos que nas narrativas que analisaremos, haverá deslize de significantes que se repetem em todas elas. Isto é essencial para apontarmos a posição de sujeito que J. ocupa numa formação discursiva dominante, porém implicado com seu desejo. Como afirma Carreira (2000, p.125-126):

É na repetição de elementos de uma narrativa nas outras que os deslocamentos vão sendo efetuados, uma vez que os contextos discursivos mudam, isto é, estes elementos são inseridos em outras cadeias significantes, e, por isso, vão ‘ganhando’ outros sentidos (conceito saussuriano de valor) à revelia do próprio sujeito que narra.

Análise

“Le lieu de l’ interpretation analytique est le langage : c’est-à-dire qu’il s’agit non pas, a partir du sens manifeste véhiculé par une parole instrument, de passer, par traduction comentaire, à un sens caché, mais d’un travail d’écoute qui est de decoupage, de ponctuation, de mise en écho, et qui s’effectue sur la materialité de la chaine parlé. »
(Jacqueline Authier-Revuz, 1982, p. 128)

As quatro narrativas que escolhemos foram intituladas por J. da seguinte maneira: *João e o Pé de Feijão, A Sereia, Mônica e Cebolinha e Velho Papão*. As narrativas encontram-se transcritas na íntegra, em anexo, na página 210.

Inicialmente, propomos analisá-las de forma isolada e numa conclusão vamos relacionar estas quatro análises. Para isto, fundamentaremos nosso trabalho a partir da eleição de recortes feitos nestas quatro narrativas. A noção de recorte que adotamos vem da AD e caracteriza-se pelas repetições (ORLANDI, 1987) que também são muito significativas para a psicanálise no momento de interpretação (LACAN, [1963-1964] 1998).

Um outro ponto que vamos observar são as posições de sujeito que J. ocupa ao narrar; essas posições irão refletir a qual formação discursiva ela se filia e o modo pelo qual a ideologia a interpela, constituindo-a enquanto sujeito do desejo e do inconsciente. Ainda, a partir dos tropeços, presentes na materialidade lingüística, apontaremos seu funcionamento dentro da cadeia significante, pois como já dissemos no capítulo sobre o sujeito, sujeito é aquele que emerge entre significantes, a partir do trabalho da ideologia e do inconsciente.

Lembramos ao leitor que a interpretação que segue é uma entre muitas outras possíveis; escolhemos um sentido entre muitos outros.

Destacamos ainda que a ordem de análise é, também, a ordem em que cada narrativa foi contada.

Mônica e Cebolinha

Esta é a primeira narrativa que o sujeito produziu durante o grupo de ouvir e contar histórias. Esta é uma história curta e o sujeito faz uso de conhecidos personagens de gibis infantis criados por Maurício de Souza: Mônica (famosa por ser baixinha, brava e dentuça) e Cebolinha (conhecido por trocar o “r” pelo “l” e por criar planos “infalíveis” para roubar o coelhinho de pelúcia da Mônica).

A história conta uma situação que envolve principalmente a Mônica e o Cebolinha. Os pais da Mônica vão sair de casa e pedem para que a filha não saia. Pouco tempo depois chega o Cebolinha e convida Mônica para sair de casa, ela não aceita e ele insiste, como podemos ver pelo recorte:

“ - *Vamo Mônica, vamo, tua mãe não vai sabê que você saiu.*

- *Não, papai não qué e mamãe não gosta.*”(grifos meus) (linhas 17 e 18)

A passagem em destaque nos chama a atenção, pois é repetida três vezes no decorrer da narrativa (linhas 16, 18 e 26) e nos aponta uma direção do desejo do sujeito de não descontentar um pedido dos pais. Vale lembrarmos aqui, que o sujeito nunca teve este tipo de atenção dos pais (que nem sequer moravam juntos) e que sempre ia para a rua em busca de comida. Nos relatos do sujeito vemos que ela sempre atrelava as idas para a rua para fazer algo errado como roubar frutas em um pomar, por exemplo.

A narrativa continua e os pais da Mônica chegam, o Cebolinha então foge e Mônica vai até a sala, onde a mãe pergunta se ela saiu ao que ela responde prontamente que não e repete pela terceira vez o trecho que destacamos no recorte acima. Segundo Tfouni e Carreira (1996), a repetição do período que destacamos revela a indecisão de J. entre sair ou não de casa. Tal fato marca seu conflito em desobedecer regras pré-estabelecidas. Como afirmam as autoras (op.cit.), a chegada dos pais atua como elemento tranquilizador, pois evita que a personagem desobedeça as regras; nesse trecho vê-se o desejo de J. em ser cuidada e o modo pelo qual ela lida com o abandono que sofreu. A chegada dos pais além de impedir a desobediência também impede que J. “elabore” a vivência do abandono que é resolvido “num passe de mágica” com a presença dos pais.

Nesse ponto é importante destacar que a questão do abandono perpassa a vida psíquica do sujeito; sabe-se que ao lado da primeira experiência de satisfação segue-se uma experiência de perda que é parte integrante do complexo de Édipo. É preciso lembrar que tal perda é experimentada de modo diferente no menino e na menina (FREUD [1931] 1996 e [1932] 1996).

A perda em questão é a do primeiro objeto de amor a que a criança se liga, nesse caso, a mãe (função materna). Freud (op.cit.) falando sobre a questão da sexualidade feminina vai dizer que a menina tem uma ligação muito mais intensa com o objeto materno que o menino e que a quebra desse laço vai ser muito mais dolorida psiquicamente para ela do que para o menino, pois, explica Freud (op.cit.) o menino nunca rompe de fato com a figura materna, ele apenas remodela essa relação. Já a menina, por sua vez, tem que trocar de objeto para depois retornar a ele por meio de uma identificação revestida por rivalidade, ou seja, rompe-se o laço com a figura materna, dirige-se do desejo para a figura paterna e

depois é preciso se identificar e rivalizar com essa mãe que tem aquilo que o pai deseja; toda essa sequência de fatos caracteriza o jogo edipiano.

Freud (op.cit.) nos diz que a primeira vivência de amor intensa ao objeto materno termina com um recalque inesgotável, sendo muito difícil de ser trabalhado na clínica, no que concerne a clínica com mulheres. Tanto Freud (op.cit.) quanto Lacan ([1972-1973] 1996) vão dizer que é por esta razão que a vivência de abandono para o sexo feminino é sempre vivida como decorrente de uma falta de amor, sendo, portanto, difícil de ser dita e simbolizada. É o que Lacan (op.cit.) vai chamar de “devastação feminina”, mola mestra da rivalidade entre mulheres e das relações de ódio que se nutrem entre irmãs, mãe e filha, etc.

O sujeito-narrador vive o abandono real de sua mãe, revela seu desejo de ser cuidada, mostra sua necessidade de haver alguém para interditá-la de infringir as regras (TFOUNI e CARREIRA, 1996) circulando assim, ao mesmo tempo em dois abandonos, o abandono que faz parte do jogo edípico e esse, de sua realidade de vida.

Fica claro que a forma pela qual ela tenta dar conta desses abandonos se complementa, ao construir a presença de uma mãe cuidadora ela retorna a essa célula segura, mas como veremos nas narrativas adiante, a atualização desse abandono, traduzido como perda de amor, se faz presente e essa mãe cuidadora e presente vai dando lugar à mãe alvo de ódio e dotada de imperfeições.

O que notamos, também, nesta curta, porém densa, história é que o sujeito, atravessado por uma formação discursiva dominante que têm como modelo de família aquela com pai/mãe/filhos quer para si também este modelo de família que é o julgado “natural”. O que sabemos é que nossa narradora morava com uma tia e uma irmã, mal conhecia o pai e na instituição era sempre vítima de comentários sobre a cor de sua pele,

pois ela era negra e sua irmã loira, fato que explicava a todos dizendo que as duas (ela e a irmã) eram filhas de pais diferentes.

Destaca-se ainda, como dito, o fato de o sujeito sentir a necessidade de ter a quem obedecer, fato que não acontece em sua vida cotidiana. Supomos que o sujeito queira apenas ser criança, como todas as que ela vê, sobretudo na televisão. Apesar de estar numa posição diferente da personagem principal da narrativa, o sujeito depara-se aqui com um desejo: ser cuidada e, ao narrar esta história nos mostra o lugar que desejaria ocupar, fato este que lhe obriga a assumir uma posição de censura na ficção em relação a posturas que ela toma na vida real. Apesar de ir para a rua na vida real, na ficção o sujeito vê isto como conduta incorreta, pois para ela, a ação de ir para a rua está atrelada a fazer algo errado, como já destacamos anteriormente.

João e o Pé de Feijão

Inicialmente, o que nos chama a atenção são as alternâncias e relutâncias do sujeito para definir as ações dos personagens, e consequentemente, a atribuição de papéis fica confusa. Como pode-se notar na linha 28, os recortes: “*ele escutô*”, “*ele entrô*” e “*ele falô assim*”, neste último o uso do pronome masculino indicia a indecisão, pois na verdade o sujeito queria referir-se à mulher do gigante. Mais adiante as ações do gigante e do menino confundem-se, como podemos notar nas linhas 36, 37 e 38:

“*Aí, depois ele fez assi, começô a durmi assim, ó. Aí, começô durmi, chegô uma hora que ele durmiu. Aí, ele durmiu(...) Aí, depois ele subiu assim quietinho na mesa*”.

É importante destacar também que, no trecho acima, o uso do dêitico³⁸ referencial “ele”, funciona aqui como fuga de sentido, pois não é possível saber quem é o agente dos verbos que se seguem ao pronome. O uso do dêitico, cujo papel é marcar o ponto de referência e a distância entre o narrador e seus personagens, faz com que J., ao mesmo tempo que se utiliza dessa estratégia para distanciar-se das figuras das personagens, se aproxime delas onde o sentido desliza, havendo, desse modo, uma indecisão entre identificar-se com João ou com gigante.

Um outro ponto são os desfechos para a ação do personagem, num primeiro momento o menino é repreendido pela mãe por ter trocado a vaca por três feijões mágicos:

“Cê trocô o que eu disse por isso?” (linha 19).

Para tentar compensar o erro o sujeito recorre mais adiante ao pé de feijão que, depois de crescido, levaria até a casa de um gigante. Ele vai até lá e “finge” trabalhar para a mulher do gigante e num descuido deste (que nem sabia de sua presença) lhe rouba os ovos de ouro. Porém, como podemos notar na linha 41, o sujeito elabora uma manobra para amenizar o “erro” cometido pelo menino:

“Depois ele desceu, falô pra mãe dele o que ele ganhô.”

Sabemos que na verdade o que aconteceu foi um roubo mas devemos nos lembrar que nossa pequena narradora encontrava-se numa Instituição cujo lema era a Educação

³⁸ Os dêiticos também podem ser chamados de shifters ou embrayeurs, denominação dada por Jakobson (1963). Será Benveniste (1966) que aprofundará a noção de dêitico, dizendo que além de referenciais, os dêiticos são marcas da subjetividade que se fazem presentes na linguagem. Os dêiticos constituem, desse modo, parte fundamental da estrutura narrativa, pois garantem a coesão da narração. O uso dos dêiticos aponta os traços de orientação da língua, ou seja, seu uso tem função de situar os referentes no enunciado.

pelo trabalho, onde é comum, como em muitas outras com a mesma proposta, preparar discursos aos seus internos de como ser um bom filho, que não se deve roubar ou enganar os outros para “levar” vantagem, e coisas deste tipo. Numa posição de dominada em relação à Instituição, o sujeito assume o discurso dominante porém, como podemos observar um pouco mais adiante, nas linhas 43, 44 e 58, o menino retorna à casa do gigante para pegar a galinha, só que desta vez o faz de maneira mais discreta, e numa posição de resistência o sujeito dá ao gigante um final trágico e encerra a participação do personagem que poderia de alguma forma revelar a verdadeira origem dos ovos de ouro e da galinha e julgar suas atitudes. Para isso, o personagem conta com a ajuda da mãe, que nada sabe sobre o que realmente aconteceu. Diante de uma aparente resolução deste conflito entre certo ou errado, o sujeito acrescenta que mãe e filho ficaram ricos:

“Aí, eles conseguiu ficá rico com a galinha.” (linha 63)

A resolução, que poderia ser um final feliz para a narrativa não satisfaz J. e ela acrescenta um outro final, um complemento para terminar sua narração:

“Ficô bem rico e cus(...) Aí, depois o home entregô a vaca deles de novo.” (linha 65)

Ao acrescentar esta outra informação, o sujeito consegue afinal, compensar o erro inicial do personagem, que era o de ter feito algo que descontentou a mãe.

Este é um ponto muito interessante desta narrativa, podemos dizer que todo o corpo narrativo nos serviu como uma metáfora do funcionamento inconsciente do sujeito e suas

manobras para revelar-se diante das coisas que aparentemente lhe escapam. Os dois finais propostos nos levam a pensar que realmente, o sujeito vive dilemas e conflitos sobre discernir o que seria uma conduta certa ou errada em uma sociedade que o coloca à margem. As relutâncias que foram constatadas pelo uso confuso do pronome “ele” nas diversas passagens já apontadas, nos situam neste mar revolto de identificações de nossa narradora, que se coloca hora numa posição “errada” e hora numa posição julgada como “correta”, fazendo com que ela circule por diversas formações discursivas dentro de uma formação ideológica que comporta as posições de sujeito, que podem e devem ser ocupadas no que diz respeito a condutas consideradas ideais e esperadas para uma criança, seja ela de rua ou não.

J. insere-se em formações imaginárias que antecipam para ela o julgamento de outrem sobre o que é certo ou errado de modo a fazê-la juiz de seus próprios atos. O ato de narrar possibilita a J. além de julgar suas atitudes, justificá-las; isso faz com que ela encontre uma zona de conforto ilusória, é o falar de si sem falar de si diretamente, como apontam as considerações de Tfouni e Carreira (1996) que vêem na narrativa um meio de falar da subjetividade sem abordá-la de maneira direta.

Atravessado por uma formação discursiva dominante, o sujeito encontra-se numa encruzilhada entre “escolher” qual posição ocupar e de que maneira pode lidar com esta “escolha”³⁹, onde os desfechos dados aos personagens são metáforas, no sentido lacaniano, de como ela pode responder, punir-se e/ou bonificar-se de acordo com suas tomadas de posição. Porém o desejo de contentar não só a si como aos outros (e diria aqui, a posição de J. em relação à demanda do Outro) percorre toda a história, na verdade J. sempre irá colocar-se numa posição de alguém que deve responder a uma demanda: o personagem

³⁹ O uso das palavras *escolher* e *escolha* entre aspas nos lembra que, de fato, não há escolha livre, por parte do sujeito. Ele acha que tem liberdade de escolha por estar inserido nos dois esquecimentos (que já citamos anteriormente à página 49) que o constituem.

estava cumprindo ordens da mãe, ao desobedecê-la sente-se impelido a atender seu desejo de qualquer maneira, ou seja, roubando e enganando o gigante, respondida à demanda inicial seus erros são apagados, a vaca é recuperada, eles se tornam ricos e o filho consegue finalmente atender ao desejo da mãe. A mãe do menino, apesar de aparecer muito pouco na narrativa tem papel fundamental e é em função dela que irão guiar-se todas as atitudes do personagem.

A sereia

Esta história tem como tema central uma sereia e as escolhas e renúncias que ela tem que fazer em favor de uma grande paixão. Inicialmente o sujeito mostra-se relutante em relação ao nome da personagem principal:

“Uma delas chamava (...) Eu esqueci o nome dela (...) (...) Uma delas chamava não sei o quê.” (linhas 6, 7 e 8)

Esta interdição para o nome da sereia nos indicia que o sujeito implica-se diretamente com a personagem. Não saber o nome da sereia para falar aos seus ouvintes nos revela que o sujeito vai falar de si e que não consegue desligar-se deste fato.

Sem dar nome à sereia, o sujeito continua sua estória contando que após ganhar um colar de seu pai, a sereia nada e sobe em cima da água. Ao subir vê um barco naufragando e salva o príncipe que está nele. Neste ponto a narração entra em deriva, o sujeito se mostra um pouco confuso e insere uma outra figura feminina que salva a sereia, porém isso não nos fica claro:

“Aí, a muié, ela pôs também. Foi lá e salvô ela. Mas , só que ela gostava muito dele e salvô ela quando o barco fun (...) o barco fundô.” (linhas 10 e 11)

Neste trecho nos perguntamos, quem gostava muito do príncipe: a sereia ou a mulher que a salvou? Tal como na história da Mônica e Cebolinha o dêitico “ela”, repetido várias vezes, atua como indício de quebra do referencial a que o dêitico se presta. O sentido escapa novamente e J. se dilui entre as duas personagens ficando entre aquela que salva (no caso de J. aquela que salva os irmãos e que cuida deles) e aquela que precisa ser salva (novamente a ausência da mãe entra em cena revelando-se como ponto de conflito para J.).

Quando a cadeia significante desliza para esses pontos opacos, podemos dizer que o sentido se marca como advindo de outro lugar, ou seja, são pontos onde o dizer não coincide consigo mesmo constituindo-se como heterogêneo. Essa heterogeneidade vai marcar as formas pelas quais J. vai “negociar” seu dizer com o Outro, como veremos adiante, na análise global das narrativas, tal negociação sempre remete ao modo como o sujeito vai responder às demandas do Outro e ao seu desejo (referi-mo aqui ao desejo do sujeito).

O sujeito não resolve o impasse que apontamos acima, o deixa em suspenso e continua contando que após este salvamento a sereia foi à procura de uma bruxa para que esta lhe desse uma poção para que pudesse voltar e ir ao encontro do príncipe. Porém, para voltar, a sereia teria que deixar a água para sempre.

Contrariando a bruxa e também sua família (composta somente pelo pai e por irmãs – lembremos que nesta época a mãe de J. já era falecida), a sereia toma a poção, vai ao

encontro do príncipe e tem com ele uma relação sexual (retratada por J. de maneira velada):

“Aí, de repente, um prince, o prince que ela salvô achô ela, pegô ela no colo e levô ela pá cama. Então, como ela tava deitada, ela, ela tava deitada e ela ficô muda também. Ela ficô muda. Aí ela tava deitada e de repente ela acordô.” (linhas 21 a 23)

Porém este relacionamento, mais uma vez, não se concretiza e a sereia passa a encontrar outros homens, que lhe davam em troca algumas coisas:

“Aí, eles dava coisa pra ela (...) Dava um monte de coisa pra ela.” (linhas 23 e 24)

Mais tarde, a sereia descobre que o príncipe está perto, mas o sujeito novamente coloca empecilhos para este relacionamento:

“(...) mas só que ele não podia namorá com ela porque ela tava com, ela já tava com outro já. Ela já tava morando com outro já.” (linhas 26 e 27) (grifos meus).

O uso do advérbio **já**, de forma anafórica⁴⁰, nos chama a atenção e mostra o desconforto do sujeito com a atitude da sereia. Porém, para tentar retornar a algo perdido, a sereia faz um vestido e sai ao encontro do príncipe. Ela dança com ele e novamente o sujeito põe a sereia num lugar de escolha: ou ficar com príncipe ou voltar para a água, esta

⁴⁰ A anáfora é uma figura de linguagem usada para dar destaque a alguma informação contida num período. No caso dessa narrativa, ao usar o advérbio “já” quatro vezes, J. dá destaque ao fato de a sereia estar morando com outro homem, o que nos revela seu incômodo com essa atitude da personagem.

última alternativa só seria possível se ela o matasse. A sereia escolhe ficar com príncipe e nossa narradora termina sua estória da seguinte maneira:

“Aí depois eles casaram (...) depois eles casaram (...) depois ela foi (...) morá com ele. Ela não teve corage de enfiá a faca no prince.” (linhas 35 e 36)

O que podemos ver, a partir desta análise formal da narrativa, é que a posição sujeito ocupada por esta menina é daquela que responde a uma formação discursiva dominante, qual seja: a da mulher que sonha em se casar com um príncipe encantado. Porém ela nos mostra toda dificuldade que vê para a consecução deste objetivo, as várias interdições impostas ao relacionamento indiciam isto: inicialmente poderia haver outra mulher, depois a sereia ficaria com outros homens e ainda, no final, ela teria que escolher entre voltar para casa ou ficar com ele. Quando termina sua estória dizendo que a sereia não teve coragem de matar o príncipe, o sujeito adota e a dota de uma fraqueza, o que retiraria a responsabilidade de sua escolha e, ainda, a justificaria.

Além dessas considerações, vale lembrar que toda a narrativa comporta questões ligadas à identidade sexual de J.. Como apontam Tfouni e Molena (2004) e Molena (2003) a questão da feminilidade perpassa toda a narrativa, como se vê, por exemplo, na descrição dos presentes que a sereia ganha (o colar do pai e os presentes de outros homens). Outro assunto que é tocado de modo velado é a sexualidade (a perda da virgindade da personagem não é tratada de modo claro), ao lado disso destacam-se também as formações imaginárias de J. em relação ao casamento, que oscilam entre o morar junto e com diferentes homens, até o casamento com o príncipe encantado.

A denegação em nomear a sereia é a marca de J. enquanto sujeito que emerge na cadeia significante. Ainda, vale ressaltar que o sujeito, repetindo uma formação discursiva dominante, não admite que uma mulher tenha vários relacionamentos ao mesmo tempo, mesmo vivendo num contexto em que isto seja comum. Quando diz que a sereia já estava com outro, ela condena tal atitude e a julga. Por fim, o sujeito tenta lidar com todas as renúncias que uma escolha possa acarretar, mesmo não implicando-se diretamente nestas tomadas de decisão.

O velho papão

Para começar a contar esta história, o sujeito informa à pesquisadora que não vai inventá-la, resiste e diz que vai contar uma história de uma novela. Porém, como vemos no recorte desta conversa, o sujeito desliza e diz que sim, vai inventar, apesar de depois dizer que está contando algo que já viu:

“Ah, não! Inventá eu não quero. Qué vê, eu vou inventá uma que é uma (...) é uma menininha, né? Tia, eu vô falá de uma novela. Posso falá?”(grifos meus) (linhas 4 e 5)

Mais uma vez, o sujeito resiste para iniciar sua narrativa, porém já dá de partida o título “Velho Papão”. Aqui o sujeito recorre ao arquivo, ao conhecimento popular e escolhe um nome que lembre o temido “Bicho Papão”, que sempre habitou os medos e o imaginário infantis. Porém, o que vemos, no decorrer da narrativa é que este velhinho não é tão mal como o bicho papão. Após ser abandonada pela mãe que vai embora, a menina (chamada Carolina) é deixada com a tia, pois seu pai também é preso.

Neste ponto não fica muito claro o que acontece com a personagem, pois a menina insere o velhinho na história como alguém que a pega sem sua vontade:

“Aí, depois o véinho catô ela e criô ela. Ficô sempre com ela e.” (grifos meus)
(linhas 15 e 16)

O que notamos na passagem acima é que o uso dos verbos catar e criar coloca o sujeito numa posição passiva e realmente não sabemos se o que acontece à personagem é desejo desta ou não. O sujeito então segue dizendo que depois de ficar com a menina, este velhinho descobre que o pai dela está preso, ele então vai até a cadeia para tirá-lo de lá e o leva ao encontro da filha. Neste momento há o retorno também da mãe, que tinha abandonado a filha, mas que sempre quis conhecê-la, ocasião também proporcionada pelo velho. Só que a mãe fica morando com o velho e com a menina e como diz o sujeito, depois *“a mãe dela já tava esperando oto nenê”*. (linha 20)

Porém não fica clara a paternidade deste outro filho pois o sujeito deriva, dizendo que a mãe estava com outro homem, e depois com outro até que ninguém mais queria conversar com ela.

A salvação para o sujeito, que nitidamente recrimina a postura desta mãe, fato que já vimos ocorrer na história da sereia, vem do pai que ao saber da vida promíscua da mãe mata este outro homem:

“Aí, depois o pai dela também ficô sabeno. Deu um tiro nu, nu home, queria batê na mãe dela.” (linhas 24 e 25)

Neste ponto perguntamos: quem queria bater na mãe: o pai ou o outro homem?

Mais uma vez a narrativa cai em dispersão e neste momento a mãe some de cena e o sujeito encerra sua história da seguinte maneira:

“Aí, depois chegô um dia que ela ficô no orfanato. Aí, ela che, chegô de noite ela pôis fogo (...) Pôis fogo no orfanato, saiu correndo (...). Daí o resto eu não sei tia (...)”
(linhas 25 a 27)

O que temos aqui é que, diferentemente das narrativas anteriores, nesta não há um final feliz para a personagem central, não se sabe se destino após o incêndio no orfanato. Como dissemos anteriormente, o próprio sujeito colocou fogo na casa onde morava com uma tia. Ao relatar esta ocasião, o sujeito conta à pesquisadora que estava brincando com álcool no quarto e que de repente tudo começou a pegar fogo. O que notamos pelo relato é que o sujeito conta tudo até com certa tranquilidade e justifica sua atitude pelo fato de ser sempre “artera”, mas que ainda era pequena e que sua tia não a reprimiu.

Sabemos também que depois deste incêndio, o sujeito continuou morando com a tia e tempos depois sua mãe veio a falecer e o final para esta história não foi tão feliz para o sujeito. Sem a mãe, morando com uma tia e vivendo quase que integralmente na rua, o sujeito não vê resposta a seu desejo de mudar de vida, como vemos nas narrativas anteriores. A formação discursiva na qual está inserida lhe dá um lugar que margeia a sociedade, ela é mais uma criança sem família, que passa fome e que precisa ser ajudada.

Ainda, como destacam Tfouni e Carreira (1996) ao interromper a narrativa dizendo que não sabe o restante da história, J. se defende de sentimentos de culpa relacionados à sequência de atos que tomou diante da ausência da mãe e do pai. O que se vê, segundo as

autoras, é que a narrativa – mesmo baseada quase totalmente na história de uma novela veiculada na época (a novela “Sonho Meu”, transmitida pela TV Globo) – permite a J. falar de vivências suas, cujos conteúdos são reelaborados no momento em que ela conta a história, constituindo-se, como já dissemos, em lugar privilegiado para a subjetividade.

A emergência de J. enquanto sujeito do discurso, do inconsciente e do desejo.

Chegamos agora, no terceiro momento de nossa análise. É impossível não relacionar conteúdos presentes nestas quatro narrativas, pois J. circula e emerge como sujeito, entre e dentro delas.

Começamos pelos títulos escolhidos: *João e o Pé de Feijão* e *A sereia* remetem a clássicos já conhecidos de nossa literatura; *Mônica e Cebolinha* são personagens criados por de Maurício de Souza e habitam famosos gibis e o *Velho Papão* diz respeito como já apontamos ao Bicho Papão, tão conhecido dos medos infantis, ou seja, nossa narradora se serve da memória discursiva (interdiscurso) para situar-se enquanto sujeito numa determinada formação social. São os elementos presentes neste arquivo que irão fundamentar a construção de suas histórias e de certo modo, “despistar” o leitor e, o próprio sujeito de seu inconsciente.

Como dissemos no início da análise temos como intenção olhar as repetições presentes em cada narrativa, temos alguns significantes que circularam em duas narrativas e outros que apareceram em todas elas.

Um significante que nos chamou a atenção foi “subir em cima”, que aparece nas narrativas *João e o Pé de Feijão* e *A Sereia*, pois ele mostra a busca do sujeito por outras alternativas de vida. Na primeira história, o menino sobe no pé de feijão (linha 21) e

descobre um mundo totalmente diferente do seu; o mesmo acontece com a sereia (linhas 7 e 8) que sobe em cima da água e vê um príncipe e outro mundo. Apesar do uso deste significante (subir em cima) aparecer apenas duas vezes (uma vez em cada estória), na segunda (*A sereia*), ele aparece mais uma vez, só que deslocado e com um sentido totalmente diferente do primeiro. Neste último caso, o sujeito não utiliza o verbo subir, ela “pula” a ação, que fica subentendida, dizendo, na linha 30:

“Aí, depois a, ela tava em cima de uma escada.”

O deslocamento é interessante, pois coloca a personagem diante de uma nova decisão que definiria o final da estória. Fica impossível não nos remetermos ao genérico: “em cima do muro”, usado para designar alguém que não consegue se decidir sobre qualquer coisa. De fato, o sujeito coloca a personagem diante de uma escolha: ou voltar para casa debaixo d’água, ou viver com o príncipe. Como vimos, a personagem opta pela segunda alternativa, mas tal escolha atrela-se diretamente a uma fraqueza da sereia, que não teve coragem de matar o príncipe para poder voltar para casa. Isso compensa a decisão tomada e não nos fica muito claro se a sereia fez realmente o que queria, o sujeito com certeza, prefere “ficar em cima do muro”, delegando suas decisões e conseqüências destas a algo que é sempre maior que ela (o Outro).

Um outro ponto que nos chamou a atenção foi que em todas as narrativas a questão de uma composição familiar “adequada” sempre esteve presente, porém à medida que narrava, a cada semana as famílias que o sujeito retratava se afastavam do modelo ideal dado pela formação discursiva dominante. Temos então na primeira história uma família nuclear, composta por pai/mãe/filha. Já na segunda, João vive apenas com a mãe e o pai nem é lembrado. Na terceira história a figura paterna aparece, porém a sereia/narradora não tem mãe. Por fim na última narrativa que contou, o sujeito fala de sua própria constituição

familiar, pois retrata uma menina abandonada e que acaba indo parar num orfanato. Impossível não notarmos aqui o conflito existente entre o lugar que a formação discursiva dominante obriga a narradora a ocupar. Porém, temos também o testemunho de seu desejo que lhe oferece um lugar – no qual ela pode tentar tamponar sua falta, falar dela (ou seja, dar lugar ao objeto do desejo, o objeto (a)) – em que ela pode sim aventurar-se a querer ter uma família composta aos modos cristalizados por uma formação discursiva dominante e como ela mesma deseja, qual seja, a chamada família estruturada onde convivem em suposta harmonia pai, mãe e filhos. A imposição, por parte uma formação discursiva dominante, da família ideal é apenas o mote para o desejo de J. de ter uma família composta com a presença de pai e mãe, ou seja, ao recorrer ao social J. está instrumentalizando meios de falar e de construir seu mito individual (TFOUNI e MORAES, 2003).

Em relação aos personagens, pudemos ver que todos (Mônica, João, Sereia e Carolina) são mais passivos que ativos, salvo João que tem a passividade em menor grau, o que podemos explicar pelo fato de que este personagem mora apenas com a mãe e tem que cuidar dela, fato que na vida real acontece, pois a mãe do sujeito adoece e não pode mais cuidar dos filhos, ocorrendo assim uma inversão de papéis.

Isto nos mostra o desejo de cada uma das personagens, ou seja, de nossa própria narradora, de ser cuidada, de não ter que “correr” atrás de meios para sobreviver e de sempre ter alguém que zele por ela. Tais posturas ficam evidenciadas pelos verbos na voz passiva: *achô ela, pegô ela, levô ela* (A sereia, linhas 21 e 22); *catô ela, criô ela e tirô a menina* (Velho Papão, linhas 15, 16 e 17) na passagem: *eu fiz que ocêis falô* (Mônica e Cebolinha, linha 26).

Estas repetições de temática e a forma pela qual atuam as personagens em todas as narrativas apontam para uma repetição que traz, sob a materialidade discursiva da paráfrase, o novo. Esse novo comporta a polissemia, pois ao narrar utilizando-se das mesmas temáticas (crianças em situações de abandono, que passam por inúmeras dificuldades e que buscam a família tida como ideal) e das mesmas formas parafrásticas para dar voz e ato às personagens (hora colocando-as como agentes salvadores, hora colocando-as à mercê de um outro personagem que tem que cuidar do herói da narrativa) a cadeia significante desliza, foge do automatismo.

Repetindo os fatos que enumeramos acima, J. nos mostrou, em cada narrativa que contava, fases que marcaram sua vida e que geraram nela conflitos subjetivos: ter e não ter uma família, ser abandonada pela mãe, ter que sustentar os irmãos indo para rua. Tais conflitos foram revelados, por exemplo, pelo uso dos dêiticos (nas narrativas “João e o pé de feijão” e “A sereia”), e pelas formações discursivas a que o sujeito se filia cuja tomada de posição oscila pelo próprio movimento constante da luta de classes. Nesses momentos a repetição coloca a Tiquê em funcionamento, revelando em cada narrativa que, nos indícios que apontamos, temos um real que escapa à língua e ao sujeito. Isso vai de encontro à verdade do sujeito, pois, como diz Lacan (1956-1957, p.205): “*La vérité a une structure, si on peut dire, de fiction*”⁴¹. Vale lembrar que essa ficção mencionada por Lacan (op.cit.) nada tem haver com ilusão, na verdade a ficção vai equivaler ao registro simbólico, ou seja, o discurso (matriz simbólica articulada pela linguagem) tem estrutura de ficção.

No desenrolar das tramas o sujeito vai relatando todas as dificuldades em posicionar-se nestes mundos tão diferentes do seu. Para tentar “melhorar” de vida, os personagens adotam muitas vezes táticas que em nossa sociedade não são consideradas

⁴¹ “A verdade tem uma estrutura, se se pode dizer, de ficção.”

ideais: o menino rouba os ovos de ouro do gigante e posteriormente lhe rouba a galinha; e a sereia, sem seu príncipe fica com outros homens que lhe “dão coisas”, que parecem assegurar sua vida neste outro mundo.

Os heróis dessas narrativas se constroem de modo singular, revelando a identificação de J. com cada um deles; isso se torna possível pelo fato de que os heróis são humanizados assumindo o papel de metáfora do sujeito narrador (TFOUNI e RODRIGUES, 2006). Tfouni e Rodrigues (op.cit., p.175), que analisaram outras narrativas produzidas por crianças que também faziam parte da Instituição à qual J. estava vinculada, resumem a importância do herói nas narrativas das crianças e adolescentes em situação de rua:

(...) essas narrativas de ficção constituem uma forma de esses adolescentes falarem de si, inconscientemente, e de forma mascarada; em especial no que diz respeito a aspectos interditados por proibição psíquica e/ou ideológica. Nesse contexto, a figura do herói pôde se construir a partir de um processo claro de identificação, através do qual esses jovens narram uma história própria e, podendo falar de conflitos esquecidos, ou inconscientes, que, no entanto, agem em suas realidades atuais, percorrem o caminho que todo herói tem que enfrentar em sua jornada pela vida.(grifos meus)

O sujeito inserido e atravessado por uma formação discursiva dominante, qual seja, do discurso jurídico e da Lei, que condena o roubo e a prostituição, atenua as atitudes dos personagens, no primeiro caso, mentindo para a mãe e no segundo, com o retorno do príncipe.

Pelo que podemos ver até aqui, o sujeito se põe à mercê do discurso do Outro que lhe faz exigências às quais ela tenta de todo modo responder, mesmo sem ter certeza se é isto o que realmente quer. Como visto, essa resposta ao que o Outro quer encontra-se em ligação direta ao modo pelo qual J. estrutura seu desejo e elege os objetos que visem suprir

essa falta que lhe é constitutiva: por alguns momentos o objeto (a) toma os contornos de uma família unida, depois dá lugar à figura da mãe cuidadora, para por fim continuar circulando infundavelmente, atestando ao sujeito a sua impossibilidade de fazer-UM com a língua, deixando-lhe o legado da incompletude.

Mesmo usando de resistência em todas as narrativas, o que ficou atestado pela dispersão total das ações dos personagens (no caso de João e o Pé de Feijão e do Velho Papão) e na resistência em nomear a personagem principal (na narrativa A Sereia), por exemplo, seu inconsciente revelou-se para nós naquilo que tentou esconder por meio deste tipo de manobra, tal como nos mostrou Freud ([1914] 1996b) ao destacar este tipo de estratégia inconsciente no processo analítico.

Com base em tais considerações, podemos, ainda, começar a aventar aqui a hipótese de que a constituição do desejo deste sujeito está perpassada pela ideologia e que a constituição deste desejo no inconsciente, vai depender de como esta a interpela em sujeito. cremos que a ideologia é o cenário de estruturação do desejo do sujeito e também do inconsciente, será a ideologia que dará os tons para a tela discursiva e aponta assim as posições que o sujeito ocupa em uma determinada formação discursiva sem deixar de implicá-lo em seu desejo e em sua relação/submissão ao Outro (TFOUNI e LAUREANO, 2004).

É importante lembrar que a ideologia está do lado do registro do imaginário, o imaginário reveste o simbólico tornando-o possível; esse “revestir” é papel desempenhado pela ideologia que atravessa o dizer do sujeito fazendo com que ele ocupe uma determinada posição de sujeito em detrimento de outras. Como postulam Tfouni e F. Tfouni (2007, p. 297) *“há todo um imaginário (construído ideologicamente), que afeta o*

sujeito do discurso sob o modo da interpelação, e o coloca em lugares específicos de produção de sentidos, sem que ele (sujeito) se dê conta disso”.

Como vimos, uma das primeiras abordagens dada por Lacan para o registro imaginário é o estágio do espelho, nele o registro imaginário consagra a diferenciação do sujeito e do outro pelo reflexo da imagem no espelho. A partir daí o sujeito diferencia-se do outro (imaginário) e tem-se como resultado final a formação do Eu (“je” – sujeito do inconsciente). É o primeiro marco da relação de alteridade que marcará para sempre a vida psíquica do sujeito, nesse primeiro momento tal relação se dá com o outro, mais adiante, com a resolução do Édipo e a passagem pela castração, essa relação passará também ao plano do Outro. Como resume Carreira (2001, s/p.):

Cabe à ideologia, como nos diz Pêcheux (1990), fornecer coisas-a-saber, um já-lá interdiscursivo, que visam homogeneizar o mundo. É, a meu ver, justamente isto que socorrerá o sujeito em seu descolamento do Outro primordial: a interpelação ideológica que, é importante frisar, já estava afetando o sujeito desde os primórdios de sua constituição, o que torna esta ordem que vai do primordial ao histórico puramente lógica, e não cronológica. Além disso, arrisco-me a dizer que a ideologia, enquanto exterioridade constitutiva do sujeito, é da dimensão do Outro. (...) a interpelação ideológica não só afasta o sujeito da dependência ao Outro primordial, ampliando sua gama de identificações, mas também a repete de maneira deslocada.

Resistindo e escondendo-se numa indecisão sem fim, o sujeito tenta posicionar-se neste mundo que vê como algo ideal, ainda a ser atingido: por meio de um casamento, da riqueza material, e de uma família completa que se preocupe com ela.

Pelo trabalhado até aqui, fica evidente a riqueza desta forma de interpretar, qual seja, a de articular a interpretação em AD e em psicanálise, pois temos em nossas mãos o sujeito singular e o funcionamento da sociedade na qual ele está inserido.

Analisar dados à luz da AD e da psicanálise lacaniana nos dá um novo meio de interpretar o sujeito (seja para o psicanalista, seja para o analista de discurso) e apontar para as formações sociais que o determinam.

Podemos então conciliar o interpretar da AD e o da psicanálise? Como isto será possível? Propomos a seguir algumas conclusões que nos ajudarão a responder tais questionamentos.

Conclusões

Começamos este trabalho dizendo que o sujeito está condenado a interpretar. Chegamos até aqui percorrendo todo um caminho por meio do interpretar deste sujeito (sua sujeição à língua e à história) e qual é o trabalho que realizam o analista de discurso e o psicanalista.

Pensamos, que de fato ao inserir-se no mundo simbólico a necessidade de interpretação torna-se uma injunção ao sujeito. Porém, destacamos que esta obrigação não se dá a custa de nada, ela vem regida pelo trabalho da ideologia e do inconsciente que naturalizam o dizer do sujeito para ele no momento da enunciação, fazendo-o dizer de uma maneira e não de outra, e dando-lhe posições permitidas dentro de uma determinada formação discursiva.

Ainda, cremos que além de expor-se à opacidade da língua, o analista deve expor-se a um inconsciente que lhe aparece também de maneira opaca, como algo misterioso e que não pode ser revelado totalmente. Esta instância, que revela e que esconde, e que é contornada e dita a partir do trabalho da ideologia sobre o sujeito será o cerne de toda a significação possível.

Podemos dizer que o inconsciente é de certo modo “modalizado” pela pulsão; é a pulsão que sustenta o dizer do sujeito, sendo nela, portanto, que se apóia toda significação/interpretação. É preciso destacar que toda e qualquer forma de interpretar não se dá de forma solitária. Sempre se significa algo remetendo-se a outra instância, e o interpretar dos dados em ciências humanas não é diferente. Me refiro aqui ao Outro lacaniano, presença quase etérea no dizer do sujeito, a quem se remete o desejo e por fim o

dito. Resta aqui questionar e deixar a resposta em aberto, quem seria esse Outro para a ciência? A quem nos remetemos quando fazemos um gesto de interpretação?

Pelo caminho até aqui percorrido, pudemos notar que a AD e a psicanálise lacaniana, cada uma a seu modo, trazem contribuições significativas no campo das ciências que buscam investigar a singularidade do sujeito e os discursos por ele produzidos.

Ambas adotam metodologicamente os pressupostos de que o sujeito é singular e desejante; o discurso é a fala que tenta dar conta da falta estrutural do sujeito, de que o discurso acontece na relação do sujeito com o outro (semelhante) e com o Outro (heterogêneo radical).

É preciso lembrar que, ao mesmo tempo em que a interpretação do analista revela a fala do desejo do sujeito, ela esconde (em si mesma) outras interpretações possíveis para esse falar desejante, afinal, o próprio analista é um sujeito interpelado ideologicamente e isto não pode ser deixado de lado.

Concordamos com F.Tfouni (2004) que afirma que também o analista está sujeito ao inconsciente e à ideologia. Apesar de ser figura secundária e que tenta sempre se apagar no momento de interpretação de seus dados, o analista também aparece nos gestos interpretativos que faz e isto, como diz F.Tfouni (op.cit.) não pode ser ignorado. Tal concepção que coloca em xeque uma não total neutralidade do analista confirma, por outro lado, o pressuposto de Pêcheux ([1983] 1997) de que o sentido sempre pode vir a ser outro.

O analista não é onipotente; se aceitássemos esse princípio, estaríamos nos filiando a outro paradigma que não o indiciário. É neste paradigma do índice (como mostramos no capítulo 2) que estão a AD e a psicanálise lacaniana, constituindo-se como disciplinas que apostam, sobretudo num sujeito singular e na polissemia do sentido.

Mesmo para o analista, (parafraseando Pêcheux) não é possível dizer tudo ...

Como resume Tfouni (2003b, p.155):

(...) nunca se pode prever o rumo da significação, nem é possível fazer a interpretação caminhar em linha reta.

O que se tem ao interpretar dados à luz da AD e da psicanálise lacaniana não é uma terceira via de interpretação. O que temos é o surgimento de um analista que não é aquele da AD e nem o psicanalista e que poderia ser chamado de analista “psicanalítico-discursivo”, constituindo-se como um analista que circula por entre essas duas teorias. Esse novo analista se utiliza de pontos de aproximação entre a AD e a psicanálise posicionando-se diante de um discurso que é marcado pelos deslizos do sujeito do inconsciente e do sujeito da ideologia.

Um dos pontos de toque entre a AD e a psicanálise que ancora o analista psicanalítico-discursivo e que julgamos ser o de mais relevância diz respeito à subjetividade. Se retomarmos o quadro epistemológico da AD que citamos no início do trabalho⁴², veremos que Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997) destacam que as três áreas do conhecimento que compõem a AD são “atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica”. O que isso quer dizer?

A natureza psicanalítica da subjetividade reside na consideração do sujeito do inconsciente. A postulação de um sujeito do inconsciente revela que tanto o falante quanto

⁴² Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p.163-164):

“Ele [referindo-se ao quadro epistemológico] reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1 - o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;

2 - a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processo de enunciação ao mesmo tempo;

3 - a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).” (grifos meus).

a língua são incompletos, que não se pode ser/fazer-UM. Essa subjetividade cindida obriga o sujeito a negociar seu dizer, de modo inconsciente, com esse furo que lhe é estrutural.

Como apontamos anteriormente, os modos de se negociar com essa falta, postulados por Authier-Revuz (2001), acontecem na cadeia significante como meios de resposta à demanda do Outro, ao mesmo tempo consistente e inconsistente no que concerne a verdade do sujeito. Como explica Lacan ([1968-1969] 2006) é no discurso que o campo do Outro se articula, tornando esse discurso consistente e inconsistente ao mesmo tempo. Lacan (op.cit.) vai colocar que a verdade por não ter consistência estará ao lado do Je (sujeito do inconsciente) complementando o que o próprio autor havia dito anos antes (LACAN, 1956-1957), que a verdade tem estrutura de ficção. cremos que esse é o único meio de se atingir uma faceta da verdade do sujeito, na ficção, ou seja, no simbólico⁴³.

Acontecendo na cadeia significante esse sujeito aparece e desaparece em nuances de sentido que tentam dar conta atribuindo objetos que tamponam seu desejo (objeto (a)), como vimos nas narrativas que analisamos.

Acredito que ao ver o sujeito por essas lentes lacanianas vimos complementar a teoria de Pêcheux sobre os dois esquecimentos dando maior coesão, sobretudo, ao caráter inconsciente do esquecimento nº 1, afinal, temos uma equação que soma a esse dizer a presença velada do Outro que aparece quando o discurso do sujeito, ilusoriamente original, cai no desentendimento e no equívoco.

Interpretar tais discursos levando em conta a existência de instâncias como o inconsciente e a ideologia, que regem/modalizam o dizer do sujeito, coloca o analista numa posição de estranhamento da língua e dos discursos produzidos pelo sujeito numa dada conjuntura histórica. Tal posição será reveladora de todo o funcionamento deste sujeito

⁴³ Tfouni e Moraes (2003) já demonstraram que a narrativa têm papel privilegiado nessa questão, garantindo um locus importante para que o sujeito elabore seu mito individual, falando de si sem falar de si diretamente.

dentro da sociedade e sua influência no interior dele. Abordamos aqui um sujeito assujeitado, afetado pelo inconsciente que por sua vez vimos aparecer em nossas narrativas, sobretudo nos momentos de resistência e repetição.

Trabalhando com a noção de pontos de deriva, equívocos e atos falhos que habitam a língua, o analista sinaliza para as posições de sujeito dentro das formações sociais, revelando toda a opacidade da língua e a luta de classes, que vão determinar, por parte do sujeito, gestos de interpretação que serão harmônicos ou não com a ideologia e com as formações discursivas nas quais esse sujeito se posiciona.

Ainda, as interpretações realizadas pelo analista, baseadas em tais condições de produção, abrem um leque de multiplicidade de sentidos e resgatam o sujeito em sua singularidade. Esta postura, em relação à interpretação e ao sujeito, dá a estas duas disciplinas um caráter dinâmico e crítico acerca da sociedade e dos sujeitos nela inseridos.

Pêcheux ([1982] 1997, p.62), citando Canguilhem, aborda a questão do sentido do seguinte modo:

O sentido, escreve G. Canguilhem, escapa a toda redução que tenta alojá-lo numa configuração orgânica ou mecânica. As máquinas ditas inteligentes são máquinas de produzir relações entre os dados que lhe são fornecidos, mas elas não estão em relação ao que o utilizador se propõe a partir das relações que elas engendram para eles. Porque o sentido é relação à, o homem pode jogar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar uma cilada.(mesmo que não se dê conta disso). (grifos meus)

O sujeito então, sem se dar conta, joga com o sentido, desliza e aparece entre significantes repetindo-os como nas narrativas que analisamos. O sujeito-narrador ao usar de repetição “tropeçava” em seu inconsciente que insistia em aparecer neste movimento de repetir.

Isso nos leva a pensar que a adoção do fato discursivo da repetição, nos forneceu meios de dar aos dados interpretação diferenciada. Como dissemos no capítulo anterior ao ver repetições nas narrativas orais de ficção, vimos também a emergência do novo, da ruptura.

Interpretar dados articulando-se a interpretação entre a AD e a psicanálise seria adotar/inaugurar um outro modo de se ver o sujeito que produz os discursos, nossos *corpora* a serem analisados?

Acredito que a AD e a psicanálise lacaniana não podem ser sobrepostas, como dito anteriormente, não creio que se possa falar de um outro modo de interpretação que “desse conta” de “juntar” as duas disciplinas que tentamos articular até esse momento. É fato que alguns conceitos da AD complementam outros da psicanálise, como por exemplo, o sujeito da ideologia da AD e o sujeito do inconsciente da psicanálise. Porém, é fato que esses dois conceitos que citamos não podem ser sobrepostos de modo a formar um só conceito. Acredito que o valor de se articular conceitos que não se sobrepõem está no fato de que há complementaridade entre eles. É interessante ao analista saber que há nos dados que analisa, não apenas deslizos do inconsciente, mas que esses deslizos se deram também por trabalho da ideologia nesse mesmo sujeito.

Um outro exemplo de articulação e de não sobreposição diz respeito ao conceito de Outro e de interdiscurso, com o apoio da teoria sobre heterogeneidade discursiva vimos que o interdiscurso “garante” ao discurso seu caráter externo, através da heterogeneidade, sabemos que tudo que se diz é dito visando algo em outro lugar, que o dito não é fruto da vontade do sujeito, sendo portanto advindo de uma faceta externa garantida pelo interdiscurso e uma faceta interna que visa responder à demanda do Outro.

O dilema que se mantém de um trabalho que se propõe ficar entre duas teorias é a incerteza de se estar com o pé em duas canoas; resta ao analista saber se se deve optar por um dos lados, ou se é possível, mesmo que seja por poucos momentos, tentar se equilibrar entre a articulação de uma teoria com a outra.

É claro que se deve ter em mente que há pontos onde a AD avança e a psicanálise pára. Em minha opinião a AD deixa de lado o inconsciente e concentra-se no papel social do sujeito e de seu dizer, porém sabemos que a questão do inconsciente é apenas deixada de lado mas sempre está presente nos trabalhos de Pêcheux (como no caso dos dois esquecimentos). Já a psicanálise, por sua vez, deixa de lado o que é externo ao discurso, não contempla o papel exercido pela ideologia sobre o sujeito, por exemplo.

O que proponho, portanto, não é o nascimento de uma nova teoria, mas sim uma nova postura teórica que visa dar aos dados em ciências humanas e, particularmente àquelas que se ocupam do dizer, um modo mais “completo” de se abordar questões ligadas ao desejo do sujeito e sua posição na sociedade em que vive. Um modo mais “completo” que se vê, sem dúvida incompleto, tão incompleto quanto os sujeitos e dizeres que analisamos.

Willemart (2005) diz que a escritura do caso clínico em psicanálise é o “resto” que empurra o analista a escrever, pois, explica o autor (op.cit.), a clínica provoca uma ruptura de saber; tal ruptura, diz ele (op.cit.) tentará ser sanada pela escrita. Penso que a interpretação funciona desse mesmo modo, todo *corpus* interpretado confere uma ruptura no saber, é preciso analisar se filiando a conceitos que são postos à prova, fazendo teoria e prática caminharem juntas. Quando optamos por mostrar pontos de toque entre a AD e a psicanálise lacaniana no que concerne a interpretação também rompemos com um saber instituído sobre essas duas disciplinas, tais pontos de toque, postos em prática nas análises

das narrativas, revelam que ambas as disciplinas se complementam para “fabricar” um novo analista. Isso fica como resto, uma tentativa de dar conta desse saber rompido pelo objetivo inicial da pesquisa.

Para terminar cito Mário Quintana, artesão das palavras, que resume a meu ver o que é o interpretar, levando-se em conta que também estas páginas são uma interpretação possível para nosso objetivo inicial:

“A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar que não foi propriamente dita.” (A coisa).

Referências Bibliográficas

- AGUSTINI, C. L. H. Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. *Sínteses (UNICAMP)*, v. 5, p. 9-17, 2000.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ARRIVÉ, M. **Linguística e psicanálise – Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. **Linguagem e psicanálise – lingüística e inconsciente**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998.
- _____. Langage et inconscient : bref essai d’une mise au point sereine. *Langage et inconscient*, n. 1, janvier 2006, pp. 12-31.
- ASSOUN, P-L. **Lacan**. Collection « Que sais-je ? », Paris : PUF, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, J. A. Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. *DRLAV – Revue de linguistique*, 26, 1982.
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19 p.25-42, 1990.
- _____. **Ces mots qui ne vont pas de soi – boucles réflexives et non-coïncidences du dire – Tome I**. Paris : Larousse, 1995.
- _____. **Palavras incertas – as não coincidências do dizer**. Campinas: UNICAMP, 1998.

- _____. *Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation: parcours dans la méta-énonciation*. In: ARRIVÉ, M.; NORMAND, C. (orgs.) **Linguistique et psychanalyse**. Collection Explorations, Paris: In Press, 2001, p. 91-108.
- _____. *Le fait autonymique: langage, langue, discours – quelques repères*. In: AUTHIER-REVUZ, J.; DOURY, M.; REBOUL-TOURE, S. (orgs.). **Parler des mots – le fait autonymique du discours**. Paris: Presses Sorbonne-Nouvelle, 2003.
- _____. **Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAIRRÃO, J. F. M. H. Anotações das aulas da disciplina "Inconsciente lacaniano". FFCLRP/USP, Departamento de Psicologia e Educação, curso de pós-graduação em Psicologia, 2003a.
- _____. **O impossível sujeito – volume I – implicações da irreducibilidade do inconsciente**. Coleção Babel da Psicanálise, São Paulo: Rosari, 2003b.
- BARONAS, R.L. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. Estudos Lingüísticos XXXIV, p. 732-737, 2005. Disponível no site:
<http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/formacao-discursiva-vale-a-pena-1670.pdf?SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>, consultado em abril/2008.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. et al. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BENVENISTE, E. De la subjectivité dans le langage. In : _____. **Problèmes de linguistique générale**, 1. Paris: Gallimard, 1966, pp. 258-266.
- BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. New York: Hafner Press, 1952.

BRES, J. **La narrativité**. Belgique: Editions Ducrulot, 1994.

CARREIRA, A. F. Era uma vez Três Sereias: análise de narrativas de crianças de rua. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 1997.

_____. Subjetividade e autoria: o sujeito como vacilo do “eu”? Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 2000.

_____. Sobre a singularidade do sujeito na posição de autor. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan./jun. 2001; Versão *online* disponível no site: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/02.htm>, consultado em abril/2008.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CHATELARD, D.C. **O conceito de objeto na psicanálise – do fenômeno à escrita**. Brasília: Ed. UnB, 2005.

CORREA, L. M. S. Dificuldades e potencialidades do uso do método experimental no estudo da aquisição da linguagem. In: CASTRO, M. F. P. (org.) . **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1996.

COTET, S. Penso onde não sou, sou onde não penso. In: MILLER, G.(org.) **Lacan**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1999.

COURTINE, J. J. Définition d’orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. Revue “Philosophiques”, vol. IX, numéro 2, Octobre, 1982.

De AQUINO, São Tomas. **Somme théologique** . trad. française, notes et appendices par H.-D. Gardeil . Paris: Ed. du Cerf, 1967.

Da SILVEIRA Fº., P.A., A interpelação ideológica: a entrada em cena da Outra Cena. Trabalho apresentado durante o II SEAD, Porto Alegre, 2005. Disponível no site: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/ideologia/Paulo_argemiro.pdf, consultado em abril/2008.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Encyclopedie de la philosophie. Colecion Encuclopédies d’aujourd’hui – la pochotèque. Paris: Librairie Generale Française, 2002.

FERREIRA, M. C. L. Nas trilhas do discurso: a propósito da leitura, sentido e interpretação. In: Orlandi, E. P. (org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

_____. **Da ambigüidade ao equívoco – nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FINK, B. **O sujeito lacaniano – entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLAHAULT, F. **La parole intermediaire**. Paris: Seuil, 1978.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos.** (1900). Volume IV e Volume V. Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. O Moisés de Michelangelo (1914). In: FREUD, S. **Totem e tabu.** Volume XIII, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- _____. Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II) (1914). In: FREUD, S. **O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos.** Volume XII, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- _____. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: FREUD, S. **A história do movimento psicanalítico.** Volume XIV, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. O estranho (1919). In: FREUD, S. **Uma neurose infantil e outros trabalhos.** Volume XVII, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, S. **Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos.** Volume XVIII, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Sexualidade feminina (1931). In: FREUD, S. **O Ego e o ID. Uma neurose demoníaca do séc. XVII e outros trabalhos.** Volume XIX, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. A feminilidade (1932). In: FREUD, S. **Novas Conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos.** Volume XXII, Coleção Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GADET, F. La double faille. Actes du colloque de sociolinguistique de Rouen. 1978.

GADET, F. **Saussure – une science de la langue**. Paris: PUF, 1990.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997.

GINZBURG, C. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" in: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Grand Dictionnaire Philosophique. Paris: Larousse, 2003.

GUILHAMOU, J.; MALDIDIER, D., De l'énonciation a l'événement discursif em analyse du discours. In : GUILHAMOU, J ; MALDIDIER, D ; ROBIN, R. (orgs.). **Discours et archive – expérimentations em analyse du discours**. Philosophie et langage. Liège: Mardaga, 1994.

HAROCHE, C. O homem perscrutado – semiologia e antropologia da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: Lane, S. M. T. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDU, 1988.

_____. **Fazer dizer. Querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita – língua, sujeito e discurso**. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997.

HENRY, P. ; MOSCOVICI, S. Problèmes de l'analyse de contenu. Langages, n. II, sept.

1968.

INDURSKY, F. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. Revista Gragoatá, nº. 5, pp. 111-120, Niterói, 1998.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? Trabalho apresentado durante o II SEAD, Porto Alegre, 2005. Disponível no site: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/freda.pdf>, consultado em abril/2008.

JAKOBSON, R. Les embrayeurs, les categories verbales et les verbes russes. In : JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Paris : Minuit, 1963.

JURANVILLE, A. **Lacan et la philosophie**. Paris : Quadrige/PUF, 2003.

LABOV, W. **Le Parler Ordinaire**. Paris: Editions de Minuit, 1972.

_____. Resolving the neogrammarian controversy. Language, n. 57, p. 267-308, 1981.

LABOV, W. e FANSHEL, D. **Therapeutic discourse: psychotherapy as conversation**. New York: Academic Press, 1977.

LABOV, W. e WALETSKY, J. Narrative analysis. In: J. Helm (ed.), Essays on the Verbal and Visual Arts. Seattle: U. of Washington Press. pp. 12-44, 1967.

LACAN, J. **De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité** (1932). Série Essais, Paris : Editions du Seuil, 1975.

_____. Les complexes sociaux dans la formation de l'individu. (1938) In: LACAN, J. **Autres écrits**. Paris: Editions du Seuil, 2001.

_____. O estágio do espelho como formador da função do eu. (1949). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- _____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953) In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. A verdade surge da equivocação (1954). In: LACAN, J. **O seminário – livro 1 – os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. La chose freudienne (1955). In: LACAN, J. **Ecrits**. Paris: Seuil, 1966.
- _____. Variantes do tratamento padrão (1955). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **O seminário - livro 2 – o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- _____. **O seminário – livro 3 – as psicoses (1956)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. Le séminaire – livre 4 – la relation d’objet (1956-1957). Séminaire non Publié, version de l’Association Freudienne Internationale (AFI).
- _____. **O seminário – livro 5 – As formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: LACAN J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

- _____. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache (1960). In: LACAN J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.
- _____. **O seminário - livro 11 - os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1963-1964)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. O inconsciente freudiano e o nosso (1964). In: LACAN, J. **O seminário - livro 11 - os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **O seminário – livro 12 – Problemas cruciais para a psicanálise**. Ainda não publicado no Brasil. 1964-1965.
- _____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1966). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Mon enseignement**. (1967). Paris: Editions du Seuil, 2005.
- _____. **O seminário – livro 15 – O ato analítico**. Ainda na publicado no Brasil. 1967-1968.
- _____. **Le séminaire – livre 16 – D’un Autre à l’autre (1968-1969)**. Paris: Seuil, 2006.
- _____. Para além do complexo de Édipo (1969-1970). In: LACAN, J. **O seminário – livro 17 – o avesso da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. Radiophonie (1972). In : In: LACAN, J. **Autres écrits**. Paris: Editions du Seuil, 2001.
- _____. **O seminário – livro 20 – mais ainda (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. Le séminaire – livre 22 – RSI (1974-1975). Séminaire non Publié, version de l'Association Freudienne Internationale (AFI).

_____ Conferencia en Ginebra sobre el síntoma. (1975). In: LACAN, J. **Intervenciones y Textos - 2**. Manantial, Buenos Aires, 2001.

_____. Rumo a um significante novo. (1977). Opção Lacaniana, nº. 22, pp. 06-15, agosto/1998.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

LEITE, N. V. Sobre a singularidade. Cadernos de Estudos Lingüísticos, nº. 38, pp. 39-49, Campinas, 2000.

MAINGUENEAU, D. Conceito de heterogeneidade mostrada/constitutiva. In: CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.) **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, p. 261-262, 2004.

MALDIDIER, D. **L'inquietude du discours**. Paris: Editions des Cendres, 1990.

_____. **A inquietação do discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. Revista Gragoatá, nº. 5, pp. 111-120, Niterói, 1998.

MILNER, J-C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

- MOLENA, C. A relação com o feminino em narrativas de duas crianças de rua. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 2003.
- MORAES, J. A representação da Estrutura familiar em narrativas de ficção produzidas por meninos de rua. Monografia de bacharelado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Departamento de Psicologia e Educação, 2000.
- _____. O Édipo em narrativas de ficção produzidas por uma criança e um adolescente de rua. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 2002.
- MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria dos signos.** (1938). São Paulo: EDUSP, 1976.
- NASIO, J-D. **Como trabalha um psicanalista?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- OLGIVIE, B. **Lacan – le sujet.** Philosophies. Paris: PUF, 1987.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Discurso, imaginário social e conhecimento. Texto mimeografado, Unicamp, 1995.
- _____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, M.P.F. (org.) **O método e o dado no estudo da linguagem.** Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. Escritos – contextos epistemológicos da análise de discurso, nº. 4. Unicamp, Campinas, 1999.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: LANE, S. M. T. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDU, 1988.

PACÍFICO, S. M. R. Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 2002.

PASCAL, B. **Pensamentos (1670)**. Coleção Obra-Prima de cada Autor, Série Ouro, São Paulo: Martin Claret, 2003.

PAULI, S. C. O sujeito e o sentido em deriva e o apagamento da alteridade. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 2002.

PÊCHEUX, M. Idéologie et histoire des sciences – lês effets de la coupure galiléenne em physique et en biologie. In: PÊCHEUX, M. ; FICHANT, M. **Sur l'histoire de sciences**. Paris : Librairie François Maspero, 1969.

_____. **Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio**. (Tradução de “Verites de la Palice” de 1975), Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. L'étrange miroir de l'analyse de discours. *Langages*, nº. 62, pp. 5-8, Paris, 1981.

_____. Ler o arquivo hoje. 1982. In: ORLANDI, E.P. (org.) **Gestos de leitura – da história no discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **O discurso – estrutura ou acontecimento? – 1983**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso (1983). *Escritos – contextos epistemológicos da análise de discurso*, nº. 4. Tradução de Eni P. Orlandi, Unicamp, Campinas, 1999.

- _____. *Análise Automática do Discurso - AAD-69*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. *Papel da memória*. In: **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas : Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A língua inatingível – o discurso na história da lingüística (1981)**. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*.(1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1997.
- PERRONE, M. C. **Desenvolvimento do discurso narrativo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *O que é o dado em aquisição da linguagem?* In: CASTRO, M. F. P. (org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- PORGE, E. *Conceito de sujeito*. In: KAUFMANN, P. (org.) **Dicionário enciclopédico de psicanálise - o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- PROPP, W. **Morphologie du conte**. Paris : Points, 1928.
- RICOEUR, P. **Temps et récit. 1- L'intrigue et le récit historique**. Points/Essais. Paris: Editions du Seuil, 1983.

ROCHA, D. ; DEUSDARA, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Revista ALEA, v.7, n.2, julho/dezembro, 2005.

ROMÃO, L. M. S. O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, 2002.

SAUSSURE, F. de **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

_____. **Cours de linguistique generale**. (1916). Paris: Payot, 2005.

TFOUNI, F. E.V. Manuscritos sobre a interpretação em AD. Texto não publicado, sem data (s/d).

_____. Slogan: linguagem, sintoma e fetichização. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, 2003.

_____. Discurso e compulsão à repetição. Texto apresentado em palestra proferida na FFCLRP-USP, Departamento de Psicologia e Educação, Programa de pós-graduação em Psicologia. Disciplina: “Questões epistemológicas nos estudos da linguagem: do visível ao opaco”, 2004.

TFOUNI, F.E.V.; TFOUNI, L.V. “Entra burro; sai ladrão” – o imaginário na escola materializado nos genéricos. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 293-311, mai./ago. 2007.

TFOUNI, L. V. O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem. D.E.L.T.A . , vol. 8, nº. 2, pp. 205-223, 1992.

- _____. “A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento” In: SIGNORINI, I. (Org.) **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado de Letras. pp. 77-96, 2001.
- _____. O autor como intérprete – as fronteiras entre a análise do discurso e a psicanálise lacaniana. Comunicação oral apresentada em mesa redonda durante o *II Congreso e V Colóquio de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, México, 2003a.
- _____. E não tem linhas tua palma: esquecer para poder lembrar. Revista Organon - Discurso, língua e memória. Vol. 17, nº. 35, pp 143-160. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, 2003b.
- _____. Letramento e atividade discursiva. In: _____. **Letramento e alfabetização**. 6ª. Edição, São Paulo: Cortez, 2004.
- TFOUNI, L. V.; CARREIRA, A. F. Narrativas de crianças de rua brasileiras: Uma forma de falar de si mesmo. Cadernos de Pesquisa NEP, v.2, n.2, 01 – 12, 1996.
- _____. A função da repetição nas narrativas de crianças e adolescentes de rua. Livro de Resumos do XXVI Congresso Interamericano de Psicologia., p. 345, 1997.
- _____. Dispersion as a track of interdiction in oral narratives by street children. Book of Abstracts - VI European Congress of Psychology, Londres, p. 443, 1999.
- _____. La Dispersion comme trace de l'Interdit dans les Récits Oraux de Fiction des Enfants de Rue Brésiliens. Cahiers d'Acquisition et de Pathologie du Langage. França, v.20, 17 – 37, 2000.
- _____. Fiction Narratives as a Denouncement of the Street Child's and Adolescent's Place in Brazilian Society. Book of Abstracts VIIth European Congress of Psychology, Londres, p.124, 2001.

TFOUNI, L.V.; LAUREANO, M.M.M. “Que queres?” - O sujeito do discurso e seu desejo: o papel da ideologia. *Revista Consciência*, n. 2, v. 18, julho/dezembro de 2004, p. 09-26.

_____. Repetição e memória: os indícios do sujeito do inconsciente no acontecimento discursivo. Trabalho apresentado no 53º Congresso do GEL, São Carlos/SP, 2005.

_____. Entre a análise do discurso e a psicanálise – a verdade do sujeito. *Revista investigações*, UFPE, Recife, v. 18, p. 131-147, 2005a.

_____. As marcas do real e o equívoco da língua. Trabalho apresentado no III SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso), UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível no site: http://www.discurso.ufrgs.br/sead/trabalhos_aceitos/as_marcas.pdf, consultado em janeiro/2008.

TFOUNI, L.V.; MOLENA, C. The relationship with the feminine in narratives by Brazilian street children. 7th Congress of ISAPL, Cieszyn/Poland. Book of Abstracts, p.113 – 113, 2004.

TFOUNI, L. V.; MORAES, J. Family Representation in Oral Fiction Narratives Produced by Street Children and Adolescents. Book of Abstracts VIIth European Congress of Psychology, Londres, p. 233, 2001

_____. O lugar da mulher em narrativas produzidas por crianças e adolescentes de rua. Programa e Resumos do II Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, p.89, 2002.

_____. A família narrada por crianças e adolescentes de rua: A ficção como suporte do desejo. *Psicologia USP*, vol. 14, nº. 1, 65-84, 2003.

TFOUNI, L.V; RODRIGUES, K. O herói em narrativas orais de adolescentes em situação de rua. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 6, n. 2, p. 157-177, mai./ago. 2006.

WHITE, H. O valor da narratividade na representação da realidade. *Cadernos de Letras da UFF*, nº. 3, Niterói, 1991.

WILLEMART, P. **Crítica genética e psicanálise**. Série Estudos. São Paulo: Perspectiva; Brasília: DF, CAPES, 2005.

ZINI, F.M. Concept d'interpretation. In : **Grand Dictionnaire Philosophique**. Paris: Larousse, p. 813, 2003.

ZIZEK, S. Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. Como Marx inventou o sintoma. In: ZIZEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 297-331, 1996.

ANEXO 1 - Mônica e Cebolinha

- 1
2
3 J: (...) tia eu vô contá uma.
4 (crianças murmuram alguma coisa)
5 P: Então tá. Deixa eu por perto de você pra poder gravar.
6 (crianças murmuram alguma coisa)
7 J: Eu vô falá da(...) Era assim tia, uma vez, até que os menino falô. Agora eu não sei
8 tudo, foi assim: Aí a, a(...) era a Mônica, só a Mônica, aí a(...) o papai da Mônica e a
9 mãe da Mônica falô assim, falô assim:
10 - Ó, eu vô saí, não sai, tá bom?
11 Ela falô assim:
12 - Tá bom mamãe, eu não vô saí.
13 Aí depois o Cebolinha foi lá e falô assim:
14 - Mônica, vamo saí?
15 Ela falô assim:
16 - Papai não qué e mamãe não gosta.
17 - Vamo Mônica, vamo, tua mãe não vai sabê que você saiu.
18 - Não, papai não qué e mamãe não gosta.
19 Aí, de repente, a mamãe dela, o, o papai, o pai dela bateu na porta(...) Aí depois ele falô
20 assim:
21 - Pula! (...)
22 Ai, esqueci ,(...) Acho que era:
23 - (...)Pula, pula que a mamãe vem vindo! Pula!
24 Aí ele pulou a janela, correu pra sala dela, foi lá, a mãe dela falô assim:
25 - Você não saiu não, né?
26 - Hum, hum. Eu fiz que ocêis falô. Papai não qué e mamãe não gosta.
27 P: Ai, que legal! (sorri) Deixa eu escrevê que a J. contô uma estória, pra eu não esquecer
28 depois. Segura pra mim? (pede para que uma das crianças segure o gravador). Quem
29 que vai contar agora uma estória?

ANEXO 2 - João e o Pé de Feijão

- 1
2
3
4
5 **J:** Era. É, eu vô contá uma estória do João e o Pé de Feijão. Era uma vez, tinha um
6 mole, era, era um, um moleque. Aí, ele(...) a mãe dele falô assim:
7 - Fio, vai e vende essa vaca pra mim?
8 Aí, ele fa(...) Aí, ele(...) Aí, ele falô assim:
9 - Tá bom, mãe. Eu vô vende.
10 Aí, depois apareceu um home na frente dele, falô assim:
11 - Cê tá vendendo essa vaca?
12 Ele falô assim:
13 - Tô.
14 - Eu te dô cinco, cinco fei(...)
15 **Sh:** Três feijão mágico!
16 **J:**
17 - (...) três, três feijão mágico. Te dô três feijão mágico pra você plantá no pé.
18 Aí, ele pegô. Aí, ele aceitô. Aí, depois(...) Aí, depois a mãe dele falô assim:
19 - Cê trocô o que eu disse por isso?
20 E jogô pela janela!(...) Plantô. Aí, quando ele foi acordá de manhã cedo, a, o feijão tava
21 grandão. Aí, ele subiu o Pé de feijão. Ele subiu no Pé de feijão e saiu lá em cima. Ele
22 bateu na porta e falô assim:
23 - Se me arruma um pouquinho, cê tem alguma coisa pra mim comê?
24 Ele falô assim:
25 - Dô sim, só se cê trabaia.
26 Ele falô assim:
27 - Tá bom, eu trabaio.
28 Aí, depois ele escutô, ele entrô e escutô assim aquele baruião: Pá buf! Aí, ele falô assim:
29 - Esconde, esconde, que aí o meu marido vem e se ele te catá ocê, ele te come.
30 Esconde!
31 Aí, ele pegô, escondeu. Aí, o marido(...) Aí, o marido falô assim:
32 - Tô sentindo cheiro de criança!
33 - Não é, não! É uma coisa que eu tô fazendo gostoso para você!(...)

34 Aí, depois ela deu um negócio pra ele comê, depois ta(...) Aí, depois ele tava, ele tava
35 contando os oro. Os oro. Aí, depois ele tava contando os oro. Aí, depois o moleque tava
36 vendo. Tava vendo. Aí, depois ele fez assi, começô a durmi assim, ó. Aí, começô durmi,
37 chegô uma hora que ele durmiu. Aí, ele durmiu(...) Aí, depois ele subiu assim quietinho
38 na mesa, assim, catô os oro, pois tudo dentro, na roupa, deu uma disfarçadinha,
39 correndo, correndo. Aí, depois ele desceu a árvre, ele foi correndo e depois o marido
40 dela falô assim:

41 - Cadê meu oro?! Robaram meu Oro!!! (gritando)

42 Ele depois ele começô gritá. Depois ele desceu, falô pra mãe dele o que ele ganhô.

43 Sh: Aí, depois ele foi buscá a galinha.

44 J: Aí, depois ele foi buscá a galinha. Aí, foi a mema coisa, só que ele fez mais
45 disfarçado. Ele falô assim(...) Aí, vestiu de otra coisa. Ele falô assim:

46 - Cê não tem um pouquinho de comida pra ocê me dá pra mim comê?

47 Aí, ela falô assim:

48 - Só se você trabaia eu te dô.

49 Ele falô assim:

50 - Tá, eu trabaio.

51 Aí, a mema coisa: depois chegô o marido dela, falô assim:

52 - Esconde, porque se o meu marido te catá aqui, ele xin, ele te come.

53 Aí, depois ele falô assim:

54 - Tá bom, eu escondô.

55 Aí, depois, é(...) aí depois ele fez tudo de novo. A galinha tava botando ovo de oro. Aí,
56 a galinha tava botando ovo de, ovo de oro, e começô a falá assim:

57 - Tô cherando um chero(...)

58 - Não, é uma coisa que eu tô fazendo pra você.

59 Aí, depois ele foi lá, pegô. Aí, a galinha, falô, começô gritá, começô gritá. Aí, ele foi lá .

60 Aí, depois ele correu, correu atrás do moleque. O moleque desceu correndo. Ele falô
61 assim:

62 - Mãe, dá o martelo, dá o ma, dá o ma, dá o martelo! Dá o martelo!

63 Bau, bau, bau! Bateu assim, ó. (mostra como foi)

64 Sh: Cortô o Pé de feijão.

- 65 **J:** Ba, bateu, cortô o Pé de feijão. Aí, ele morreu(...) Aí, eles conseguiu ficá rico com a
66 galinha.
- 67 **Sh:** Eles ficô bem rico.
- 68 **J:** Ficô bem rico e cus(...) Aí, depois o home entregô a vaca deles de novo.
- 69 **Sh:** Aí, o home era um anjo que tinha no céu. Que é, é o home que vendeu a vaca pra
70 eles, que vendeu o feijão pra eles, era um homem rico. Bem rico, que morava no céu.
- 71 **J:** Aí, depois ele apareceu lá dentro da casa e falô assim:
- 72 - Eu te entrego a tua vaca.
- 73 **P:** Legal!
- 74 **Sh:** A vaca Mimosa.
- 75 **P:** Ah, era a vaca Mimosa?!
- 76 **J:** Vai mais uma, tia?
- 77 **P:** Cêis que sabe

ANEXO 3 - A sereia

1
2
3 **J:** Era uma vez, era a sereira. Eles era, elas era em três sereia. Uma delas chamava(...)
4 Eu esqueci o nome dela(...)
5 **P:** Inventa.
6 **J:** Uma delas chamava não sei o que. Aí, ela na, ela começô nadá. Um dia chegô o
7 aniversário dela. O pai dela deu um, um colar pra ela(...) Aí, ela começô a nadá e subiu
8 em cima da água. Quando ela subiu ela viu um, um home. Era um prince. Aí, quando
9 ela viu o barquim, o barco fundano, ela salvô esse prince. Então, como que ela salvô ela
10 pôs num _____. Assim, no meio da terra e dexô. Aí a muié, ela pôs também.
11 Foi lá e salvô ela. Mas, só que ela gostava muito dele e salvô ela quando o barco fun(...)
12 o barco fundô. Aí, ela desceu lá em baixo e falô com a bruxa:
13 - *Deixa eu tomá uma(...)* - eu não sei o que que é - *Deixa eu tomá isso daí?*
14 *Porque eu quero voltá pra lá.*
15 Então, como a bruxa falava:
16 - *Não toma, porque você, cê não vai voltá de novo. Se você quisé tomá, ocê*
17 *nunca mais vai voltá dentro da água.*
18 As irmã dela falava, os pai dela falava. Ela falava assim:
19 - *Eu quero tomá!*
20 Aí, de repente, ela tomô aquilo lá. Aí, ela parô assim, na frente, assim, na berada do
21 mar. Aí, de repente, um prince, o prince que ela salvô achô ela, pegô ela no colo e levô
22 ela pá cama. Então, como ela tava deitada, ela, ela tava deitada e ela ficô muda também.
23 Ela ficô muda. Aí ela tava deitada e de repente ela acordô. Aí, eles dava coisa pra ela(...)
24 Dava um monte de coisa pra ela. Aí chegô um dia, ela ficô sabên, ela sabeu que o, que o
25 prince que ela salvô tava lá perto dela, mas só que ele não podia namorá com ela porque
26 ela tava com, ela já tava com otro já. Ela já tava morando com otro já. Aí(...). Ah!(...)
27 **A:** Vai, Josilene!
28 **J:** (...) Ai, ela chô, ela faz um vestido pra ela. Ela fez um vestido pra ela, ela saiu. Aí,
29 ela começô a saí. Depois ela, depois ela e o prince começô dançá um poco c'otro. Aí,
30 eles começô dançá(...) Aí, depois a, ela tava em cima de uma escada. As irmã dela falô
31 assim:

- 32 - *Se você quisé voltá pá água, pega uma faca, enfia no coração dele e dexa o*
33 *sangue dele ca, escorrê, caí em você. Aí você voltarei pá água.*
- 34 Aí, ela pegô e falô assim:
- 35 - *Eu não tenho corage de fazê isso daí.*
- 36 Aí, depois eles casaram(...) depois eles casaram(...) depois ela foi(...) morá com ele. Ela
37 não teve corage de enfiá a faca no prince. (pausa)
- 38 **P:** Cabô?
- 39 **J:** Cabô.

ANEXO 4 - Velho Papão

1
2
3
4 J: Ah, não! Inventá eu não quero. Qué vê, eu vô inventá uma que é uma(...) é uma
5 menininha, né? Tia, eu vô falá uma de uma novela. Posso falá?
6 (P diz que sim com a cabeça)
7 J: Era uma vez(...) era uma novela. A menina chamava(...) hum, esqueci(...) Carolina, é
8 Caro, ai(...)
9 S: É Caroline e _____.
10 J: Caro(...) Não! Não é essa daí, não! É a mãe dela que chamava! Caro(...) Ah, não! Eu
11 não sei o nome do otro! Deles direito, tia.
12 P: Não faz mal. Põe o nome neles que você quiser(...)
13 J: Qué vê? Era uma vez, uma menina(...) Ela chamava Caro, Carolina. Então, como(...)
14 a mãe dela deixô ela com o, com o pai dela e a mãe dela foi embora. Aí, a tia, e o pai
15 dela deixô ela com, com a tia dela e o pai dela ficô preso. Aí, depois um véinho catô ela
16 e criô ela. Ficô sempre com ela e. Aí depois elle ficô sabeno cá, cu pai da menina tava
17 preso na cadeia. Aí, ele foi lá, tirô, tirô a menina. Só que ele tirô o home da cadeia e
18 levô pá menina conhecê e a menina conheceu e a, e a mãe dela, a mãe dela sempre
19 queria conhecê ela. Aí, chegô um dia que a mãe dela tentô conhecê ela. Aí, a mãe dela
20 conheceu ela. Depois a mãe dela ficô, e a mãe dela já tava esperando oto nenê. Aí,
21 depois ela, na hora que a mãe dela ficô grávida do otro home(...) Aí, todo mundo se(...)
22 as coleguinha dela não queria conversá com ela(...) Ninguém não queria conversá com
23 ela porque a mãe dela(...) porque a mãe dela já tava com otro home, porque a mãe dela
24 já tinha o otro(...) Aí, ninguém queria conversá com é, com ela. Aí, depois o pai dela
25 também ficô sabeno. Deu um tiro nu, nu home, queria batê na mãe dela. Aí, depois
26 chegô um dia que ela ficô no orfanato. Aí, ela che, chegô de noite ela pôis fogo(...) Pôis
27 fogo no orfanato, saiu correndo(...) Daí, o resto eu não sei, tia(...)
28 P: Tá bom(...)
29 J: É só um pedaço que eu sei. Que eu(...) Que eu não lembro(...) Qué cantá uma,
30 Shirley.
31